



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)/ UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) EM IMPLANTAÇÃO  
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARCOS PAULO FERNANDES  
PEIXOTO

**FÁBRICA DE INIMIGOS: A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS  
NEGRAS E O SEU PAPEL POLÍTICO-IDEOLÓGICO NA HISTÓRIA DO  
BRASIL**

CATALÃO  
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DESPACHO**

Processo nº 23852.001326/2023-23

Interessado: @interessados\_virgula\_espaco@

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA  
DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
CATALÃO (UFCAT)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCAT), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCAT é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

**1. Identificação do material bibliográfico**

Dissertação  Tese  Outro\*:

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

**2. Nome completo do autor**

**Marcos Paulo Fernandes Peixoto**

**3. Título do trabalho:**

**FÁBRICA DE INIMIGOS: A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS E O SEU PAPEL POLÍTICO-IDEOLÓGICO NA HISTÓRIA DO BRASIL**

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
  - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor**



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA MARCIA RESENDE SILVA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/12/2023, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Paulo Fernandes Peixoto, Usuário Externo**, em 05/12/2023, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0007592** e o código CRC **B4BC46C3**.

MARCOS PAULO FERNANDES  
PEIXOTO

**FÁBRICA DE INIMIGOS: A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS  
NEGRAS E O SEU PAPEL POLÍTICO-IDEOLÓGICO NA HISTÓRIA DO  
BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional, do Instituto de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG) / Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores.

**Linha de pesquisa 2:** História, sociedade e práticas educativas

**Orientador (a):** Professora Dra. Luzia Márcia Resende Silva

CATALÃO  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Peixoto, Marcos Paulo Fernandes  
FÁBRICA DE INIMIGOS : A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS  
NEGRAS E O SEU PAPEL POLÍTICO-IDEOLÓGICO NA HISTÓRIA  
DO BRASIL / Marcos Paulo Fernandes Peixoto. - 2023.  
92, f.

Orientadora: Profa. Dra. Luzia Márcia Resende Silva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto  
de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação  
em História, Catalão, 2023.

1. Formação militar. 2. História. 3. Ideologia. I. Silva, Luzia Márcia  
Resende, orient. II. Título.

CDU 94(81)

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **146** da sessão de Defesa de Dissertação de **Marcos Paulo Fernandes Peixoto**, que confere o título de Mestre em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores.

Aos **quatro dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três**, a partir da(s) **14h00m**, realizou-se em formato presencial : sala 08, Bloco C, do Instituto de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Catalão a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: **FÁBRICA DE INIMIGOS: A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS E O SEU PAPEL POLÍTICO-IDEOLÓGICO NA HISTÓRIA DO BRASIL** . Os trabalhos foram instalados pela **Orientadora Professora Doutora Luzia Márcia Resende Silva- (PPGHMP/INHCS/UFCAT)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Professora Doutora Camila Aparecida de Campos - ( FAE/UFCAT)** membra titular externa e o **Professor Doutor Paulo César Inácio - (PPGHMP/INHCS/UFCAT)**, membro titular interno . Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **Aprovado**. Proclamados os resultados pela **Professora Doutora Luzia Márcia Resende Silva** , Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **quatro dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três**.

### TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA MARCIA RESENDE SILVA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/12/2023, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CESAR INACIO, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/12/2023, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA APARECIDA DE CAMPOS, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/12/2023, às 21:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0007589** e o código CRC **FD9FD9CC**.

## RESUMO

Essa pesquisa mostra, como resultado, indícios sobre a formação dos militares oficiais subalternos do Exército Brasileiro. Tal formação acontece na Academia Militar das Agulhas Negras, localizada na cidade de Resende – RJ. Essa formação dura, ao todo, cinco anos, e ao concluí-la, os alunos recebem o título de bacharéis em Ciências Militares. Pretendeu-se, aqui, identificar como os militares enxergam o seu papel político-ideológico na história Brasil; e o mais importante, como os militares contam acerca de tal papel através das publicações da Revista Agulhas Negras. No tocante a seleção das fontes adotou-se inicialmente, como critério, artigos que tenham como temática História Militar do Brasil, independente de título e/ou palavras-chave; logo após, abriu-se o critério de seleção para outras áreas do conhecimento. A referida revista consiste na publicação anual do Programa de Graduação em Ciências Militares da instituição. Na análise aqui proposta, Ginzburg (1989) auxiliou de forma ímpar, com o paradigma indiciário. Como resultado, percebeu-se que os militares utilizam, na sua formação, autores como Scruton, Oakeshott, Olavo de Carvalho, que são autores conservadores e teóricos da conspiração; vê-se também que a formação dos oficiais do Exército Brasileiro se dá pela afirmação deles num suposto papel político e ideológico, que é o de manter/ praticar/disseminar valores conservadores no Brasil, mais ainda, o de defendê-lo de uma suposta ameaça comunista. E essa “guerra interna serve para os militares perpetuarem a existência do Exército. Para isso, se utilizam de autores extremamente conservadores, de teorias da conspiração, de dados infundados e, também, de pseudointelectuais que corroboram com as suas principais ideias; afirma-se também que os militares tentam, a todo instante, fazer a ligação entre as suas doutrinas e as ideias desses autores conservadores.

**Palavras-chave:** Formação militar; história; ideologia.

## ABSTRACT

This research provides evidence about the formation of junior military officers in the Brazilian Army. Such training takes place at the Agulhas Negras Military Academy, located in the city of Resende, RJ. This training lasts a total of five years, and upon completion, students receive the title of bachelors in Military Sciences. The aim here was to identify how military personnel perceive their political-ideological role in Brazilian history, and most importantly, how they portray this role through publications in the Agulhas Negras Magazine. Regarding the selection of sources, initially, the criterion was articles related to Military History in Brazil, regardless of title and/or keywords. Subsequently, the selection criteria were expanded to include other areas of knowledge. The aforementioned magazine is the annual publication of the Undergraduate Program in Military Sciences at the institution. In the proposed analysis, Ginzburg (1989) played a unique role with the indicial paradigm. As a

result, it was observed that the military personnel, during their training, utilize authors such as Scruton, Oakeshott, and Olavo de Carvalho, who are conservative authors and conspiracy theorists. It is also evident that the training of Brazilian Army officers is centered around their assertion of a supposed political and ideological role, which is to maintain and apply conservative values in Brazil, and furthermore, to defend it from a communist threat. For this purpose, they employ extremely conservative authors, conspiracy theories, unfounded data, and pseudo-intellectuals who support their core ideas. It is also affirmed that the military personnel consistently attempt to draw connections between their doctrines and the ideas of these conservative authors.

**Keywords:** Military education; history; ideology.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1:</b> Gráfico com as publicações da Revista Agulhas Negras.....	17
<b>FIGURA 2:</b> Grade curricular da formação na AMAN.....	24
<b>FIGURA 3:</b> Capa do periódico de 2020.....	37
<b>FIGURA 4:</b> Capa do periódico de 2017.....	38
<b>FIGURA 5:</b> Foto do site “Mídia sem Máscara”.....	67

## SUMÁRIO

<b>1-INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>CAPÍTULO 1: TEORIA E METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	16
1.1 REVISTA AGULHAS NEGRAS.....	17
1.2: FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	25
<b>CAPÍTULO 2: INIMIGOS FABRICADOS E O REVISIONISMO HISTÓRICO</b> .....	28
2.1 CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO.....	29
2.2 INIMIGOS INTERNOS: DO BRASIL COLONIAL ATÉ O BRASIL ATUAL.....	41
2.3 REVISIONISMO HISTÓRICO.....	47
2.4 “OS MILITARES E A POLÍTICA DE 1945 A 1985” (2019).....	48
<b>CAPÍTULO 3: AMAN, SEUS VALORES E O LUGAR DO EXÉRCITO NA SOCIEDADE BRASILEIRA</b> .....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	78

## 1- INTRODUÇÃO

Este trabalho mostra, como resultado, uma pesquisa acerca da formação dos militares oficiais subalternos do Exército Brasileiro. Tal formação, acontece na Academia Militar das Agulhas Negras, localizada na cidade de Resende – RJ. Nessa formação, os estudantes têm aulas teóricas e práticas acerca de diferentes áreas do conhecimento militar como, por exemplo, montagem e manutenção de armamento, montagem e manutenção de minas terrestres, tipos de vestimenta (fardamento) existentes no Exército e, também, têm aulas de Ciência Política, Geopolítica, Filosofia, Sociologia e História. Assim, visando compreender de forma mais aprofundada a formação da elite militar brasileira buscou-se, aqui, através das publicações da AMAN na revista intitulada de “Revista Agulhas Negras” entender, nos artigos acerca da História Militar Brasileira e, posteriormente, nos artigos de Sociologia, como os militares escrevem/contam sobre a execução do seu papel político-ideológico na história do Brasil.

Desde que “me entendo por gente”, sempre me interessei por assuntos que envolvem, de alguma forma, os militares. Lembro-me de quando tinha sete anos de idade, e num passeio vi justamente o Batalhão do Exército da cidade de Araguari-MG (cidade onde resido), fiquei me perguntando acerca do que faziam as pessoas que trabalhavam naquele local, como era trabalhar naquele lugar, quais eram as suas principais características, enfim, sempre fui muito curioso sobre a temática. Assim, quando fiz dezoito anos, em 2012, me alistei no serviço militar obrigatório e, em 2013, ingressei no Exército como soldado. A partir desse momento, o que pensava que seria uma profissão, se transformava num verdadeiro pesadelo. Aí então começou a formação de soldados (que é diferente da formação de oficiais subalternos).

Castigos físicos, pressão psicológica, gritos, tudo com a “desculpa” de se formar um bom soldado para o campo de batalha. E essa formação durou cerca de dois meses. Após tal formação, comecei a perceber que vários amigos, colegas e conhecidos, que antes possuíam certas crenças, valores, estilos de vida, após a formação tiveram a “cabeça” modificada quase que totalmente e, em alguns casos, totalmente. Começaram a viver como se houvesse sempre um inimigo pronto para atacar, adquiriram vícios e, o mais importante, começaram a mostrar e a praticar valores e crenças conservadoras, ou seja, as suas “lupas” de enxergar o mundo começaram a ser infectadas pela ideologia conservadora (visão de família, da cultura, da educação, da religião, por exemplo, totalmente conservadora).

Todos esses acontecimentos me fizeram pensar acerca do que aconteceu naquele período: o que ocorreu nesse movimento de formação militar que modificou tanto os modos

de pensar das pessoas que conheço? Seria a própria formação militar? O que estaria por detrás dessa formação que recebemos? Essas são perguntas que, de certa forma, me movem até hoje no tocante a esse tema de pesquisa. Ao todo, trabalhei por dois anos (até 2015) no 2º Batalhão Ferroviário, localizado em Araguari-MG, e fiquei por todo esse tempo pra tentar entender e a responder as perguntas feitas anteriormente, mas, claro, sem acesso aos métodos utilizados pelas Ciências Humanas. Para expandir os meus conhecimentos, principalmente acerca de tais métodos, ingressei no curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em 2017 e, neste mesmo ano, iniciei algumas pesquisas orientadas pelo Prof. Dr. Ailton Laurentino Caris Fagundes, pertencente ao curso de graduação em Ciências Sociais. Em tais pesquisas, tentei entender sobre como o cinema nacional representa a ditadura civil-militar (1964-1985), mais precisamente como representa os militares nos filmes (PEIXOTO, 2019; 2019).

Assim, desde 2017 até início de 2019, as minhas principais pesquisas versavam acerca do cinema nacional, com a temática dos militares. Um pouco mais tarde, ainda em 2019, o Prof. Dr. Ailton sugeriu que eu pesquisasse sobre a formação de militares, mais precisamente a formação da elite do Exército Brasileiro. E quando comecei a pesquisar, as perguntas que haviam surgido anteriormente começaram a ser respondidas. A primeira publicação com esse tema foi no ano de 2021, intitulada “De Praças a Oficiais: Um Contraponto Entre a Formação de Soldados e Tenentes do Exército Brasileiro” (2021), na qual comecei a entender os motivos do tipo de formação que tive como soldado e, também, os objetivos da formação do oficialato do Exército. E, desde então, até atualmente, este é o meu principal tema de pesquisa.

Nesse artigo publicado em 2021 busquei compreender, através dos manuais do Exército e também de pesquisadores sobre o tema, quais são as diferenças e semelhanças existentes entre a formação de soldado e de oficial do Exército. O primeiro grupo é formado para exercer a sua função por no máximo oito anos<sup>1</sup> o segundo grupo, por sua vez, é formado para seguir carreira e possuir estabilidade na Organização Militar, de forma que possa ascender na hierarquia até chegar ao posto mais alto, que é o de Marechal.

Existem, também, vários pontos convergentes e divergentes nas respectivas formações. Tanto os soldados quanto os tenentes têm seus corpos adestrados, por conseguinte, aprendem movimentos corporais militares, tais como a ordem unida, a reverência prestada aos militares

---

<sup>1</sup> Percebi, também, que a manutenção do alistamento obrigatório vai bem mais além de manter a população treinada para uma possível guerra. Tal alistamento serve para que as forças armadas, sobretudo o Exército, mantenha e reforce a ligação entre ele e a população, de forma a repassar e manter os seus valores que serão chamados, aqui, de valores conservadores.

superiores hierarquicamente, a disciplina corporal e, também, atitudes a serem tomadas em períodos belicosos, tais como camuflagem e prática de tiro. No tocante aos pontos divergentes, deve-se ressaltar que os oficiais são formados para serem líderes de tropa, enquanto os soldados se formam para ser comandados. Os tenentes possuem, além da formação básica igual a dos soldados, uma formação acadêmica que engloba disciplinas como a História, a Sociologia, Política, Estratégia, Defesa, entre outras.

Estudar tais disciplinas, de acordo com os resultados desta pesquisa, possibilita ao/à oficial conseguir enxergar a realidade histórica, social e cultural de acordo com o viés militar, onde ele/a está supostamente inserido/a e, principalmente, que ele/a consiga combater nas novas formas de guerra (irregular, híbrida e ideológica) que, em sua maioria, são travadas no ambiente urbano. Dessa forma, percebi que os militares, apesar de possuírem uma formação básica em comum, formam grupos heterogêneos, não obstante coesos, de forma que cada um deles possui uma função específica, visando sempre manter vivas as tradições e os valores conservadores do Exército, sua história, disciplina e, sobretudo, defender o território brasileiro do que eles julgam ser uma ameaça.

Neto (2022) corrobora para a tese de que as forças armadas, principalmente o Exército Brasileiro, nunca esteve alheio tanto às discussões políticas quanto às próprias decisões políticas no Brasil. Se tratando do Brasil República, o pensamento positivista estava adentrando no modo de enxergar a realidade do oficialato militar brasileiro; e alguns órgãos organizados pelo próprio grupo militar, tais como Clube Militar, começaram a ser capazes de interferir na esfera política e nos acontecimentos que levaram à proclamação da República. É de suma importância ressaltar que a organização dos militares em órgãos que representasse os seus interesses proporcionou contato com militares de outros países latino-americanos e esses, por sua vez, já viviam no regime republicano. Tal organização em grupos coesos, em conjunto com os contatos realizados com países latino-americanos que já haviam se tornado repúblicas, balançou as estruturas do governo imperial brasileiro. Nesses outros países republicanos, a democratização do acesso ao grupo considerado como a elite militar da época (maiores chances dos militares considerados como praças chegarem ao grupo de elite), as perspectivas de progresso na carreira e a alforria “dada” aos militares até então escravizados revelaram a contradição do Império brasileiro; tal contradição consistia, de acordo com Neto (2022), ao não acesso aos mesmos direitos garantidos para os militares dos países republicanos.

Essa movimentação dos militares brasileiros, que tinha como base o pensamento positivista, começou a dar indícios de uma formação de grupos ideológicos dentro do Exército. A formação técnica que recebiam dessa instituição, em conjunto com tal viés ideológico, deu a essa elite militar uma perspectiva filosófica que permitiu articular intelectualmente uma oposição à elite política da época (CARVALHO, 1995). Esses militares, então, orientados pelo pensamento positivista começaram a se organizar em órgãos que começaram a juntar militares com ideais republicanos. Em 1887, tais militares começaram a se reunir em clubes e estes clubes, por sua vez, foram organizados para defender os interesses dos oficiais militares, e tinha como representante o Marechal Deodoro da Fonseca. Assim, o principal objetivo desses militares ao se organizarem em grupos coesos era o de lutar, dentro do Estado, por seus direitos e interesses. (CASTRO, 1995).

Dessa forma, os debates realizados pelo oficialato militar, em conjunto com as ações orquestradas, culminaram na instituição do Regime Republicano (CARVALHO, 1995). Vê-se, assim, que os militares estavam intimamente ligados à política da época participando das decisões e se mostrando, acima de tudo, como um grupo de orientação própria, com interesses próprios. Percebe-se tal fato na incompreensão dos políticos da época no que tange aos interesses militares (o que fez os próprios militares se organizarem pela busca dos seus direitos e interesses); com a Proclamação da República, termina o Exército Imperial e tem início o Exército Republicano que, de acordo com Mendonça (2001), se denominava como responsável por manter a dignidade e os interesses da nação.

Tal aproximação dos militares no que toca ao poder político no Brasil pode ser observado, também, na década de 1920 até no final da década de 1980, momentos tais que a elite militar brasileira estava próxima ao poder e que, por mais de duas décadas, exerceu ela própria o poder político. Em meados da década de 1920 até a década de 1930 encontra-se o movimento Tenentista.

O Tenentismo foi um movimento político-militar que surgiu como resposta às crises políticas, econômicas e sociais vividas na época pelo Brasil (VITOR, 2019). Tal movimento tinha, como liderança, jovens oficiais do Exército chamados de “tenentes”; eles se opunham ao regime oligárquico da época e, também, buscavam por reformas políticas e sociais. Esses militares criticavam o clientelismo e a falta de representatividade política e, por conta disso, pediam por maior participação da população na política e por um governo mais centralizado.

Assim, principalmente pelo movimento de resistência que organizado por esses tenentes que atravessou o interior do país de 1925 à 1927, o Tenentismo influenciou o cenário político e social do Brasil. Por meio de revoltas e movimentos armados, os militares

defendiam o progresso e a modernização do país, não aceitando, assim, o sistema oligárquico, e propagavam os seus ideais republicanos, nacionalistas e reformistas; buscavam, através desse movimento, a modernização do Exército, do Estado e por reformas sociais, tais como a criação de leis trabalhistas, políticas de bem-estar social, maior participação do Estado na economia (COELHO, 2000).

Apesar do Tenentismo não ter alcançado todos os seus objetivos, ele exerceu impacto ímpar na história do Brasil, principalmente no tocante à desestabilização do regime oligárquico e, também, preparou o terreno para o Movimento de 1930 que, por sua vez, levou Getúlio Vargas ao poder (BORGES, 1992). E tal Movimento, de acordo com esse autor, foi um movimento político-militar que culminou na queda do então presidente Washington Luís (1869-1957) e, conseqüentemente, o fim da República Velha.

O Movimento de 1930 foi motivado por diversos fatores, dentre eles, a insatisfação da elite militar, principalmente no tocante a centralização do poder nas mãos das oligarquias e a falta de alternância política. Nesse cenário emerge Getúlio Vargas: ele liderou a chamada “Aliança Liberal”, que buscava reformas econômicas, políticas e sociais para o Brasil. Após tal processo, Vargas assumiu a presidência e iniciou um período chamado de “Era Vargas”, na qual foram implementadas reformas significativas, tais como a criação da Justiça do Trabalho, a regulamentação dos direitos trabalhistas, a industrialização do país e a consolidação do poder centralizado do Estado.

Então, os militares tiveram um papel importantíssimo na ascensão de Vargas ao poder em 1930. Segundo Vitor (2019) houve, no país, uma tentativa de tomada do poder chamada de Intentona Comunista; tal tentativa teria sido combatida de forma rápida por Vargas. E essa rapidez incitou, nas forças armadas, um sentimento de que o presidente era extremamente autoritário e que possuía ideais ditatoriais. Já em 1937, Vargas executou um golpe de Estado, estabelecendo o Estado Novo. Nesse período, o governo atacou e reprimiu fortemente as liberdades civis e políticas, incluindo o controle maior sobre as forças armadas. Tal ação fez com que a influência dessas instituições sobre as decisões políticas fosse drasticamente reduzida (GORENDER, 2014); (GONÇALVES, 2010)

Não obstante, em 1945, devido tanto a pressões externas quanto internas (inclusive, aqui, a pressão dos militares), Vargas renunciou ao cargo da Presidência; após a eleição de 1950, Vargas foi eleito pela população, retornando ao cargo de presidente. Nesse segundo mandato, ele tentou se reconciliar com os militares, não tentando diminuir a influência deles nas decisões políticas. Mesmo com as tentativas de Vargas de manter a harmonia entre o governo e as forças armadas, ele não obteve sucesso. E foi assim até 1954, ano de sua morte,

a qual ocorreu em meio a crise política e social; os militares, então, continuaram com a sua influência nas decisões políticas, e tal influência teve o seu apogeu em 1964, ano em que os militares executaram um golpe de Estado, dando origem à ditadura civil-militar. Para explicar melhor como se deu esse processo explicar-se-á, primeiramente, o contexto no qual o golpe ocorreu.

Na época, o então presidente empossado João Goulart era chamado de “esquerdista” pelos militares, principalmente por discutir, em seu governo, reformas como a reforma agrária, triplicar salários dos trabalhadores, dentre outras reformas que beneficiariam a população. E o mais importante: como o mundo passava por uma Guerra Fria que acontecia entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as elites nacionais e estadunidenses não queriam que o Brasil sofresse influência da URSS. A mídia nacional, sendo fomentada por elites nacionais e internacionais, criaram uma espécie de “fantasma comunista” que devastaria todos os valores conservadores da sociedade (GASPARI, 2002); e o medo desse fantasma mobilizou tanto uma grande parte da população quanto o oficialato militar, grupos os quais, principalmente os militares, acreditavam que somente os valores conservadores protegeriam o país dessa ameaça comunista.

Então, os militares se viram ameaçados por esse suposto “fantasma” e tal ameaça, por sua vez, deu a justificativa para que os oficiais militares orquestrassem e executassem o golpe civil-militar de 1964; esse golpe era para, segundo eles, lutar contra essa ameaça comunista no Brasil e para realizar reformas (conservadoras) que, de acordo com eles, levariam o país para o progresso (PEIXOTO, 2019). É de suma importância entender que o golpe foi diferente da ditadura civil-militar que o seguiria. Enquanto o golpe serviria para realizar algumas reformas consideradas importantes para os oficiais militares, a ditadura propriamente dita seria importante para manter os militares no poder para, assim, atender aos seus próprios interesses e aos interesses das elites nacionais e internacionais.

Pode-se dizer, então, que o ato de atender aos interesses internacionais teve início no processo da Segunda Guerra Mundial. Nessa época, os militares modificaram as suas doutrinas, que antes eram embasadas na doutrina francesa, para a doutrina norte-americana; após a Segunda Grande Guerra, o mundo estava dividido em duas grandes superpotências: de um lado, os Estados Unidos e, de outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e as duas travaram uma guerra chamada de Guerra Fria. O Brasil, nesse contexto, se alinhou aos Estados Unidos com a finalidade de obter mais recursos e tecnologia para desenvolver infraestrutura e indústria (LOUREIRO, 2019). Dessa forma, como parte desse alinhamento, o Brasil adotou a doutrina militar norte-americana, recebendo treinamento militar,

equipamentos, assistência técnica militar e, acima de tudo, recebeu forte influência ideológica. Se tratando da Guerra Fria, ainda, o Brasil começou a enxergar em movimentos ligados (ou supostamente ligados) ao comunismo uma ameaça à estabilidade política, econômica e social criando, assim, uma tendência autoritária no país (MOREIRA; SOUSA, 2021).

Os EUA apoiaram regimes autoritários em várias partes do mundo para, de acordo com eles, combater o comunismo. Aqui, o golpe de 1964 teve grande apoio norte-americano; depois do golpe, ainda com esse apoio, os militares instauraram a ditadura para reprimir toda a oposição política e adotou, para isso, políticas de segurança nacional que incluíam prisões arbitrárias e torturas (MOTTA, 2002). Um exemplo disso é a criação da Doutrina de Segurança Nacional, na qual há grande influência dos EUA: como eles também viam questões políticas e sociais como pertencentes à segurança nacional justificavam, com esse documento, a repressão de movimentos sociais, sindicatos e opositores políticos sob a alegação de que eram uma ameaça à segurança nacional (COMBLIN, 1978). Nessa época, e ainda hoje, vê-se a influência da Doutrina de Segurança Nacional, principalmente nas políticas de segurança, de defesa e, também, na formação dos militares (que será discutida posteriormente).

O Exército na época da ditadura não formava um grupo homogêneo. No interior deste, existiam, grosso modo, quatro grupos distintos: são eles os sorbonistas, os linha-dura, os nacionalistas de direita e as chefias que se impunham em nome da unidade e do princípio burocrático constitutivo da corporação militar. Para entender melhor a aproximação dos militares do poder e a execução desse poder, concentrar-se-á nos dois primeiros grupos anteriormente citados. O primeiro grupo, o dos sorbonistas, fizeram graduação na Universidade de Sorbonne. O líder desse grupo foi o Marechal Castello Branco, o qual foi o primeiro “presidente” militar empossado após o golpe. Tal grupo estava mais interessado em realizar reformas liberais, mantendo o Congresso Nacional aberto, bem como não atingiram diretamente os partidos políticos; eram a favor da reforma agrária e não atacaram de forma direta a liberdade de imprensa e de opinião (CRUZ; MARTINS, 1983). Vê-se, a partir dessas características, uma fase relativamente branda da ditadura.

Essa “ditadura branda” encabeçada por Castello Branco começou a desagradar o grupo de militares linha-dura e o grupo de militares nacionalistas de direita. Tais grupos, por seu turno, ofereceram bastante resistência ao Marechal que, mesmo com todo o descontentamento desses grupos, conseguiu realizar algumas reformas para adequar o Brasil ao mercado internacional (GASPARI, 2002). Após fazer tais reformas, a intenção do grupo sorbonista era o de entregar o governo de volta para os civis, todavia, não foi isso que aconteceu. Após a eleição de 1965, candidatos opositores aos militares foram eleitos em cinco de onze estados,

inclusive os mais estrategicamente localizados (Minas Gerais e Guanabara). Esse resultado descontentou ainda mais os militares linha-dura, que se fortaleceu e editou o Ato Institucional 2, o qual dava mais poderes ao Presidente, tais como caçar mandatos, retirar a estabilidade de cargos públicos e o de estender o julgamento militar para os civis, extinguir a livre manifestação do pensamento, extinguir partidos políticos, decretar o fechamento de casas legislativas. Assim, o que antes parecia ser o fim da ditadura, é estendida pelos linha-dura, encabeçada pelo General Costa e Silva, empossado Presidente em 1967, ano este no qual começa, de fato, a ditadura civil-militar (CRUZ; MARTINS, 1983).

O General Costa e Silva realizou reformas que agradaram as elites nacionais e internacionais e, também, a maioria dos grupos militares. Contudo, em 1968, as operações truculentas dos militares assassinaram o estudante Edson Luiz no estado do Rio de Janeiro, em uma manifestação que reivindicava melhorias em um restaurante universitário. Tal assassinato foi o estopim para uma série de manifestações contra a ditadura na época chegando até mesmo nas fábricas, ocorrendo greves nestas paralisações e por consequência, gerou temores na elite empresarial brasileira. Surgem também ações do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), liderado por Carlos Marighela; gerou também movimentações no Congresso Nacional e, até mesmo, movimentações dentro do Exército Brasileiro. Costa e Silva, para conter tais levantes contra o governo, suspendeu a Constituição de 1967 e editou o Ato Institucional 5.

O AI-5 fez com que a repressão assolasse, de fato, o território brasileiro (GASPARI, 2002); (CRUZ; MARTINS, 1983). O pluripartidarismo foi reduzido ao bipartidarismo (MDB e ARENA), o Congresso foi posto em recesso, começou a censura à imprensa, violação da privacidade individual, prisões tomadas por características de sequestro (podendo ser mantidas por até quarenta e cinco dias), perda do direito ao *habeas corpus*, todas as pessoas, principalmente as que não concordavam com a ditadura, eram consideradas como ameaça à segurança nacional. Assim, com o aumento da repressão por parte dos militares, aumentou, também, o número de grupos opositores ao regime, que resultou na edição de vários outros Atos, pelo governo, para tentar silenciá-los. Vê-se, neste recorte (1965-1970), que os militares tinham interesses particulares de se manter no poder, além de defender os interesses das elites nacionais e internacionais. Assim, enxerga-se a íntima ligação dos militares com o governo, hora como grupo auxiliar do capital, hora como grupos autônomos na busca dos seus interesses. Interesses tais que fazem parte, até hoje, da sua formação, principalmente no que tange a formação dos oficiais do Exército Brasileiro. Interesses como: conservar os valores judaico-cristãos, da família nuclear conservadora, branca e elitista e, o mais importante, o de

estar em constante alerta e pronto para lutar contra a “ameaça comunista” que está a espreita, pronta para, segundo eles, corromper todos esses valores<sup>2</sup>

Todas essas características ditas até agora acerca dos militares podem ser percebidas, também, no governo de Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente do Brasil (2019-2022). Assim como na ditadura civil-militar, houve um processo histórico, político e econômico que culminou na eleição do referido Presidente. Em 2018, Bolsonaro foi eleito Presidente do Brasil; ele é o primeiro Presidente de origem militar eleito desde a ditadura e, também, é o primeiro a defendê-la abertamente. Ele se formou oficial do Exército Brasileiro na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras). Lá, aprende-se os principais valores e princípios que regem a instituição, tais como a hierarquia, a disciplina e os valores conservadores. O Exército é visto por muitas pessoas tais como pseudointelectuais, que produzem pseudociência (mas que exercem bastante influência sobre as pesquisas militares, como será exposto posteriormente) como o guardião e executor dos valores conservadores na sociedade brasileira (GOMES; SANTOS, 2018).

Dessa forma, o Exército tem, como representante, Bolsonaro, ex-chefe do Poder Executivo, para atender aos seus interesses e, também, para conservar tais valores na sociedade brasileira. Para tanto, no seu governo, ele nomeou vários militares pertencentes à elite militar em postos-chave como, por exemplo, no Ministério da Educação, no Ministério da Saúde, tudo isso para alinhar as pastas ideologicamente aos valores conservadores, que foram aprendidos em sua formação na AMAN. Não obstante, vê-se a construção de uma íntima relação entre o oficialato militar e o governo, influenciando sobretudo em decisões estratégicas como, por exemplo, educação brasileira e repasses de verbas.

Enxerga-se uma aproximação de Bolsonaro e dos militares ao grupo dos militares linha-dura, presentes no período mais obscuro da ditadura civil-militar que aconteceu no Brasil; mostram também submissão e entreguismo aos países estrangeiros, sobretudo aos Estados Unidos (PINTO, 2019). Não somente tal submissão seria econômica, mas, também, ideológica. Olavo de Carvalho e Gal. Coutinho, pseudointelectuais discutidos posteriormente neste trabalho, influenciaram fortemente a doutrina ideológica militar do Exército, tem como fonte o pensamento neoconservador norte-americano dos anos 1980 e 1990, e esse pensamento que tem a sua raiz fincada na velha direita norte-americana das décadas de 1920 e 1930 que, por sua vez, tinha um tripé formado pela ideia da existência de um governo bastante “enxuto” (descentralização das funções de governo articulado com a auto

---

<sup>2</sup> Tais processos serão discutidos posteriormente.

governança/comunitarismo); anticomunismo e valores tradicionais (valores ocidentais e judaico-cristãos).

Essa “nova versão” do conservadorismo que ressurgiu na década de 1980, e que se expandiu nos anos 2000 e ganhou expressão no governo de Trump (2017-2021), está assentado sobre o tripé da velha direita com várias particularidades como, por exemplo, ênfase maior na “guerra cultural”, a qual tanto a população quanto os militares precisariam estar em constante vigilância para lutarem contra uma possível “ameaça comunista” (contra a “corrupção” dos valores ocidentais e judaico-cristãos); vê-se em autores como Pat Buchanan, Samuel Francis, Paul Gottfried, Gerald Atkinson, Paul Weyrich, William Lind, dentre outros autores da direita radical conspiratória, as/os pesquisadoras e pesquisadores que trilham pelo campo cultural (movimentos contemporâneos como feminista e imigrantes), não teriam objetivos de compreender a dinâmica cultural do capitalismo mas, sim, de acordo com os neoconservadores, destruir as tradições e os valores ocidentais (FINGUERUT, 2005); (KRISTOL,1995).

Dos pesquisadores aqui mostrados, um merece atenção especial. Willian Lind (1991; 2004) foi um pensador militar que estudou a evolução da guerra sendo o primeiro a utilizar, em 1989, o termo guerra de 4º geração (que depois foi chamada de guerra híbrida). Tal tipo de guerra estaria interessada em obter vantagens com mudanças políticas, econômicas, sociais e tecnológicas, principalmente por conta do aumento da complexidade de adversários não estatais (terroristas, grupos revolucionários). Não obstante, o referido autor afirmou, ainda, que um dos maiores perigos que os Estados Unidos já enfrentou seria a ideologia do multiculturalismo (guerra cultural) (LIND, 1991).

Essas ideias têm sido repetidas sistematicamente pelo oficialato do Exército nos últimos anos (PINTO, 2019). Assim, quando ideias passam a ser repetidas pela elite militar, dada a sua estrutura hierárquica, provavelmente decorreram de uma doutrina ensinada pelas instituições de ensino militar (sobretudo na AMAN, local onde se formam os oficiais do Exército). Diante disso, se aprofundar nessa ideologia militar é de importância ímpar. Então, investigá-la será o objetivo principal deste trabalho de pesquisa. A proposta inicial, para investigar essa ideologia militar, é analisar a formação da elite militar do Exército, que acontece na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que se localiza na cidade de Resende-RJ.

## **CAPÍTULO 1: TEORIA E METODOLOGIA DA PESQUISA**

Aqui, será apresentada uma breve introdução sobre a Revista Agulhas Negras, destacando seus objetivos, sua periodicidade e suas áreas de concentração. Em seguida, apresentar-se-á os objetivos específicos dessa pesquisa, que são compreender como a elite militar escreve sobre os seus papéis na sociedade, e como eles enxergam as ligações entre o Exército e os governos e como afirmam a importância da manutenção dessa Instituição. Depois, será apresentado o método utilizado na pesquisa, que consiste na análise de artigos publicados na Revista Agulhas Negras, com foco inicial nas publicações sobre a História Militar Brasileira e, posteriormente, nas demais publicações, como Sociologia e Política.

A discussão do texto é dividida em três partes. Na primeira parte, o texto discute a importância da análise da produção historiográfica da AMAN para a compreensão do papel político-ideológico do Exército Brasileiro. Na segunda parte, o texto analisa os artigos publicados na Revista Agulhas Negras sobre a História Militar Brasileira. Na terceira parte, o texto analisa os artigos publicados na Revista Agulhas Negras sobre temas como Sociologia e Política

### **1.1 REVISTA AGULHAS NEGRAS**

Na pesquisa proposta neste Programa de pós-graduação, procuramos focar na formação da elite militar do Exército; então, aqui, objetivou-se mostrar a atuação dos militares, especialmente do oficialato do Exército Brasileiro, na história do Brasil, bem como os próprios militares enxergam tal atuação e como eles contam, através das suas publicações científicas, sobre o seu papel político e ideológico. Como objetivos específicos buscou-se, aqui, analisar as publicações científicas da Academia Militar das Agulhas Negras, inicialmente as publicações sobre a História Militar Brasileira (e depois abriu-se o filtro para as demais publicações, para áreas como a Sociologia e Política), visando compreender sobre como essa elite escreve sobre si própria; compreender acerca de como eles enxergam as ligações entre essa instituição (Exército) e os governos e, também, entender sobre como tais militares afirmam e reafirmam a importância da manutenção da existência do próprio Exército, com a finalidade do cumprimento do seu papel político-ideológico, salvando, de acordo com esses militares, o país de inimigos internos e externos.

A partir da análise da revista Agulhas Negras, com enfoque inicial nas publicações acerca da História Militar do Brasil, buscou-se compreender a formação de tais oficiais no que tange a disciplina de História: quais autores eles utilizam na produção das pesquisas? Como eles trabalham as fontes? Quais perguntas fazem a elas? Quais conceitos utilizam? Ainda,

como os militares contam e afirmam o seu papel político e ideológico através das suas escritas sobre a História do Brasil? Como eles enxergam a sociedade brasileira? Para isso, buscou-se entender, também, quem são os pesquisadores: buscou-se os Currículos Lattes dos professores orientadores, para verificar quais temas pesquisam, como entraram na AMAN, se são militares ou não. Buscou-se a compreensão desses dados/aspectos porque a partir da compreensão destes, poder-se-á analisar a formação da elite militar e, mais ainda, analisar o papel político e ideológico do Exército na sociedade brasileira e a direção para onde a instituição “empurra” essa sociedade.

A Revista Agulhas Negras, que será utilizada aqui como fonte, é um periódico acadêmico criado em 2017, produzido pelos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), localizada em Resende, Rio de Janeiro, Brasil. O nome da revista é uma referência à montanha símbolo da academia<sup>3</sup>. O objetivo principal da revista é promover e divulgar as pesquisas e produções científicas realizadas pelos cadetes durante sua formação na AMAN. A revista serve como um espaço para os cadetes compartilharem seus estudos e trabalhos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, incluindo ciências sociais, ciências naturais, humanidades e tecnologia. Ela busca incentivar o espírito investigativo e a produção científica entre os cadetes, bem como contribuir para o desenvolvimento acadêmico da instituição.

As submissões passam por um processo de revisão por pares, no qual especialistas na área avaliam a qualidade metodológica, a relevância e a originalidade dos trabalhos. Além de artigos científicos, a revista pode incluir também resumos expandidos de trabalhos de conclusão de curso, resenhas de livros e outros materiais de interesse acadêmico produzidos pelos cadetes. Essa diversidade de conteúdo permite a disseminação do conhecimento produzido pela academia militar e contribui para o avanço do conhecimento científico nas respectivas áreas<sup>4</sup>

A Revista Agulhas Negras é composta por oito números, os quais versam sobre os mais diversos assuntos. De acordo com a Revista, esta foi idealizada com a intenção de se

---

<sup>3</sup> As Agulhas Negras são um conjunto de montanhas localizado na Serra da Mantiqueira, uma cordilheira que se estende por três estados do Brasil: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. As Agulhas Negras em particular estão situadas na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, na região conhecida como Itatiaia. Essas montanhas são conhecidas por sua forma aguda, que lembra agulhas, por isso o nome "Agulhas Negras". O ponto mais alto dessas montanhas é o Pico das Agulhas Negras, que atinge uma altitude de aproximadamente 2.792 metros acima do nível do mar, tornando-se uma das montanhas mais altas do Brasil. Assim, esse nome evoca uma imagem de grandeza e desafio. Dessa forma, o nome Academia Militar das Agulhas Negras não faz referência apenas à geografia local, mas, também, carrega um simbolismo que se alinha com os valores e objetivos da formação militar: resistência, determinação, liderança, disciplina e coragem (PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA, 2017).

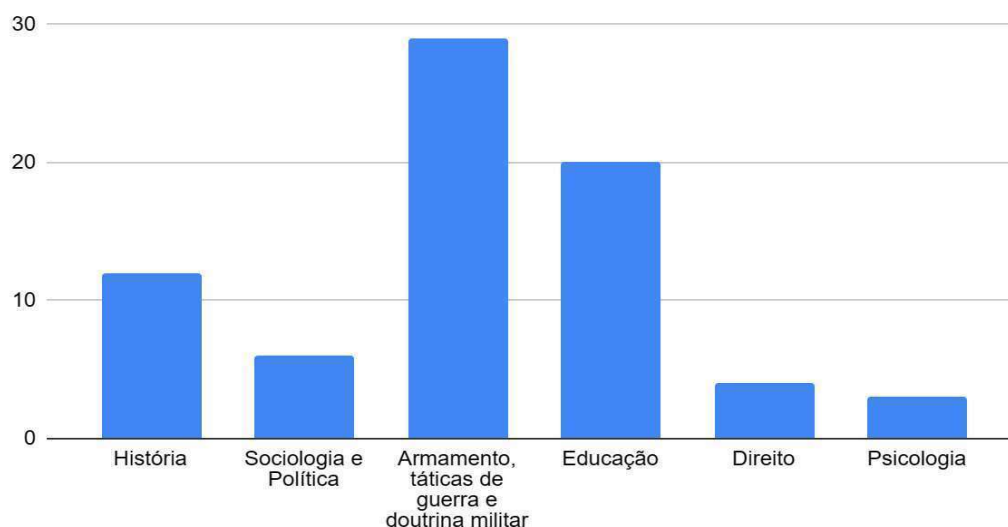
<sup>4</sup> Informações coletadas na descrição da própria Revista Agulhas Negras. Disponível em: [Submissões | Revista Agulhas Negras \(cb.mil.br\)](#). Acesso em 04/09/2023.

tornar mais um veículo de propagação de pesquisas acadêmicas e divulgar a atividade intelectual produzida pelos alunos da AMAN, mostrando os principais temas discutidos na formação de oficiais, autores utilizados como referências nas disciplinas acadêmicas. Assim, este periódico é um veículo alavancado pelas raízes, valores e tradições históricas da Força Terrestre com a intenção, de acordo com os militares, de mostrar a importância de conservar os valores defendidos pela instituição, se incumbindo de ser a guardiã e propagadora desses valores (AMAN, 2017). As publicações desta instituição servem para os militares explicitarem suas pesquisas e seus pontos de vista acerca de diversos temas, inclusive sobre a História Militar. Esses artigos possibilitam perceber as representações sobre os próprios militares, enquanto grupo e sobre a história do Brasil; bem como descobrir na palavra escrita as limitações e apagamentos em sua escrita da história. O primeiro número, publicado em 2017, têm as suas publicações voltadas para metodologias de ensino utilizada no curso de graduação na AMAN, tais como metodologias ativas e a implantação de educação por competências.

O segundo número, publicado em 2018, possui vários temas, como a utilização da Arma de Infantaria em operações de montanha, análise comparativa entre a Doutrina Militar do Exército e a Doutrina Militar dos EUA, o papel do Exército na manutenção dos valores (conservadores) no Brasil, entre vários outros temas. Em 2019, publicou-se o número três, no qual têm artigos mais voltados para a História Militar Brasileira, com artigos sobre o papel dos militares na política de 1945 até 1985, memória da população italiana acerca da Força Expedicionária Brasileira; em 2020, por sua vez, têm-se publicações diversificadas, novamente, com temas sobre a construção da liderança militar, ensino da língua inglesa, e sobre a psicologia de massas na 1ª Guerra Mundial.

Em 2021, no quinto número, publicou-se sobre os riscos de atividades militares, logística, e 2ª Guerra Mundial. Já no número seis, também publicado em 2021, têm-se temas como guerra da informação, 2ª Guerra Mundial; nos números sete e oito, publicados em 2022, os temas continuam variados, tais como guerra híbrida, crise migratória na Venezuela, emprego de software em operações militares. Esse é o gráfico que representa as publicações da Revista Agulhas Negras, desde 2017, por áreas do conhecimento:

## Publicações da Revista Agulhas Negras



Assim, observa-se que há, ao todo, 74 artigos publicados na Revista. Desses, 12 são sobre História; 6 sobre Sociologia e política; 29 sobre armamento, táticas de guerra e doutrina militar; 20 sobre Educação; 4 sobre Direito e, também, 3 sobre Psicologia. Após essa breve explicação acerca da Revista expor-se-á, agora, minha trajetória acadêmica, bem como os caminhos pelos quais cheguei a essa pesquisa.

O recorte aqui proposto inicialmente (e que depois foi modificado) consiste na análise de pesquisas que versam acerca da história militar brasileira e em observar como o tema foi contemplado ao longo do tempo, verificando como os militares contam, a partir da produção historiográfica, o seu papel político e ideológico ao longo da história do Brasil. Foram aplicados inicialmente nesta pesquisa os seguintes filtros: seleção das publicações da área de história militar do Brasil publicados pela Revista Agulhas Negras, e exclusão dos demais temas publicados, tais como material bélico, táticas belicosas, engenharia militar e técnicas de comunicação. Tal seleção resultou em doze artigos. A seleção dos artigos foi realizada com base no título, palavras-chave e resumo, a partir do critério de que o trabalho deveria ter o foco central na história militar brasileira, independente do problema colocado, da abordagem, do recorte ou do referencial escolhido. Depois, o filtro foi aberto para abarcar artigos com temas como, por exemplo, de Sociologia e Política. Abriu-se o filtro pois percebeu-se, no decorrer da pesquisa, que os demais temas auxiliariam a compreender melhor o papel político-ideológico dos militares.

Pergunta-se: quais serão as fontes a serem analisadas neste trabalho? Tais fontes serão os artigos produzidos pelos militares alunos dessa instituição, e esses artigos são publicados

na Revista Agulhas Negras. Assim, a pergunta que direciona, também, o desenvolvimento desta pesquisa é: Como as publicações da revista da AMAN nos ajudam a compreender o exército brasileiro, sua formação, valores e papel na sociedade brasileira? A produção historiográfica da AMAN, além de produzir conhecimento sobre diversos temas, pode ser analisada como um discurso que produz presença de sentidos, sentidos esses acerca de vários conceitos tais como, por exemplo, história, família, sujeito, sociedade, ideologia. Diante disso, tem-se como hipótese que essa produção seria uma (re) afirmação da ideologia militar conservadora, e que esses autores, ao publicar os artigos, tentam conseguir um espaço no campo científico pois, somente assim, conseguiriam validar a sua ideologia; mais ainda, buscam tal validação e, também, ter as suas vozes ouvidas em um campo que eles tanto negam.

Segundo Almeida (2011), de alguns anos pra cá, as principais publicações científicas começaram a ser publicadas eletronicamente. Publicações tais como *papers*, artigos, dissertações e teses podem ser acessados pela internet. Por exemplo, no Brasil, a CAPES disponibiliza o acesso a mais de quinze mil revistas científicas nacionais e internacionais. Dessa forma, o acesso das pesquisadoras e dos pesquisadores a esta vasta quantidade de fontes foi extremamente facilitado pela internet. De acordo com Veloso e Nascimento (2012), os periódicos científicos surgem no início da década de 1990, com a criação das Tecnologias da Informação e com a extrema necessidade de divulgar e disseminar o conhecimento científico utilizando, para isso, um meio de comunicação no qual o acesso à informação fosse rápido e eficaz. Não obstante, as primeiras implementações de publicações eletrônicas foram realizadas no *New Jersey Institute of Technology* no ano de 1976. A publicação eletrônica, mesmo que seja somente uma versão de outra já existente em formato tradicional (impresso), se caracteriza por sua dinâmica de leitura diferenciada e por facilitar o acesso ao usuário.

Ohira e Prado (2003), dizem que os periódicos eletrônicos apresentam várias vantagens aos usuários, dentre elas o acesso aos textos completos, baixo custo de acesso, disponibilidade instantânea e global de uma informação, facilidade de cópia e impressão, informações atualizadas, possibilidade de diálogo interativo com os autores e editores, os artigos têm várias palavras e frases com link, que direciona a mais informações disponíveis na internet permitindo, assim, que os leitores possam se aprofundar mais nos assuntos tratados. Se tratando de Brasil, se destaca o Portal Capes de Periódicos, que oferece acesso aos textos completos de artigos de revistas internacionais e nacionais de todas as áreas do conhecimento. Se destaca, também, o programa Scientific Electronic Library Online (SciELO), que é considerado como uma biblioteca eletrônica que abarca uma seleção de periódicos brasileiros.

Capelato (1994), aponta os periódicos como fontes de pesquisa riquíssimas, pois possibilitam as historiadoras e os historiadores acompanharem o percurso das pessoas através dos tempos. Tal afirmação faz alusão ao movimento de “renovação” historiográfica provocado pelo surgimento da História Nova. A partir da década de 1970, a terceira geração dos *Annales* propôs à História, fazendo uso da interdisciplinaridade, o uso de novos objetos, problemas e abordagens. Os aportes teóricos e analíticos oriundos principalmente das Ciências Sociais, tais como a Antropologia, a Linguística e a Sociologia, além de aumentarem a noção de documento na historiografia, mostraram contribuições de suma importância no que tange os aspectos metodológicos de investigação.

A nova corrente historiográfica inaugurada por Le Goff, Duby, Ladurie, entre outros historiadores, alterou o campo de atuação do historiador e o conduziu a novos rumos. A utilização dos periódicos impressos e, mais tarde, dos periódicos científicos digitais expandiu e vem expandindo o entendimento acerca do que pode ser compreendido como fonte histórica. Dessa forma, conhecer e historicizar as fontes passou a ser atitude essencial no que tange o ofício do historiador. Não obstante, as possibilidades de analisar as formas de representação de um determinado contexto levou os historiadores, de diversas matrizes teóricas, a trabalharem com os periódicos e a reconhecerem nas fontes digitais novas possibilidades de análise e de releitura do passado (SOARES; VAINFAS, 2012).

É impossível negar, de acordo com Luca (2005), que ao longo do desenvolvimento da história, os periódicos, como meios de informação e de divulgação de conhecimentos científicos, se viram impregnados por íntimas relações de dependência com pessoas, e/ou até mesmo com instituições de poder, sejam estas de caráter econômico, político, social e cultural. Assim as revistas acabam, muitas vezes, sendo intermediárias dos ideais de tais pessoas e instituições, promovendo o seu poder na sociedade; se tornam uma instância subordinada às classes dominantes, propagando os seus valores, interesses e discursos ideológicos.

Mesmo diante de todos os estes “viéses”, os periódicos podem ser reconhecidos como materiais de pesquisa valiosos para o estudo de um determinado recorte histórico. De acordo com Souza e Filho (2013), os documentos históricos oriundos dos periódicos não podem ser considerados reflexos da realidade, não obstante, devem ser observados como representações da realidade que vão de acordo com os pontos de vista de suas autoras e de seus autores. Logo, ao se trabalhar com estas fontes de pesquisa, deve-se ficar atento à subjetividade de quem desenvolveu a pesquisa e atentar-se em qual revista a referida pesquisa foi publicada. Todas as autoras e todos os autores estão ligadas e ligados a sua classe social e ao seu

momento histórico portanto, justamente aí, mora a impossibilidade de sua imparcialidade; geralmente, esta subjetividade é influenciada quando as pesquisadoras e pesquisadores pensam acerca do seu público-alvo e nas funções sociais propostas pelo desenvolvimento da pesquisa.

Para examinar tais fontes de pesquisa, as pesquisadoras e os pesquisadores devem levantar os seguintes questionamentos: quem eram as pessoas que tinham interesse ou acesso à pesquisa publicada? Qual o discurso político e ideológico existente nestes artigos? Algo que deve ser considerado, também, é que, ao acompanhar determinado periódico, se torna mais fácil perceber a ocorrência de transformações ocorridas neste (SOUZA; FILHO, 2013). É de suma importância que se analise a produção de artigos em conjunto com o contexto no qual foi produzido, se atentando às esferas sociais, políticas e econômicas nas quais as pesquisas foram desenvolvidas. Assim, será possível desambuçar os motivos pelos quais determinados temas de pesquisa ganharam destaque nos artigos, enquanto outros temas não tiveram tanta importância ou não foram publicados.

Ainda se tratando das revistas que surgem no interior das instituições de ensino superior, de acordo com Silva (2020), são resultados concretos de projeções e ambições das pessoas que pertencem à instituição e possuem a intenção de criar um espaço de circulação de ideias construindo, assim, espaços de sociabilidade intelectual. Dessa forma, o processo de crítica ou análise documental de um periódico deve levar em consideração vários elementos; elementos tais que auxiliam na compreensão do sentido da produção. Deve-se, assim, ao olhar para a fonte, levar em consideração as dimensões internas e externas dos textos. Ao destacar as referidas dimensões, se torna possível compreender o significado do que está escrito na fonte e identificar qual o lugar da sua produção, pois tais questões trazem os interesses das pessoas que colaboraram para a construção da fonte (BASTOS, 2003). Luca (2005), ao analisar a construção de pesquisas históricas a partir da utilização de jornais e revistas acadêmicas observou que, praticamente até a década de 1970, ainda era relativamente pequena a quantidade de pesquisas que utilizavam como fonte de conhecimento as referidas fontes para o conhecimento da história no Brasil.

Ao denunciar tal realidade, a autora entende que o número pequeno de utilização de tais fontes se devia a desconfiança de pesquisadoras e pesquisadores que ainda estavam presos ao “pecado metódico” da objetividade científica e documental que o conhecimento atual já o “colocou por terra”. Tal fama negativa do uso de fontes com formato de revistas atravessou séculos até que, como dito anteriormente, historiadoras (es) e pesquisadoras (es) buscaram redimir tal suporte documental. Se tratando de Brasil, pesquisas que utilizavam como fonte as

revistas passaram a se difundir junto com o olhar e com o uso de suportes analíticos que buscavam problematizar ou até mesmo evidenciar supostos problemas, tais como a dificuldade em saber quais são as influências ocultas que se exerciam em determinados momentos sobre os órgãos de informação, e qual o papel desempenhado pela disseminação do conhecimento produzido, a pressão exercida pelo governo, entre outras influências (BOAVENTURA, 1999).

De Luca (2005), diz que a utilização qualificada dos artigos ajuda a compreender o lugar de publicação destes e, não obstante, os interesses vinculados; os periódicos possuem suma importância em sua utilização como fontes históricas pois, através deles, pode-se compreender o universo de formação e organização de uma Instituição de Ensino Superior. Após a discussão exposta acima, pergunta-se: seria possível enxergar os artigos do ensino superior militar brasileiro por este viés?

Ginzburg (1989) pode auxiliar de forma ímpar a enxergar as fontes aqui analisadas. Então, pretende-se olhar, para tais fontes, a partir da “semiótica médica”. Esta é a disciplina que permite diagnosticar doenças inacessíveis à observação direta com base nos sintomas superficiais; assim, as historiadoras e historiadores, nesta perspectiva, enxergam a história como um conhecimento indireto, indiciário, conjectural (GINZBURG, 1989, p. 157). Dessa forma vê-se, nessa pesquisa aqui proposta, uma investigação quase criminal, detetivesca, que desvenda o mistério baseado em indícios imperceptíveis para a maioria das pessoas. Tais indícios, por sua vez, são pistas, que por menores que sejam, mudas ou não, não podem ser negligenciadas.

O Estado também utilizou e ainda utiliza o paradigma indiciário. O seu objetivo era e é identificar as pessoas através de pistas, como digitais, retratos falados, fragmentos do corpo, com o objetivo de controlar a sociedade. Ginzburg (1989), diz que o mesmo paradigma indiciário utilizado para realizar o controle social de forma sutil e minuciosa pode se transformar num instrumento para dissolver as névoas de ideologia; assim, se a realidade é opaca existem zonas privilegiadas, que são os sinais e indícios, que permitem decifrá-la.

Então, nesta pesquisa acerca da formação do oficialato do Exército, busca-se indícios, fragmentos, “pistas invisíveis” para a maioria das pessoas, para tentar compreender a ideologia militar, bem como enxergar os mecanismos pelos quais os militares tentam construir a sua versão sobre a História. Ginzburg (1984) busca documentações alternativas em suas pesquisas no método indiciário e aqui, também, buscou-se fontes alternativas. Tais fontes consistem, como dito anteriormente, nas publicações da Revista Agulhas Negras, com enfoque nas pesquisas que versam acerca da História Militar do Brasil.

## **1.2: FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

A formação de militares do Exército Brasileiro, mais especificamente a formação de oficiais subalternos, engloba o estudo de disciplinas como História, Sociologia, Política, Estratégia, entre outras. A formação desses oficiais acontece no primeiro ano na EsPCEX (Escola Preparatória de Cadetes do Exército), e nos outros quatro anos acontece na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), durando o total de cinco anos. Ao final do curso, os aspirantes a oficial sairão com o diploma de graduação de ensino superior em Ciências Militares, e são destinados para trabalhar nos mais diversos batalhões do Exército existentes no país.

Para compreender mais acerca da produção científica dos estudantes da AMAN é necessário, primeiramente, compreender que existe uma hierarquia bastante rígida no interior desta instituição e desmenuçar informações acerca da formação destes. De acordo com Leirner (1995), o Exército possui no interior de suas instituições uma hierarquia que divide os militares em vários grupos. São eles: Oficiais Gerais; Oficiais Superiores; Oficiais Intermediários; Oficiais Subalternos; Graduados e Praças<sup>1</sup>. Dentro do grupo de Oficiais Gerais estão: Marechal, General de Exército, General de Divisão e General de Brigada. No interior do grupo de Oficiais Superiores estão: Coronel, Tenente-Coronel, Major.

Oficiais intermediários: Capitão; já os Oficiais Subalternos são: 1º Tenente; 2º Tenente; Aspirante a Oficial. São integrantes do grupo Graduados: Sub-Tenente; 1º Sargento; 2º Sargento; 3º Sargento; Cabo; e fazem parte do grupo dos Praças: Soldado do Núcleo Básico e Soldado Efetivo Variável (a diferença entre estes dois grupos de soldados consiste no tempo de permanência na instituição. Enquanto o primeiro está com menos de um ano no Exército, o segundo possui mais de um ano). A escrita destes grupos aqui está na ordem decrescente, ou seja, escreveu-se primeiramente o grupo que ocupa o topo da hierarquia militar do Exército, e escreveu-se por último o grupo localizado mais abaixo de tal hierarquia.

Segundo Fázio (2003), o Ensino Preparatório do Exército se iniciou em 1939, com a transformação do Colégio Militar de Porto Alegre em “Escola de Formação de Cadetes”, depois denominada de Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA). Quando esta instituição não conseguiu mais atender a enorme demanda de alunos inscritos para seu curso de formação, o Exército Brasileiro decidiu criar novas Escolas para tentar atender a tal demanda, que buscava seguir carreira nas armas do Exército. Assim, em 17 de setembro de 1940 surgiu a Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo (EPSP), instalada provisoriamente no prédio destinado ao hospital Sírio Libanês, localizado na rua da Fonte, nº 91, atual Adma Jafet, no

bairro da Bela Vista, cedido pelo governo de São Paulo para esta finalidade, e que mostrou bastante interesse em ter uma escola militar em seu território.

Em 1994 teve início a construção do prédio destinado a sediar a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), localizado na área da centenária Fazenda Chapadão, em Campinas-SP, e o projeto de construção é de autoria do engenheiro-arquiteto Hernani do Val Penteadado. E desde então, esta instituição prepara os cadetes para a entrada no curso de formação de oficiais na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras). Para terem acesso ao curso de oficiais subalternos, as pessoas interessadas deverão prestar concurso público, que ocorre uma vez ao ano, e consiste na realização de uma prova objetiva, um teste de aptidão física e exames médicos. São disponibilizadas quatrocentas vagas para homens e cinquenta para as mulheres. Após a admissão, as aprovadas e os aprovados são submetidas e submetidos ao curso preparatório, no qual todas e todos passam por uma formação básica, contendo treinamento físico-militar, instruções de tiro, movimentos corporais militares (que mostram reverência e respeito do indivíduo inferior ao indivíduo superior hierarquicamente), instruções e provas práticas de sobrevivência em ambientes adversos (selva, guerra urbana, entre outros ambientes) (MOTTA, 1976). Depois de um ano, as/os cadetes continuam o curso na AMAN por quatro anos.

A história da AMAN teve início em 1810, com a criação da Academia Real Militar, pelo Príncipe Regente D. João, instalada inicialmente na Casa do Trem, no Rio de Janeiro, onde hoje se localiza o Museu Histórico Nacional. Em 1944 a sede foi deslocada para Resende-RJ. E em 1951 foi nomeada como Academia Militar das Agulhas Negras. Esta instituição forma oficiais subalternos para o Exército há mais de duzentos anos; após formados e cursar disciplinas das ciências humanas, exatas, sociais e militares concernentes às áreas de ensino militar bélico do Exército (infantaria, cavalaria, engenharia, artilharia, intendência, comunicações, material bélico), as/os militares, agora aspirantes a oficial, saem com o diploma de graduação em Ciências Militares. Segundo Motta (1976), o ensino na AMAN se baseia em conceitos metodológicos modernos, que buscam o desenvolvimento de competências nos oficiais, que se tornarão líderes de tropa na era do conhecimento. Diz, ainda, que as metodologias, atividades e aprendizagem, a mobilização e a integração dos saberes para a resolução de problemas são as realidades pedagógicas desta instituição.

Os oficiais subalternos, nestas instituições, recebem primeiramente uma formação voltada para o corpo. Contudo, no decorrer do curso de formação, recebem instruções e aulas de História, Política, Geopolítica, Estratégia, entre outras disciplinas. A seguir, mostra-se a grade curricular da respectiva formação:

ANO DE FORMAÇÃO	DISCIPLINA	H/a
AMAN (Curso Básico)	Cibernética II	60
	Economia I	45
	Estatística	45
	Filosofia	60
	Língua Espanhola II	45
	Língua Inglesa II	75
	Língua Portuguesa II	75
	Química Aplicada II	60
	Formação Técnico-Profissional	678
	Complementação do Ensino	188
	Medidas Administrativas	168
<b>Total</b>	<b>1499</b>	
AMAN (2º Ano)	História Militar do Brasil	60
	História Militar Geral	60
	Introdução ao Estudo de Direito	60
	Língua Espanhola III	45
	Língua Inglesa III	75
	Psicologia	105
	Formação Técnico-Profissional	837
	Complementação do Ensino	184
	Medidas Administrativas	118
	<b>Total</b>	<b>1544</b>
AMAN (3º Ano)	Sociologia	60
	Direito Penal e Processual Penal Militar	60
	Ética Profissional Militar	60
	Iniciação à Pesquisa Científica	45
	Língua Espanhola IV	45
	Língua Inglesa IV	75
	Metodologia do Ensino Superior	60
	Relações Internacionais	45
	Formação Técnico-Profissional	863
	Complementação do Ensino	206
	Medidas Administrativas	114
	<b>Total</b>	<b>1633</b>
	AMAN (4º Ano)	Administração
Direito Administrativo		60
Economia II		30
Geopolítica		45
Língua Espanhola V		45
Língua Inglesa V		45
Formação Técnico-Profissional		912
Complementação do Ensino		218
Medidas Administrativas		142
<b>Total</b>		<b>1557</b>
<b>TEMPO TOTAL DE FORMAÇÃO NA AMAN</b>		<b>6233</b>

Xavier (2017)

Segundo Xavier (2017), os principais intuitos da AMAN são: formar oficiais para serem chefes militares, ou seja, formar líderes de tropa; graduar os oficiais em Ciências Militares (consiste em uma graduação de nível superior); formar o combatente de carreira do Exército Brasileiro; desenvolver uma visão sistêmica sobre a atuação do militar nas esferas social, política, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional, ideológica e ambiental nas organizações militares do Exército Brasileiro.

As disciplinas de História, Política, Estratégia, Geopolítica, Sociologia têm a finalidade de introjetar, nos alunos, os valores morais defendidos pelo Exército e a manutenção destes, tais como o patriotismo, a disciplina e, também, a construção de modelos militares que os cadetes devem seguir. Vale lembrar que o ensino de tais matérias é extremamente utilitário, pois é retirado destas qualquer ponto que discorde dos valores

defendidos pela instituição ou que de alguma forma difame a imagem dela (OLIVEIRA, 2005).

No primeiro ano de formação na AMAN os cadetes estudam, além das disciplinas constantes no currículo, conhecimentos referentes a leis e normas, tanto acerca do funcionamento da referida instituição quanto das demais Organizações Militares. Estudam também técnicas de tiro; técnicas de progressão em campanha; observação e orientação; comunicações; higiene pessoal; primeiros socorros em combate; técnicas especiais; vigilância e reconhecimento; fortificação em campanha; técnicas e instruções especiais. Já no segundo ano, dentre todas as disciplinas, destacam-se a de História Militar Geral e História Militar do Brasil pois estas, de acordo com Xavier (2017), têm por objetivo familiarizar o aluno acerca da história do Exército e das guerras travadas pelo mundo, com a finalidade de inculcar em sua personalidade as tradições e o passado do Exército.

No terceiro ano de formação a disciplina que mais se destaca é a Sociologia. A implantação da Cadeira de Sociologia na AMAN ocorreu em 2015, com o objetivo de formar os futuros oficiais para atuarem no terreno humano em meio às incertezas do mundo pós-moderno. Tal disciplina, para Xavier (2017), capacita os cadetes a captar os sinais sociais e culturais emitidos pelas sociedades. No quarto e último ano de formação, os cadetes recebem instruções predominantemente militares, visando assim concluir a formação do oficial combatente. No currículo são previstas realizações de diversos exercícios em conjunto que integram as Armas (infantaria, cavalaria, engenharia, comunicações, intendência e material bélico). Tais exercícios visam permitir ao aluno exercer funções de comando nas operações clássicas de ataque e de defesa.

## **CAPÍTULO 2: INIMIGOS FABRICADOS E O REVISIONISMO HISTÓRICO**

Desde sua fundação, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) tem sido um lugar de formação para os futuros líderes do Exército. Os alunos da instituição, chamados de cadetes, recebem em sua formação valores de patriotismo, nacionalismo, dentre outros, moldando-os para servir e proteger a nação, nação esta que é vista a partir do prisma desses próprios militares. No entanto, a influência exercida pela AMAN não se limita apenas à formação militar; ela se estende ao campo da construção da identidade nacional, à perpetuação de narrativas históricas e à abordagem de questões cruciais relacionadas à história e à sociedade brasileira. Este capítulo busca, então, explorar como os cadetes da AMAN, por meio de suas publicações empreendem uma missão dupla: destacar a importância de sua instituição na construção da nação brasileira, especialmente no contexto de sua

participação em conflitos armados, e ao mesmo tempo, estabelecer e perpetuar uma narrativa que constrói e identifica um “inimigo interno”. Esta última abordagem remonta aos tempos coloniais, quando as pessoas negras e os povos originários foram marginalizados e oprimidos.

Nesta análise, examinaremos como as publicações historiográficas produzidas por cadetes da AMAN servem como uma janela para compreender não apenas o ensino militar, mas também como os futuros oficiais do Exército veem seu papel na construção e proteção da nação. Além disso, investigar-se-á a maneira como esses textos frequentemente recorrem ao revisionismo histórico, reinterpretando eventos passados para justificar suas opiniões e narrativas ideológicas. Ao longo deste capítulo, serão analisadas as publicações historiográficas da AMAN, explorando como esses cadetes moldam a compreensão da história militar, a identidade nacional e as relações sociais no Brasil. Este exame crítico ajudará a perceber a interseção complexa entre formação militar, identidade nacional e ideologia na formação da elite militar do Brasil, bem como suas implicações para a sociedade.

## 2.1 CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

Neste tópico serão utilizados, para discussão, os seguintes artigos: “Asas do meu ideal” (MOREIRA, 2021); “O pelotão de sepultamento da FEB” (FARIA, 2019) e “A memória da população italiana a respeito da participação da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial” (ROESLER; SILVA, 2019).

No artigo “A memória da população italiana a respeito da participação da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial” (2019), escrito por Roesler e Silva, traz uma análise acerca da memória da participação da Força Expedicionária Brasileira na campanha (batalha) ocorrida na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial tendo, como base, entrevistas realizadas com moradores de cidades italianas as quais a FEB esteve presente.

Roesler<sup>5</sup> é Licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Bacharel em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Doutor e mestre em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV e mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro (EsAO). Especialista em: Gestão e Direito Ambiental (MBA), pelo Centro Universitário Internacional de Curitiba (UNINTER); Gestão da Administração Pública e Docência do Ensino Superior, pela Universidade Castelo Branco (UCB); e Estudos de Política e Estratégia,

<sup>5</sup> Este é o link no qual pode ser encontrado o Currículo Lattes do pesquisador: [Currículo do Sistema de Currículos Lattes \(Rafael Roesler\) \(cnpq.br\)](#). Acesso em 01/10/2023.

pela União das Escolas Superiores de Porto Velho (UNIPEC). Atualmente, É coordenador adjunto de pesquisa acadêmica e professor pesquisador do curso de Bacharelado em Ciências Militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Ele pesquisa temas como, por exemplo, biografia de militares do Exército, Segunda Guerra Mundial e, também, História Militar. Roesler têm diversos artigos publicados, tais como “A formação do oficial do Exército Brasileiro no início do Século XX: a Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1923)” (2016); “Os periódicos como fontes de pesquisa: uma experiência com a revista A Defesa Nacional. Revista do Exército Brasileiro, (2018). Silva, que é o segundo autor, também se graduou no curso de Ciências Militares na AMAN e, atualmente, é instrutor do simulador de apoio de fogo da Instituição (informações retiradas do artigo que será analisado). Procurou-se o seu Currículo Lattes, com o objetivo de saber mais acerca dos seus principais temas de pesquisa, contudo, não foi encontrado.

O artigo “A memória da população italiana a respeito da participação da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial” (2019) traz, como principais fontes, entrevistas com moradores de quinze cidades italianas, as quais a FEB esteve presente; utilizou-se, também, documentos históricos, tais como jornais, revistas e livros para contextualizar a participação dessa Força na Segunda Guerra. Algumas dessas fontes são, a saber: CAMPELLO (1999); Da Silva (2007); De Castro (1998); De Moraes (1984).

A partir dessas e de outras fontes, os autores identificaram três principais aspectos na memória italiana, que são: o reconhecimento, o agradecimento e, também, a percepção da importância da FEB. As pessoas italianas entrevistadas, de acordo com Roesler e Silva (2019), expressaram grande admiração pela bravura e sacrifício realizados pelos soldados brasileiros; em relação a gratidão, os militares afirmaram que as pessoas italianas expressaram, nas suas entrevistas, profunda gratidão aos soldados brasileiros que ajudaram a Itália a se libertar do fascismo e, também, enaltecem a importância da FEB em tal libertação. Agora, dentro de tal reconhecimento, percebe-se que os militares tentam a todo tempo, reconhecer atos de bravura e sacrifício da FEB “(...) Muitos soldados do heroico Exército Brasileiro morreram aqui para liberar uma terra que não era a deles, o sacrifício dos mortos não pode e não deve ser esquecido” (ROESLER; SILVA, 2019, p. 160).

Então, ao publicar esse artigo, os militares tentam a todo instante construir a memória das pessoas italianas acerca da FEB é positiva e forte. Então, os militares da FEB são mostrados como heróis que lutaram para libertar a Itália do fascismo; eles tentam, também, mostrar que a participação da Força na Segunda Guerra Mundial foi uma demonstração de



pensando dessa maneira, é possível entender os motivos pelos quais têm se demandado tantas pesquisas acerca da memória e história da guerra.

Já se tratando de Brasil, na época da Guerra, instaurava o Estado Novo (1937- 1945), inspirado nos ideais nazifascistas. Ao mesmo tempo, o país tenta se aproximar dos Estados Unidos da América e tal aproximação, por sua vez, teve forte impacto tanto na economia quanto na cultura nacional. No tocante a economia, os EUA, em troca de apoio brasileiro neste período, “investiu” na construção da Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e, também, na Vale do Rio Doce (1942). Agora, acerca da cultura, os EUA começaram a influenciar fortemente a cultura brasileira, principalmente com a música, com alimentação e com as “mentalidades”. Moreira (2021) defende, ainda, que o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor em 1941 foi crucial para que o então presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, pressionasse Vargas a entrar na Guerra contra Adolf Hitler. Isso começou a acontecer quando o Brasil, após a Reunião dos Chanceleres das Repúblicas Americanas em 28 de janeiro de 1942, que aconteceu na então capital Rio de Janeiro, rompeu relações diplomáticas com a Alemanha nazista.

Como resposta a tal acontecimento, o Eixo lançou vários torpedos na costa brasileira em 1942 e Vargas, em meio às pressões tanto brasileiras como estadunidenses, “decidiu” declarar guerra ao Eixo e ficar ao lado dos Aliados. Dessa forma, a Força Expedicionária Brasileira foi solicitada pelo governo norte-americano. Mesmo com essa exigência do governo estrangeiro, o Brasil não possuía recursos para enviar tropas para o Continente Europeu nem, muito menos, para mantê-las em condições dignas de sobrevivência (água potável, esgoto, alimentação). E aqui está a questão central do artigo: desembuçar a mentalidade dos combatentes que escolheram ir à guerra, mesmo sabendo que não havia condições mínimas de sobrevivência. Os autores, citando Hobsbawm (1995), dizem que é na bandeira, no hino e nas armas nacionais que se expressam os símbolos de identidade e soberania de uma Nação, evocando lealdade e respeito imediatos. Na FEB, o uso dos emblemas nacionais resultou em um movimento de representação contra a ameaça de invasão do país e, assim, para alguns milhares de brasileiros é que cabia a responsabilidade e o perigo de defender a Nação (FERRAZ, 2012).

Assim, começa a nascer um sentimento de nacionalismo no país, se destoando dos sentimentos regionalistas existentes na época, principalmente com as propagandas veiculadas nos veículos de comunicação pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo, que começou a propagar a representação do brasileiro “de bem com a vida”, mesmo com todos os percalços enfrentados pelo povo, principalmente os problemas enfrentados pelos

militares brasileiros na guerra, citados anteriormente, como por exemplo a falta de saneamento básico, alimentação e até mesmo a falta de um lugar adequado para dormir. Fizeram este movimento de “mistura”, também, com a comida, principalmente com a feijoada, que foi enaltecida por Vargas como um “prato nacional”, e carregou consigo a representação simbólica da mestiçagem, que funcionava como a metáfora harmoniosa de uma mestiçagem que é racial e cultural e, assim, tudo se transforma em matéria de nacionalidade (SHWARCZ, 2018). Todos estes fatores, segundo este artigo, constituíram o sentimento de pertencimento à pátria, no recorte temporal no qual o agente histórico estava inserido.

Faria<sup>7</sup> (2019) é autor do artigo “O pelotão de sepultamento da FEB”, publicado na Revista Agulhas Negras, em 2019. Ele é professor de História na AMAN; além da graduação em Ciências Militares ele possui, também, graduação em História pela Universidade Salgado de Oliveira, Pós-graduação em História Militar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Mestrado em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Têm pesquisas com ênfase na Força Expedicionária Brasileira. Faria, então, continuando as discussões acerca do assunto “guerra” propõe, em seu artigo, tentar entender os motivos pelos quais criou-se pelotões de sepultamento, pelo Exército Brasileiro, para envio à Segunda Guerra Mundial. Para ele, as guerras que aconteceram no século XX se caracterizaram por um aumento significativo de mortes se comparadas com as guerras que já aconteceram.

A visão de militares mortos, tanto “companheiros”, quanto inimigos e civis “jogados” nos campos de batalha ao ar livre, ou até mesmo sendo queimados ou enterrados de forma coletiva, sem qualquer consideração com o indivíduo, era assustadora. Tal situação gerou vários transtornos psicológicos para os militares que ainda combatiam e, além disso, eram campos de proliferação de doenças, ocasionadas pela demora no sepultamento e por baixo índice de identificação dos corpos, o que acarretava vários militares sepultados como “desconhecidos”. Assim, visando manter as condições mínimas sanitárias nas áreas belicosas e preservar a “vontade” de combater dos militares nos campos de batalha, criou-se unidades militares que passaram a ser responsáveis por recolher os restos mortais de militares, bem como realizar a sua conservação, identificação e prestar as últimas homenagens religiosas e fúnebres.

Assim, a primeira unidade brasileira criada para este propósito surgiu com o envio de tropas expedicionárias brasileiras, em 1944, para a Itália na Segunda Guerra Mundial. Tal unidade era chamada de Pelotão de Sepultamento da 1º Divisão de Infantaria Expedicionária,

---

7 Link para acesso ao Currículo Lattes: [Currículo do Sistema de Currículos Lattes \(Durland Puppim de Faria\)](#) ([cnpq.br](#)). Acesso em 25/07/2022.

e foi criada em 4 de julho de 1944, e tinha como finalidade a coleta dos mortos nos campos de batalha, transportá-los para os necrotérios, identificar os seus pertences e realizar o sepultamento; receberam treinamento das tropas estadunidenses, fazendo estágios nos cemitérios e nos postos de coleta do Exército Norte-Americano, isso porque a Força Expedicionária Brasileira estava enquadrada pelo esquadrão superior norte-americano e, assim, as normas relacionadas aos tratamentos com os militares mortos seguiu os padrões adotados pelo Exército dos Estados Unidos. Depois de formado, o referido Pelotão chegou na Itália em 9 de outubro de 1944, junto com os 2º e 3º escalões da FEB e era composto, inicialmente, por 22 homens.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em especial o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para os campos de batalha europeus representa, nas publicações historiográficas dos militares, um marco significativo na história militar brasileira. Os eventos desse período e suas implicações históricas foram frequentemente retratados e discutidos nessas publicações. No entanto, ao analisar criticamente essas publicações, torna-se evidente que a narrativa construída em torno da participação na Segunda Guerra Mundial serviu a propósitos específicos que merecem uma reflexão mais profunda.

O serviço militar obrigatório foi de extrema importância naquele período, principalmente por conta da Guerra. De acordo com Kuhlmann (2001), esse serviço é a única porta de entrada para os jovens ingressarem no Exército para que, assim, passem pelo curso de formação de soldados, inclusive os que participaram da Segunda Guerra Mundial. Diz ainda que tal Serviço foi regulamentado universalmente no país em 1908 pelo Marechal Hermes da Fonseca, o então Ministro da Guerra, entrando em vigor somente em 1916, após uma intensa campanha nacional realizada por civis e militares. Tal ação teve como objetivo principal tentar estreitar o vínculo entre as forças armadas, sobretudo o Exército, e a população. Este autor também defende a ideia de que a obrigatoriedade do alistamento militar era “(...) educar a juventude no civismo, eliminando as contestações anarquistas e, para isso, [os militares] divulgaram o Serviço Militar Obrigatório através de palestras, cartilhas para o ensino primário e várias outras ações” (KUHLMANN, 2001, p. 147).

A principal justificativa para a manutenção desse alistamento militar, principalmente no Exército, é a de que através deste as instituições jamais perderiam o contato com a juventude e, o mais importante, jamais se separariam da sociedade brasileira. Ainda de acordo com o autor, outra justificativa utilizada pelas forças armadas para a manutenção da obrigatoriedade do alistamento é a de conservar os valores morais da sociedade, ou seja, tais instituições possuem o papel fundamental de impedir possíveis críticas, reelaborações e

“esquecimentos” destes valores. Desde os anos 1920 até os anos 2000 não houve mudanças significativas neste processo de alistamento obrigatório.

Agora, se tratando mais especificamente sobre a representação da Segunda Guerra Mundial como um divisor de águas na construção da noção de território e nação brasileira é uma característica recorrente nas publicações militares. Nesse contexto, a FEB é frequentemente apresentada como a encarnação da bravura e do patriotismo brasileiro.

Primeiramente, a ênfase na FEB como agente de construção da identidade nacional frequentemente vem ligada à aproximação, tanto militar quanto ideológica, com os Estados Unidos

“Estudar a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial é um privilégio para um apreciador da História Militar do Brasil, pois ela foi um marco para as Forças Armadas Brasileiras, devido a diversos fatores: pela mudança da sua doutrina de combate, que passou da francesa para a americana; pela experiência de combate adquirida nos gélidos campos da Itália; pela projeção do poder do país para as demais nações do mundo, como único país sul-americano que entrou na guerra; pelo alinhamento político e econômico com os Estados Unidos da América; pelo desenvolvimento político, econômico e social brasileiro (...)” (ROESLER; SILVA, 2019, p. 152)

A construção da noção de território e nação brasileira a partir da Segunda Guerra Mundial, então, frequentemente desconsidera as profundas desigualdades sociais e econômicas que permearam o país. Enquanto a FEB lutava na Europa, o Brasil ainda enfrentava questões de segregação racial e exclusão social no seu próprio território. A glorificação da participação na guerra pode ocultar essas realidades e criar uma imagem idealizada da nação que não corresponde necessariamente à experiência de todos os brasileiros, assim como dizem Roesler e Silva (2019):

“(...) os soldados brasileiros eram vistos pela população italiana, durante a guerra, de forma diferente dos demais soldados, seja pelo seu jeito descontraído no trato com a população; seja pelas festividades, cantorias e batuques nos momentos de descanso e de lazer; mas, principalmente, por fazer algo que nenhum outro soldado aliado fazia com eles: compartilhar o pouco de comida e dos doces de suas rações (...)” (ROESLER; SILVA, 2019, p. 153).

Aqui, então, os militares tentam construir uma ideia de nação que durante e após a Segunda Guerra Mundial refletia uma imagem de uma sociedade unida, onde pessoas de “bem com a vida”, assim como os soldados, se uniam em torno de valores comuns. Era uma visão que idealizava a harmonia social e a solidariedade, mas também podia ser interpretada como uma representação que escondia as profundas desigualdades sociais da época. Esse

período foi marcado por um forte sentimento de patriotismo e união nacional. Os militares, ao retornarem ao Brasil após a guerra, trouxeram consigo a ideia de que a nação brasileira havia se unido em prol de um objetivo comum, o que reforçava a imagem de um país coeso e comprometido com seus valores.

Nesse sentido, a representação de pessoas “de bem com a vida”, ouvindo músicas e dividindo o pouco de comida que tinham pode ser vista como uma idealização da sociedade brasileira. Essa imagem simbolizava a solidariedade entre os brasileiros, que teriam enfrentado os desafios da guerra juntos e estariam dispostos a compartilhar o que tinham, apesar das dificuldades. A imagem de uma nação unida poderia, em alguns casos, servir como uma narrativa que encobria essas questões sociais, criando uma ilusão de harmonia.

O Brasil então, na Segunda Guerra Mundial, enviou tropas para lutar ao lado dos Aliados, e esse engajamento militar era visto como um ato de “solidariedade” internacional e também como um esforço para proteger os interesses nacionais. Os militares buscaram construir a imagem de que todos os segmentos da sociedade brasileira estavam unidos em prol da causa, independentemente de suas origens culturais ou sociais. Essa tentativa de homogeneização incluía a promoção de símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, além da exaltação de valores como patriotismo e sacrifício em nome da nação:

“(…) em função da situação tática que normalmente se encontravam as unidades, o Pel Sup era chamado para realizar a coleta dos corpos de soldados no próprio campo de batalha. Algumas dessas coletas ocorreram sob pesados fogos de artilharia inimiga e em área de campos minados. Em alguns casos os corpos dos soldados brasileiros encontravam-se armadilhados com minas inimigas, as chamadas booby-traps, o que acarretava maior demora e, por sua vez, maior exposição aos fogos inimigos (...)” (FARIA, 2019, p. 47).

Mais ainda

“(…) Nesse contexto, estudos recentes explicam que, mesmo sem contar com recursos para um conflito armado daquela magnitude, os brasileiros tinham respeito aos ideais patrióticos, construídos pelo novo projeto de nação imaginada do período varguista e o representaram na linha de frente (...)” (MOREIRA, 2021, p. 150).

Então, por meio da exaltação do sacrifício pessoal e ao enfrentamento da falta de condições mínimas de sobrevivência na Guerra, em nome da nação e da proteção dela, os militares tentam, a todo custo, construir, nas suas publicações historiográficas, uma representação de nação que une esforços para se defender. Na citação, ainda, eles deixam claro que se sacrificariam para resgatar os militares mortos nos campos de batalha.

No entanto, é importante observar que essa representação homogênea de nação unida e que se sacrificaria por um bem comum muitas vezes desconsiderava as diferenças e desigualdades reais existentes na sociedade brasileira. O país ainda enfrentava profundas disparidades econômicas, sociais e raciais, que foram agravadas pela participação na guerra. A tentativa de criação de uma imagem homogênea, embora tenha sido eficaz como estratégia de mobilização, não refletia plenamente a complexidade e as contradições da realidade brasileira.

Essa ideia de mobilização da população desempenhou um papel importantíssimo na construção da narrativa histórica dos militares. Ele demonstra como eles retratam a sua participação ativa como líderes de uma nação onde atuam, sem medir esforços, nos momentos mais cruciais da história do Brasil. Tal participação, também, foi utilizada para construir uma identidade nacional. Os militares então, nas suas publicações historiográficas, se retratam como os principais guardiões dos valores e da cultura brasileira, protegendo-os contra ameaças estrangeiras e, assim, contribuindo para a manutenção dessa identidade.

Além disso, é importante considerar como essa narrativa pode ser instrumentalizada para fins políticos e ideológicos. A construção da noção de nação pelos militares brasileiros na e após a Segunda Guerra Mundial está intrinsecamente ligada aos Estados Unidos e reflete um período de influência política e ideológica significativa desse país sobre o Brasil:

“(...) Como os componentes do Pel Sep provisório não haviam realizado qualquer treinamento relacionado a essa atividade, o comando da FEB determinou que os integrantes do pelotão realizassem estágios nos cemitérios e nos postos de coletas do Serviço de Sepultamento Exército Norte-Americano. Como a FEB estava enquadrada pelo escalão superior norte-americano, as normas relacionadas a tratamentos com os militares mortos seguiu os padrões adotados pelo Exército dos Estados Unidos (...)” (FARIA, 2019, p. 46).

Aqui, vê-se somente um dos indícios da aproximação das doutrinas militares brasileiras com as doutrinas militares estadunidenses. Então, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como uma das superpotências mundiais e promoveram uma série de políticas de influência global, incluindo a disseminação da ideologia anticomunista e a defesa da democracia liberal como modelos políticos ideais. No âmbito internacional, o Brasil estava se alinhando com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, em oposição às influências vindas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Nesse contexto, os militares brasileiros passaram a adotar uma visão de nação que enfatizava valores e ideais compartilhados com os Estados Unidos, como a democracia, o

liberalismo econômico e a oposição ao comunismo. Essa visão de nação frequentemente desconsiderava a diversidade cultural e social do Brasil, promovendo uma identidade nacional mais homogênea e alinhada com o modelo estadunidense. Dessa forma, tanto a população quanto os militares, deveriam se unir, formando uma nação homogênea para lutar contra o fantasma comunista.

O reforço dessa identidade nacional deixou um legado tanto na construção da nação brasileira, quanto na produção historiográfica dos próprios militares. Assim, tais valores foram incorporados nas narrativas históricas dos militares: nestas, percebe-se a valorização da tradição e da ordem social pois, somente conservando os já “conhecidos” e tradicionais valores, o país conseguiria progredir. Os militares tendem a valorizar períodos históricos e, também, heróis nacionais que fortaleçam a identidade nacional e a continuidade da existência do próprio Exército. Aqui, também, enfatiza-se os valores conservadores que reforcem a identidade brasileira, bem como a continuidade da própria Instituição, tais como a obediência, a hierarquia, a estabilidade social e a ordem.

Dentro dessa concepção de história exposta nos artigos pelos militares, encontrou-se elementos de nacionalismo, patriotismo (subordinados aos EUA) e, conseqüentemente, de conservadorismo:

“(...) Por fim, destaca-se que o combatente Ribeiro, à luz da mentalidade de sua época, ilustrava toda a esperança da volta para a terra natal, a necessidade de externar o valor da Pátria e o sentimento de dever cumprido. De acordo com a carta em evidência e com os relatos de Silveira (1997), é possível entender que, tendo realizado o trabalho de que muitos duvidavam e derrotar o inimigo na guerra, o soldado brasileiro aguardava ansiosamente o seu lugar na memória da história do país (...)” (MOREIRA, 2021, p. 162).

Esses conceitos estão intrinsecamente ligados à identidade e ao propósito das forças armadas, e influenciam a forma como os militares compreendem e interpretam a história. Eles, como defensores da soberania nacional e da integridade territorial, possuem um forte senso de nacionalismo. Eles enxergam a história como um instrumento para fortalecer o sentimento de identidade nacional, valorizando os eventos, as figuras históricas e os símbolos que contribuíram para a construção e a preservação da nação; os militares, como eles mesmos se autodenominam representantes do Estado e defensores dos interesses nacionais, tendem a cultivar um forte senso de patriotismo. Eles veem a história como uma forma de reforçar o orgulho pela nação e seus feitos, exaltando as conquistas militares e destacando a importância da defesa dos interesses nacionais.

O conservadorismo também foi encontrado nessas publicações citadas anteriormente. Os militares, como defensores da ordem e da estabilidade, têm uma visão conservadora da

história. Eles valorizam, aqui, a continuidade das instituições militares, a manutenção das estratégias de defesa e a preservação das hierarquias e tradições militares. Dentro dessa perspectiva, os militares, nesses artigos, valorizam uma interpretação da história que enfatiza os feitos heroicos e as contribuições militares para a construção e a proteção da nação. Eles buscam destacar os eventos históricos como fatos, sem contextualização e, também, somente descrevem tais fatos, sem se preocupar com fazer ou responder perguntas às fontes analisadas. Eles reforçam a identidade nacional, a coesão social e a todo instante, reafirmam importância das instituições militares.

O patriotismo é outro valor importante na formação militar brasileira. Os cadetes são ensinados a amar o Brasil. Essa crença no patriotismo pode levar os cadetes a serem mais propensos a aceitar a autoridade e a seguir cegamente as ordens de seus superiores. Essa obediência pode levar os cadetes a cometer atos que eles considerariam inaceitáveis em outras circunstâncias. O sacrifício pessoal, que vem em parte do respeito à hierarquia e à disciplina, é outro valor importante na formação militar brasileira. Os cadetes são ensinados que estão dispostos a dar suas vidas pelo Brasil. Essa crença no sacrifício pessoal pode levar os cadetes a serem mais propensos a agir de forma heroica, mas também pode levar a atos de violência e destruição. Em suma, a formação militar do Exército brasileiro pode contribuir para o desenvolvimento de um espontaneísmo<sup>8</sup> movido pelo nacionalismo<sup>9</sup>. Esse espontaneísmo pode levar os militares a agir de forma irracional e a abrir mão de suas vidas e dignidades em nome da pátria.

O sacrifício pessoal pode ser entendido como a disposição de renunciar a algo de valor, como a vida, a liberdade ou a dignidade, em nome de uma causa maior. Na formação militar brasileira, essa causa maior seria, de acordo com os militares, a defesa do Brasil e de sua soberania. O sacrifício pessoal é inculcado nos cadetes desde o primeiro dia da AMAN. Eles são submetidos, como já foi explicitado, a um treinamento rigoroso que testa sua resistência física e mental. Eles também são ensinados sobre a história e a cultura militar

---

8 Pode ser considerada como uma abordagem que privilegia a ação militar tendo, como base, a experiência e um suposto “instinto”, ao invés da reflexão e do planejamento. O espontaneísmo faz parte da pedagogia militar, a qual enfatiza o treinamento físico e técnico em detrimento do pensamento crítico (TOLEDO; RITROVALI, 2021).

9 É um valor bastante difundido na formação militar, na qual se ensina que os militares devem dar a vida, se preciso for, para defender o país, bem como a sua soberania. Para isso, os alunos são expostos frequentemente a uma história militar (escrita por eles próprios militares e/ou por historiadores que confirmem o que eles contam como história), que enfatiza tanto a importância da pátria, quanto a importância do próprio Exército na defesa do país. Tais ensinamentos podem, também, fazer com que esses militares se sintam superiores a outros países ou culturas. Aí o espontaneísmo e o nacionalismo se encontram: para defender a pátria, o Exército deve agir a partir de uma suposta experiência (contada através da história militar), ao invés do planejamento e pensamento crítico. Pode-se ligar tal forma de pensar à manutenção dos valores conservadores. Age-se sempre a partir da tradição, de uma suposta experiência já adquirida.

brasileira a partir da própria perspectiva militar, que enfatizam a importância do sacrifício pessoal.

Estes são somente alguns dos exemplos encontrados na produção historiográfica na AMAN. Os demais artigos, também, buscam a todo instante justificar a continuidade da existência do Exército a partir de “ações heroicas” e com a justificativa da instituição ser decisiva no que se refere a formação e a defesa da nação brasileira, tudo isso com ações executadas no passado. Garantem, assim, o futuro na instituição através do “contar” sobre o passado, lembrando, sempre, os períodos belicosos. Como exemplo, pode-se mostrar até mesmo as capas que ilustram os periódicos aqui analisados:



Fonte: AMAN (2020)

Este é um claro exemplo do que os militares chamam, nos seus artigos, de cumprimento do seu papel militar na sociedade brasileira. Nesta imagem, pode-se perceber as grandes Armas do Exército: infantaria, cavalaria, engenharia, artilharia, intendência e comunicações; todas essas Armas estão em volta do militar, todo equipado, pronto para a campanha (combate). E esse combate, por seu turno, precisa indispensavelmente da atuação dessas Armas, pois cada uma delas executa uma determinada função no campo de batalha. E é preciso, assim, da participação de todas para que cumpram o seu papel militar. Outro exemplo dessas imagens vem a seguir:



Fonte: AMAN (2017)

Esta é a capa do periódico publicado em 2017, e é uma pintura que retrata a própria Academia Militar das Agulhas Negras, na qual percebe-se a intencionalidade de se mostrar “por ela mesma”, a sua grandiosidade, seus grandes feitos, que, de acordo com a instituição, são os de formar os militares considerados como os grandes heróis da nação, o de proporcionar, para a sociedade brasileira, os seus mais bravos defensores, seus guardiões que mostram, a partir da sua bravura nos campos de batalha (mostrados pelos militares nos artigos), quão grandiosa e competente é essa instituição de ensino. Pode-se dizer, então, que a partir dessas capas a AMAN tenta mostrar o seu papel de guardião, pronta para reagir a qualquer ataque, pronta a cumprir o seu papel militar.

Pode-se dizer que há mais de um século eles não executam este papel que tanto se predispõe a cumprir, este de defender a nação, bem como o território brasileiro. Sabe-se, atualmente mais do que nunca, que os militares cumprem muito mais um papel político e ideológico no país do que o papel militar. Diante disso, abriu-se o filtro das fontes utilizadas nessa pesquisa aceitando, assim, artigos da área da Sociologia entre outras fontes que ajudaram a resolver o problema aqui proposto.

Tabela com os artigos encontrados:

O Exército Brasileiro na manutenção dos valores da sociedade	Gomes e Santos (2018)
Os militares e a política de 1945 a 1985	Caetano e Santos (2019)

Então os militares, com a intenção de corroborar com esse viés da importância deles na nação brasileira, principalmente como seus formadores, eles também, se utilizaram do revisionismo para reinterpretar processos históricos, dentre eles, a própria Segunda Guerra Mundial e, também, a ditadura civil-militar (1964-1985), bem como, a partir disso, construíram inimigos internos a serem combatidos, como uma forma de assegurar a importância do seu papel militar (formadores e defensores da nação) e, também, do seu papel político e ideológico, que é o de guardião dos valores conservadores que estruturam a nação brasileira.

## **2.2 INIMIGOS INTERNOS: DO BRASIL COLONIAL ATÉ O BRASIL ATUAL**

O artigo analisado neste tópico será “As invasões holandesas e a organização da força terrestre da América Portuguesa no século XVII” (ALMEIDA, 2018), Tulio Ribeiro de Almeida<sup>10</sup>, autor desse artigo, se graduou em Ciências Militares na AMAN, e se tornou oficial da arma de Cavalaria. Após a sua graduação, cursou especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, atualmente, cursa graduação em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e, também, trabalha como instrutor na AMAN, como comandante de pelotão hipomóvel, da arma de Cavalaria. Seus principais temas de pesquisa são invasões holandesas e, também, Guerra do Paraguai.

Em seu artigo, Almeida (2018) utiliza autores como Daróz (2016), Fausto (2011), Brasil (1972), Mello (2010; 2007), Pereira (2004), Varnhagen (2002). Dessa forma, Almeida (2011), tenta mostrar os contextos político e econômico da América Portuguesa no início do século XVII; para tanto, em primeiro lugar, o autor contextualiza as disputas econômicas e políticas que aconteciam à época, na região que hoje é chamada de nordeste. Quando as naus holandesas chegaram à América Portuguesa, principalmente nas localidades de Recife e Olinda, quase nada pôde ser feito, visto que eram centros administrativos e econômicos da região açucareira.

Em poucos dias, essas duas cidades foram tomadas e, progressivamente, as regiões circundantes também começaram a ser controladas pela Companhia das Índias Ocidentais. Não obstante, a resistência contra a dominação estrangeira continuou por anos graças aos chefes experientes como Antônio Dias Cardoso, resultando em uma das campanhas mais importantes da história militar brasileira (vê-se, mais uma vez, a valorização de um “herói” na história militar). Almeida (2011), diz que, apesar de Salvador ser, na época, a capital do país,

<sup>10</sup> Link para acesso ao Currículo Lattes: [Currículo do Sistema de Currículos Lattes \(Tulio Ribeiro de Almeida\)](https://lattes.cnpq.br/) ([cnpq.br](https://lattes.cnpq.br/)).

contava com poucas defesas militares, contando apenas com oitenta soldados profissionais, e com fortes bastante antigos, e não contavam com navios que poderiam patrulhar a costa. Já a esquadra invasora, por seu turno, contava com vinte e seis navios armados com quinhentos canhões, três mil e trezentos homens, e tinha como líderes o almirante Jacob Willekens e o coronel Van Dorth. Assim, em 1624, a sede do Governo-Geral foi tomada por forças holandesas.

Após cerca de um ano, o Exército de Salvador, auxiliado por tropas de várias capitanias e, também, por D. Fradique de Toledo, Salvador foi recuperada. Todavia, as tropas holandesas se dirigiram para tomar a capitania de Pernambuco e, depois, para a de Olinda. Por conta da diferença numérica e de armamento, as tropas das duas capitanias foram obrigadas a se retrair, deixando o espaço, de certa forma, livre para os holandeses. Neste período, a colônia contava com a seguinte defesa: os fortes para defender a costa, e os engenhos, para defender o interior. Enquanto os fortes eram preparados para defender a costa de ameaças estrangeiras, os engenhos, bem como a Casa-grande, eram fortificados para servirem de bastião contra-ataques dos povos originários e/ou de pessoas que eram escravizadas. Tais locais eram construídos em locais mais altos para dominar as regiões circundantes. Para defender os engenhos, as elites utilizavam de toda mão de obra disponível, tanto livre quanto escravizada (ALMEIDA, 2018).

No tocante às tropas existentes na colônia, existiam as de presídio, a paga, a de Ordenanças; duas companhias de Infantaria, a Guarda do Governador, guarnição das fortificações (costeiras). Cada companhia de Infantaria era composta por um Capitão, um Alferes, dois Sargentos, dois Tambores, dez Mosqueteiros, quarenta arcabuzeiros, um Pajem de giqueta e um Embaideiro do alferes; a guarda do Governador era composta por vinte militares. Cada fortificação possuía um capitão, um Condestável, um Cabo Mosqueteiro, doze Soldados Mosqueteiros. Já a tropa paga (milícia), era composta por Vigia do Mar e Barra, Procurador dos Índios Forros, Alferes de gente e cavalo. Nas Ordenanças, havia cerca de mil infantas e cinquenta cavalariáns em Salvador e no Recôncavo.

Durante os trinta anos de guerra entre luso-brasileiros e holandeses (1624-1654), manteve-se essa formação; a mentalidade portuguesa de “desenhar” a guerra foi testada. Na maioria dos embates, as tropas luso-brasileiras estavam em menor número e, ainda, enfrentavam uma das forças mais experientes da Europa. Neste contexto, a organização das companhias de Ordenanças se mostrou mais eficientes, se adaptando bem às demandas impostas pelo inimigo. Vendo isso, até mesmo a população começou a se organizar para lutar nas guerras. Por causa da intensa e contínua ameaça belicosa, a população de grande parte do

território começou a se preparar, tanto para lutar contra os invasores europeus, quanto contra as populações indígenas e ex-escravizadas.

Assim, anos depois, o Governador de Brasil, Conde de Óbidos, reformulou a organização das tropas, fazendo com que cada freguesia tenha uma companhia de infantaria ou de cavalaria de Ordenanças formando, assim, dois regimentos subordinados a dois coronéis nomeados pelo Rei. Tais reformas seriam conhecidas pelo nome de “reforma do Conde de Óbidos”. Dessa forma, Almeida (2011), defende a ideia de que tais guerras fizeram com que tanto as tropas luso-brasileiras, quanto a doutrina militar da época fossem reformuladas, principalmente no que se refere a criação de uma força mobilizável e de considerável valor e adestramento: as Ordenanças, que conseguiram resistir às investidas holandesas.

Fala-se, também, sobre o Brasil Colonial. As intensas ameaças holandesas, em conjunto com as ameaças internas (pessoas escravizadas, indígenas eram vistas como ameaça), fizeram com que os donos das fazendas (plantações de cana-de-açúcar da época) organizassem, junto da população, pequenos exércitos para lutar contra tais inimigos. Para tanto, fizeram propagandas e veicularam notícias propagadas em meio a população para proporcionar, nesta, sentimento de nacionalismo, que iria lutar e defender a nação, mas, na verdade, lutando, manteriam as relações de poder e dominação existentes entre as elites da época e os escravizados e indígenas.

No caso dos confrontos com os povos originários, os colonizadores enfrentaram resistência em várias regiões do Brasil, principalmente nas áreas onde a ocupação portuguesa se intensificou. O embate com essas comunidades era motivado por disputas territoriais, controle de recursos naturais e imposição de um modelo de colonização que frequentemente violava os direitos e as formas de vida indígenas. Para lidar com essa resistência, foram organizados pequenos exércitos compostos por colonos, bandeirantes e soldados enviados pela Coroa portuguesa. No que diz respeito à escravidão, a formação de pequenos exércitos era uma resposta à constante ameaça de rebelião por parte dos escravizados. Os escravizados, submetidos a condições de trabalho desumanas e brutalidade sistemática, muitas vezes se organizavam em quilombos, comunidades autônomas formadas por pessoas que conseguiam fugir dos locais onde eram mantidas como escravizadas. Essas comunidades resistiam ao sistema escravagista.

Então, após esse breve resumo do artigo, entende-se que esses exércitos atuaram como instrumentos de controle e repressão, reafirmando a supremacia dos colonizadores sobre

esses grupos subjugados. Esses exércitos eram parte de uma estrutura de poder mais ampla que sustentava a sociedade colonial. As autoridades coloniais, tanto as autoridades locais como a Coroa portuguesa, estabeleciam e controlavam essas forças armadas para proteger seus interesses e manter o sistema colonial em funcionamento. Além disso, a presença desses exércitos coloniais ajudava a consolidar a autoridade e a legitimidade do domínio colonial. A utilização da força militar demonstrava o poder dos colonizadores sobre as populações dominadas, reforçando as desigualdades de poder e as relações de submissão existentes. Esses pequenos exércitos funcionavam como um instrumento de controle social, reprimindo qualquer forma de resistência ou desafio ao sistema colonial estabelecido.

Então tem-se, já no Brasil Colonial, o que se pode chamar de construção de inimigos internos, inimigos estes que ameaçavam os sistemas econômico, político e social da época. O Exército praticava vários tipos de violência contra tais inimigos que, no caso do Brasil colônia, eram os povos originários e as pessoas negras que foram escravizadas, e dentre essas formas de violência estão a repressão e a discriminação (SOUSA, 2007). Na época, o Exército era utilizado para promover a discriminação contra esses povos, e tal discriminação se manifestava por restrição de direitos, inclusive dentro das próprias instituições militares (quando alguém pertencente a tais grupos conseguia ingressar na carreira militar, a sua progressão nesta era bem mais lenta do que as dos militares brancos e cristãos; nunca conseguiam chegar a postos de comando, permanecendo sempre em cargos subalternos). No caso da violência física, ocorriam vários casos de torturas e de assassinatos, principalmente de líderes de movimentos sociais que ameaçavam o *status quo*.

Ocorria muito, também, que os donos da “Casa-grande” utilizavam as pessoas que foram escravizadas, junto com o Exército em formação na época, para defendê-los:

“(...) Enquanto os fortes eram os elementos de defesa da costa, os engenhos eram a peça fundamental para a defesa do interior. As Casa-grande eram fortificadas para servirem como bastião contra investida de índios ou escravos de quilombos. Costumeiramente, elas eram construídas no alto de uma elevação que dominava toda a região circundante. Para defender os engenhos, os senhores utilizavam toda mão de obra disponível, livre ou até mesmo escrava (...)” (ALMEIDA, 2018, p. 49).

Então, a presença do Exército armado entre os povos originários e as pessoas que foram escravizadas era utilizada como meio de intimidação, que é uma clara forma de violência para manter a submissão desses povos. Inclusive, tais ameaças consistiam em obrigar esses povos a defender a Casa-grande. Outra forma de manter essa submissão era a obrigatoriedade de participar das construções de fortificações que protegiam os engenhos.

Assim, essas pessoas se mantinham sempre ocupadas, acarretando menor risco de levantes e lutas populares.

De acordo com Monteiro (2002), além do Exército conservar a “ordem” econômica e política da época, além de disponibilizar recursos militares ele realizava, também, treinamentos militares com os donos dos engenhos, de forma a capacitá-los na utilização de armas de fogo e demais recursos militares, tudo isso para manter o controle e se “protegerem” dos inimigos que, nesse caso, eram os povos originários e pessoas negras escravizadas.

Então, percebe-se que o Exército estava intimamente envolvido com a proteção das elites coloniais da época visando, assim, manter a “ordem social” vigente. Não obstante, durante toda a história do Brasil, o Exército tem essa função: a de construir inimigos internos a serem combatidos, inimigos esses que “perturbam” a ordem social vigente. Têm-se vários exemplos disso, tais como a Inconfidência Mineira (1789); Revolta dos Malês (1835); Guerra dos Farrapos (1835-1845); Sabinada (1837-1838); Balaiada (1838-1841)<sup>11</sup>.

Durante todos esses movimentos sociais, o Exército, então, tornou-se, assim, uma força de repressão e de defesa dos privilégios da classe dominante, sempre pronto a intervir contra as manifestações populares (CHIAVENATO, 1989). Doravante a essa afirmação do autor, pode-se afirmar que o Exército se tornou, desde o Brasil Colônia, uma instituição de classe, que representa e resguarda os interesses das elites econômicas e políticas brasileiras. As lutas sociais, que buscam criticar e modificar o sistema econômico, político e social, que buscam a redistribuição de renda e de poder, são vistos pelos militares como inimigos a serem combatidos, como uma ameaça a “ordem e ao progresso” do país sendo, então, combatidos pela instituição. Em seu texto, Almeida mostra os “inimigos da nação” a serem combatidos pelos militares:

“(…) As constantes campanhas, seja contra o invasor estrangeiro seja contra o nativo aguerrido, criaram uma verdadeira população em armas, transformando todo cidadão, e muitas vezes escravos, em soldados prontos a defender a coroa portuguesa, a fé católica (...)” (ALMEIDA, 2018, p. 50).

Esse artigo é um claro exemplo do que os militares defendem: além de lutarem contra qualquer “inimigo” que ameace os interesses das elites brasileiras eles contribuem de forma ímpar na criação de uma sociedade militarizada, na qual tanto militares quanto civis, estão vigilantes e prontos para lutar contra todo e qualquer movimento que abale as estruturas conservadoras no Brasil. Nisso, pode-se perceber, também, um dos indícios que justifiquem a

---

<sup>11</sup> Para saber mais, consultar: CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro**: do “descobrimento” a Canudos. Editora Moderna, 1989.

obrigatoriedade do alistamento militar obrigatório, no qual são recrutados homens das mais diversas classes sociais para, em primeiro lugar, os militares manterem contato com a população e, em segundo, para formar militares que, depois do cumprimento do serviço militar obrigatório que dura cerca de um ano, ou seja, após a formação militar, continuem lutando, na sociedade civil, contra esses inimigos internos fabricados, inimigos estes que ameacem os interesses das elites brasileiras.

Dessa forma, a guerra, que antes acontecia somente no campo de batalha acontece, agora, no cotidiano, onde a violência e os discursos de ódio são uma constante (CHIAVENATO, 1989). O que se pode chamar de “cultura militarista” propagada pela formação dos militares valoriza a força, a violência e a hierarquia, não obstante, os militares se consideram guardiões da nação e, como tais, combatem com violência todas as ideias que discordam dos seus pensamentos, subjagam as pessoas contrárias à essa cultura militar e, também, defendem a manutenção da hierarquização da sociedade, para manter as elites no poder mesmo que, pra isso, precisem realizar golpes de Estado, chacinas, torturas e desaparecimentos.

Agora, para tentar apagar todo esse rastro de violência da sua história eles tentam, com a Revista Agulhas Negras, justificar a sua atuação na história e na política brasileiras a partir da luta contra esses inimigos internos fabricados e, com isso, negam fatos, distorcem fontes, se utilizam de retóricas extremamente nacionalistas e, dessa forma, promovem uma narrativa revisionista da história, na qual minimizam e/ou ignoram os seus crimes. Tal estratégia é eficaz e perigosa, pois contribui para a desinformação da população, ao mesmo tempo em que dificulta a responsabilização e punição desses crimes. A partir dessa afirmação, construir-se-á o próximo tópico desse capítulo.

### **2.3 REVISIONISMO HISTÓRICO**

A/o historiadora (o) não reescreve o passado, mas, sim, faz uma representação sobre ele, representação esta calcada em fontes. Essas fontes, por sua vez, são exploradas por métodos e técnicas próprias do ofício da profissão de historiadora (o) (CHARTIER, 2018). Então as fontes históricas não falam por si só, elas falam de acordo com as indagações feitas pelas (os) historiadoras (es); pode-se afirmar, também que tais profissionais leem o que não foi dito em um texto, leem um espaço em branco, não abordado. Aí entra a problemática de vinculação ou não da retórica com a prova/fonte: se esses profissionais leem o que ainda não foi dito, qual seria a prova que fundamenta o que foi dito ou não? É justamente utilizando essa

afirmação que “historiadoras (es)” tentam “revisar” a história, tentando dar outras interpretações a ela; esse movimento pode ser denominado de revisionismo histórico.

O revisionismo histórico pode ser compreendido como distorções e manipulações do conhecimento histórico tendo, como base, agendas políticas e ideológicas (ANDRADE, 2013). Essas interpretações, então, têm como viés interesses pessoais e tentativas de justificar determinadas ações e/ou ideologias. Ao reavaliar e/ou reinterpretar o passado, como fazem os revisionistas, se corre o risco de perder a complexidade do processo histórico, isolando o possível recorte a ser estudado a pouquíssimas informações que corroboram com a tese levantada pela (o) pesquisadora (o); tal prática omite diversas informações importantes.

De acordo com Andrade (2013); Bonsanto (2021) e Gomes (2019), o revisionismo possui várias características, dentre elas: a manipulação ideológica, que consiste na utilização de “outra” versão da história como uma ferramenta para manipular e/ou distorcer o passado de acordo com agendas políticas, ideológicas e nacionalistas. Tal ação pode envolver a seleção intencional das fontes, uso de narrativas tendenciosas e a minimização e até mesmo a negação de eventos históricos; a falta do rigor metodológico, onde pode-se incluir a ausência de uma análise crítica adequada das fontes, a interpretação inadequada dessas fontes, a falta da consideração do contexto histórico e, também, a adoção de teorias e abordagens não fundamentadas; ignorar vozes marginalizadas, que consiste na tentativa de “apagar” da história os povos marginalizados como, por exemplo, tentar silenciar as pessoas que foram torturadas na ditadura civil-militar (1964-1985), tentar apagar, também, as mulheres, pessoas pretas e indígenas; ausência de embasamento empírico: acontece quando os revisionistas tentam interpretar as fontes históricas a partir de especulações e teorias da conspiração.

Silva (2021), diz que os revisionistas não seguem o rigor metodológico proposto pela História. Ele diz que esses “pesquisadores” costumam não se vincular à Academia, não obstante, buscam não se ligar a nenhuma Universidade para que, assim, dê a entender que não sofrem influências acadêmicas. Diz, também, que esses autodenominados “pesquisadores” não realizam uma análise crítica das fontes deixando, assim, de considerar a autenticidade, a confiabilidade e o contexto das informações fornecidas; por não utilizarem do rigor metodológico exigido pela produção historiográfica, prejudicando a validade e a confiabilidade das suas conclusões; eles negligenciam a produção historiográfica já consolidada anteriormente, minimizando a sua importância e até mesmo negando tal historiografia; negligenciam, também, os consensos acadêmicos sem apresentar evidências convincentes e adotam abordagens pseudocientíficas que não são aceitas pela comunidade acadêmica; a agenda política e ideológica desses revisionistas influenciam de forma ímpar a

interpretação que eles têm do passado, e isso pode levar à distorção das evidências para adequar as fontes e as interpretações a essa agenda comprometendo, assim, a imparcialidade e a objetividade da pesquisa histórica. Esses e vários outros aspectos podem ser observados nas publicações dos cadetes da AMAN. Aborda-se, aqui, para mostrar um exemplo de artigo que tenta “revisar” a história, o trabalho de Caetano e Santos (2019), intitulado de “Os militares e a política de 1945 a 1985”.

#### **2.4 “OS MILITARES E A POLÍTICA DE 1945 A 1985” (2019)**

Este artigo foi escrito por Caetano (na época da publicação do artigo, cadete da arma de engenharia da AMAN) e, também, por Santos (professor de Sociologia dessa instituição). Caetano, atualmente, é instrutor do curso de formação de oficiais da arma de engenharia e, acerca das suas produções acadêmicas e temas de pesquisa encontrou-se, somente, o artigo que será analisado neste tópico. Já Santos<sup>12</sup>, por seu turno, realiza pesquisas na área da Sociologia com temas como, por exemplo, *habitus* militar, exército, família, sociedade, hierarquia.

Se tratando mais especificamente acerca do artigo aqui analisado, inicialmente, os autores (CAETANO; SANTOS, 2019) versam acerca de supostos dois papéis exercidos pelo Exército na história do Brasil: de um lado, eles discutem sobre o papel militar (construções e estruturas desenvolvidas pela instituição) e, de outro, um papel político que, de acordo com eles, seria executado por um suposto “bem” da nação, para “manter a democracia” e, assim, manter o Brasil nos “rumos do progresso”; o recorte histórico abordado pelos militares vai de 1945 até 1985.

Caetano e Santos (2019), em seu artigo, dizem que o Exército sempre trabalhou em prol da nação brasileira, auxiliando-a em seu desenvolvimento e, também, sempre defendeu os “ideais do povo”; e todas as vezes as quais a população “clamasse” ao Exército para ajudá-lo a sair de alguma crise, tal instituição sempre se manteve pronta, agindo sempre pelo “bem” da nação. Em suma, os autores defendem a ideia de que o Exército seria um “poder moderador” ou, até mesmo, um “Quarto Poder”, para além do Executivo, Legislativo e Judiciário que, além de garantir o funcionamento desses outros Três poderes, agiria principalmente em tempos de crise, de forma “(...) conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir perturbações internas (...)” (CAETANO; SANTOS, 2019), perturbações essas encontradas, de acordo com o artigo, de 1945 a 1985.

---

<sup>12</sup> A descrição mais detalhada acerca desse pesquisador, bem como seus principais temas de pesquisa e publicações acadêmicas, estão no tópico 3.1.

Especificando ainda mais a temática trazida pelos militares, eles trabalham, em sua pesquisa, a Guerra Fria<sup>13</sup> e nesse contexto a ditadura civil-militar. Para tanto, eles utilizam autores como, por exemplo, Alfred Stepan (1975); Brasil Paralelo (2019); Carvalho (2005; 2015); Coelho (2000); Marighela (1969); Sobrinho (2014); Ustra (2007); Maciel e Nascimento (2012). Pergunta-se, então: quem são esses autores? Qual é a finalidade de utilizá-los nessa pesquisa?

Alfred Stepan nasceu em 1935 e faleceu em 2016, na cidade de Nova Iorque. Ele era professor na Universidade de Columbia e, também, diretor do Centro de Estudos da Democracia, Tolerância e Religião. Stepan realizou pesquisas empíricas no Brasil, as quais levantava hipóteses acerca de questões fundamentais relativas às rupturas dos regimes democráticos e as relações entre civis e militares. Um dos livros publicados por ele é intitulado de “The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil” (1986). Curiosamente, os livros desse autor foram censurados durante a ditadura civil-militar e, depois, foram utilizados por Caetano e Santos (2019) no artigo aqui analisado.

Stepan também teve uma passagem em Yale. Lá, ele foi diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos. Em 1982, ele publicou, junto com autoras (es) brasileiras (os), dentre eles Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins e Emília Viotti da Costa, o livro “Authoritarian Brazil: Origins, Policies and Future” (1980). Ele fez várias pesquisas acerca da política brasileira, mais precisamente sobre o papel político dos militares de 1964 a 1985. Dessa forma, ele criou uma ênfase sobre esse referido papel, principalmente no tocante ao monopólio da violência legítima do Estado sobre a população (STEPAN, 1979).

Caetano e Santos (2019) utilizam, em seu artigo, a obra “Os militares na política” (STEPAN, 1975). Nessa obra, defende-se a ideia principal de que a interferência dos militares na política em 1964 foi causada por uma fragilidade política das Instituições do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). Segundo o autor, tais Instituições não eram sólidas o bastante para resolver conflitos no interior das elites dominantes da época, nem tampouco conseguiram manter a ordem entre a população. Assim, Stepan (1975) diz que o relacionamento entre civis e militares estava em constante tensão: as lideranças civis (os Três Poderes) necessitavam dos militares para manter a ordem no país da mesma forma em que “cuidavam” para que o poder não fosse tomado pelos militares. Dessa forma, concede-se, aos militares, um “Poder Moderador”:

---

13 A Guerra Fria é vista pelos militares da seguinte forma: de um lado, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas tentando a todo custo levar o Comunismo para o mundo e, de outro, os Estados Unidos da América utilizando essa suposta expansão do Comunismo como justificativa para intervir em vários países, inclusive no Brasil, com a finalidade de livrá-los desse “fantasma” (BIAGI, 2001).

“(...) os militares constituíam uma instituição nacional, permanente, encarregada especificamente da tarefa de manter a lei e a ordem no país e garantir a continuidade e funcionamento normal dos Três Poderes constitucionais: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário (...)” (CAETANO; SANTOS, 2019).

De acordo com eles, a delegação de tal Poder às instituições militares nas relações destas com o Estado e à sociedade podem ser observadas como um “mito”, e este atende aos interesses da elite militar por legitimar o golpe civil-militar de 1964: “(...) as intervenções militares, inspiradas por qualquer facção ou propósito, são por definição desempenho da função moderadora (...)” (CAETANO; SANTOS, 2019). Vê-se, então, que os militares se utilizam dessa chamada função moderadora para orquestrar e executar o golpe de 1964, com a desculpa de manter a ordem tanto entre os Três Poderes (crise política no governo de João Goulart), quanto entre a população (movimentos pró e contra as reformas propostas por Goulart). Todo esse contexto provocou “perturbações internas”, perturbações estas que justificaram a intervenção dos militares na política.

Para Stepan, sendo citado por Caetano e Santos (2019), o Exército foi a força armada que mais atuou de forma política no Brasil no século XX. Na década de 1960, principalmente, os militares espalharam bases de atuação em praticamente todos os lugares mais afastados do país: num primeiro momento, usou-se a justificativa de que as forças armadas levariam desenvolvimento a tais lugares (papel militar – “mão amiga”), todavia percebeu-se, com o passar do tempo, que essas bases militares serviriam para dar apoio ao golpe de 1964, combatendo grupos de resistência até mesmo nesses lugares mais afastados (papel político – braço forte).

No tocante a “mão amiga”, os militares acreditavam que essas bases militares levariam condições sociais mínimas de sobrevivência para a população. De acordo com eles

“(...) era o Exército, para o jovem de família pobre, a única instituição, presente em todo o território do País, que lhe garantia e estimulava os estudos, abrindo-lhe caminho para ascender na vida pelo próprio valor, nas atividades militares, como nas civis, em que muitos adquiriram grande projeção nacional (...)” (CAETANO; SANTOS, 2019, p. 57).

Então, de acordo com os militares, o Exército seria, para as pessoas mais pobres, a única instituição capaz de proporcionar a ascensão social. Isso se dá, de acordo com eles, porque no interior dessa instituição as origens sociais, as etnias e as crenças religiosas não diferenciariam os seus integrantes, pois todas as pessoas estariam envolvidas em uma mesma

hierarquia, tendo as mesmas oportunidades de crescimento independentemente das suas origens. E tal crescimento depende, somente, do esforço de cada um (meritocracia)<sup>14</sup>.

Agora, no que concerne “o braço forte”, Caetano e Santos (2019) vão discutir acerca do papel político exercido pelo Exército no Brasil. De acordo com eles, a “mão amiga” só conseguiria agir se o “braço forte” agisse também. Eles utilizam tal analogia no contexto da Guerra Fria que, de acordo com eles, era uma guerra ideológica travada entre EUA e URSS. Nessa época, os militares acreditavam com fervor na possibilidade da implantação do Comunismo no país: então, para que a “mão amiga” continuasse a levar o país para o progresso, o “braço forte” teria que lutar com bravura contra essa suposta ameaça comunista. De acordo com esses autores, ainda, havia dezenove organizações “clandestinas” no Brasil prontas para derrubar o governo da época e implantar o comunismo no país; tais organizações se utilizariam de parte da população brasileira como massa de manobra para “fazer pressão” contra o governo, até que este caísse. Para explicar de forma mais “aprofundada” acerca desse papel político do Exército, Caetano e Santos (2019) dividem tais organizações em dois grupos: um que atuaria na guerrilha urbana, e outro que atuaria na guerrilha rural. Para tanto, os militares utilizam, como fonte, Marighela (1969).

Carlos Marighela (1911-1969) foi um político e escritor que lutou contra a ditadura civil-militar. Ele foi um dos principais opositores da ditadura, o que o tornou o inimigo número 1 deles; ele foi, também, um dos fundadores da ALN<sup>15</sup> (Ação Libertadora Nacional). Em 1946, se elegeu deputado pelo PCB baiano; depois, perdeu o mandato, mas continuou trabalhando no partido. Ele viajou para vários lugares, com a finalidade de conhecer e estudar mais sobre países considerados como comunistas, tais como China e Cuba. Em 1969, o agente Sérgio Paranhos Fleury, então agente do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), armou uma emboscada para Marighela, assassinando-o<sup>16</sup>. Marighela também escreveu, em 1969, um livro chamado de Manual do Guerrilheiro Urbano, livro este que foi utilizado por Caetano e Santos (2019).

Os militares utilizaram Marighela (1969) para discorrer acerca de supostas ações de grupos que eram contra a ditadura. De acordo com eles, Marighela (1969) propunha uma luta

---

14 Seria interessante confrontar tais afirmações com alguns dados publicados por uma cadete da própria AMAN, no seu trabalho de conclusão de curso. Medella (2021) realizou uma pesquisa exploratória, com a finalidade de descobrir qual seria a porcentagem de pessoas pretas e pardas matriculadas na Instituição. Segundo ela, de 2017 até 2020, cerca de 55% de todas as pessoas matriculadas eram brancas, enquanto cerca de 10% eram pretas e 30% eram pardas.

15 Tem origem no Partido Comunista Brasileiro e foi fundada em 1967 (MATTOS, 2002).

16 Como fonte complementar, sugere-se o filme “Batismo de Sangue” (2007), que conta como tal emboscada foi orquestrada.

de classes que teria, como resultado, a tomada do poder pelo comunismo:

“(…) A guerrilha urbana propunha uma luta de classes que teria como resultado uma ditadura comunista nos moldes da implantada em Cuba. Apesar de hoje os ex-integrantes pregarem que lutaram pela democracia ou pela liberdade, ao analisar as ações, documentos e entrevistas da época, verificamos que a luta tinha objetivos claros de tomada do poder (…)” (CAETANO; SANTOS, 2019, p. 58).

Aqui, então, encontra-se mais uma justificativa do Exército para cumprir o seu papel político e ideológico no país: recrudescer a ditadura, principalmente no final da década de 1960 até meados da década de 1970, para combater grupos que, de acordo com ele, iriam executar uma luta armada. Contudo, se fizer uma análise mais aprofundada da fonte utilizada pelos militares, ver-se-á que Marighela, em seu livro, diz que tal “guerrilha” surgiu não como uma tentativa de tomada do poder mas, sim, como uma “(…) luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais (…)” (MARIGHELA, 1969, p. 08). Ele diz, ainda, que

“(…) O trabalho principal do guerrilheiro urbano é de distrair, cansar e desmoralizar os militares, a ditadura militar e as forças repressivas, como também atacar e destruir as riquezas dos norte-americanos, os gerentes estrangeiros, e a alta classe brasileira (…)” (MARIGHELA, 1969, p. 08).

Então tem-se, de um lado, os militares justificando a execução do seu papel político-ideológico no Brasil e, de outro, os movimentos de resistência contra essa execução. Então percebe-se que os militares estão, a todo tempo, justificando as suas ações por conta de um suposto “fantasma comunista” que estaria assombrando o Brasil, ao mesmo tempo em que os movimentos contra a ditadura buscavam, nessa luta, o fim da concentração de renda, da exploração dos mais pobres e da subserviência aos Estados Unidos (MARIGHELA, 1969).

Vê-se, também no artigo publicado pelos militares, que os grupos contrários à ditadura são chamados a todo tempo de terroristas. Para eles, o terrorismo consiste em

“Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou em indivíduos para fins políticos são injustificáveis em qualquer circunstância, independentemente das considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de qualquer outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los” (….) (CAETANO; SANTOS, 2019, p. 58).

Os militares, então, tinham a função de lutar contra esse terrorismo supostamente propagado pela esquerda. Criaram uma ditadura civil-militar para combater o terrorismo

supostamente praticado por grupos que queriam implantar, no país, a ditadura do proletariado. Para eles, tal terrorismo consiste em atacar a ditadura civil-militar e as suas forças repressivas e, também, atacar e destruir a riqueza dos Estados Unidos e a alta classe brasileira. Realizar tais ataques faz com que as estruturas conservadoras que sustentam as relações de poder e dominação sejam abaladas, e tal ação seria impensável para os militares, visto que criticar e/ou questionar tais valores não faz parte do pensamento militar brasileiro. Para eles, somente mantendo a ordem (mantendo as relações de poder e dominação), mantendo tudo no seu “devido” lugar, é que o Brasil caminharia para o “progresso”.

Caetano e Santos (2019), para tentar “fundamentar melhor” os seus argumentos acerca de uma suposta relação entre movimentos contra a ditadura e terrorismo utilizam, no artigo, Ustra (2007). Em sua obra “A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”, Ustra (2007) enumera diversos atos “terroristas” que, de acordo com ele, estariam intimamente ligados aos movimentos de esquerda no Brasil:

“(...) o atentado ao Aeroporto de Guararapes foi um dos mais graves realizados pela guerrilha urbana, visto que ele foi planejado para vitimar o Marechal Costa e Silva e com ele inúmeras pessoas que o esperavam no aeroporto. Por uma pane, o marechal não foi de avião, o que fez com que o público que o esperava se retirasse. Momentos depois houve uma explosão, mais um atentado em Recife de responsabilidade dos terroristas comunistas. Infelizmente essa gerou vítimas, um total de 15. As seis bombas anteriores não causaram vítimas, elas foram colocadas no prédio dos Correios e Telégrafos, na residência do comandante do IV Exército e uma bomba que falhara encontrada na Câmara Municipal, todas essas no mesmo dia, 31 de março de 1966. Cinquenta dias depois outros três artefatos foram lançados na Assembleia Legislativa. Isso mostra que o objetivo era gerar pânico na população, deixá-la insegura para que os ideais comunistas pudessem dominar.” (USTRA, 2007, p. 192)

Aqui, então, entra o papel do Exército: mais uma vez, aqui, há uma guerra ideológica entre movimentos que querem “deturpar”, questionar e acabar com os valores conservadores, mais ainda, querem extinguir a exploração entre as classes e, do outro lado, existem os militares, que querem conservar essas relações de poder e dominação, manter o *status quo* pois, somente assim, sem perturbações, é que o país caminhará para o progresso. O Exército, então, de acordo com esses autores, tem como que uma obrigação agir para exterminar os grupos chamados por eles de terroristas utilizando, para isso, operações de combate e de inteligência:

“Em 1974, as organizações subversivas marxista-leninistas, que, desde 1967/68, haviam deflagrado a guerra revolucionária no país, tinham sido

derrotadas na forma de luta que escolheram, a luta armada, estando neutralizadas no campo militar e extintas mesmo na sua maioria (...)" (CAETANO; SANTOS, 2019, p. 59)

De acordo com esses militares, como os movimentos chamados aqui de esquerda perderam a guerra no meio urbano começaram a praticar atos terroristas, então, no meio rural. Tais movimentos estariam propagando notícias falsas entre as populações rurais, de forma a tentar travar, nesse campo, uma guerra ideológica, com a finalidade de tomar o governo dos militares. Estes, então, montaram diversas estratégias para combater esses movimentos, tais como as operações psicológicas (consistem na formação de opinião: os militares foram no meio rural, entregando folhetos à população dizendo quais seriam as “verdadeiras” intenções desses movimentos de esquerda).

De acordo com Caetano e Santos (2019), ainda, o Partido Comunista do Brasil teria inventado que os militantes de esquerda foram sequestrados e barbaramente torturados para incitar medo nessas pessoas, fazendo com que estas se engajassem na luta contra os militares e, também, com a finalidade de recrutar mais militantes para a sua luta; mais ainda, os militares afirmam que o discurso da esquerda de que lutariam pela democracia e pela liberdade foi inventado somente após a criação da Lei da Anistia (1979), e que tal discurso só foi inventado para esconder as reais intenções desses movimentos: de instaurar, no Brasil, uma ditadura comunista, a ditadura do proletariado (CAETANO; SANTOS, 2019).

Outra fonte utilizada por Caetano e Santos (2019) é o site “Brasil Paralelo”<sup>17</sup>. A Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, mais conhecida por Brasil Paralelo, é uma empresa brasileira fundada no ano de 2016, por Lucas Ferrugem, Henrique Viana e Felipe Valerim, em Porto Alegre, que produz e reproduz vídeos de história e política tendo, como viés, as ideologias da extrema-direita neoliberal. Tal empresa surgiu em meio a onda conservadora de 2010 no Brasil; ela se coloca conectada com uma “realidade paralela”, realidade esta que vai além de notícias veiculadas por jornais considerados “de esquerda” (todos que vão contra a ideologia conservadora, como dito anteriormente, são considerados de esquerda) no país. Brasil Paralelo está intimamente ligada a Olavo de Carvalho e, também, ao ex-presidente Jair Bolsonaro. De acordo com a empresa, as suas produções são feitas de forma independente, apartidária e com base em um grande acervo analisado por especialistas.

Dentre as várias produções dessa empresa, uma se destaca por ser utilizada no artigo aqui analisado, e tal obra é intitulada de “1964: o Brasil entre armas e livros” (2019). Tal trama busca, se baseando supostamente em “fontes confiáveis” (que são sociólogos e

---

<sup>17</sup> Para acessar ao site do Brasil Paralelo, visitar o link: <https://www.brasilparalelo.com.br/>.

filósofos, tais como Olavo de Carvalho e Luiz Felipe Pondé), realizar um revisionismo histórico, sustentando a hipótese de que havia de fato, no Brasil, uma ameaça comunista, que destruiria o país e todos os valores e ideologias conservadoras justificando, assim, o golpe de 1964<sup>18</sup>; mais ainda, justifica a execução do papel moderador citado anteriormente; justifica os militares se tornarem o próprio poder Executivo: “(...) os militares, ao invés de serem apenas o poder moderador que foram desde 1889, buscaram, eles mesmos, serem o poder executivo e o poder moderador (...)” (CAETANO; SANTOS, 2019, p. 55).

Os militares, no artigo, se colocam como uma Instituição “fora” da política, não obstante, estaria pronta a assegurar a boa relação entre os Três Poderes e, também, a boa relação entre tais Poderes e a população (CARVALHO, 1987). Carvalho (1987), outro autor utilizado como fonte pelos militares, acredita que o Exército tem a função de manter a lei e a ordem entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; segundo os militares, dentro do Exército não pode “haver política” para que pudesse atuar como ator político. Então, como essa Instituição se considera como um ator “fora da política”, ela poderia intervir na política para manter a lei e a ordem sem sofrer influência desta. E assim os militares enxergam o seu papel político-ideológico: como seres “apolíticos”, sem sofrerem influências externas, os militares intervêm na política de forma a restabelecer a lei e a ordem no país.

E a lei e a ordem, de acordo com Caetano e Santos (2019), vem da legitimidade que emana da própria população brasileira e não, somente, da Constituição (1988). Os militares interviram em

“(...) 1961, para impedir que João Goulart assumisse o governo depois da renúncia de Jânio Quadros; e 1964, com o movimento cívico-militar que impediu o golpe comunista. Nos períodos de crise, quando o chefe do Executivo não agia na legalidade, não conseguia controlar o caos instaurado ou mesmo quando os próprios governantes causavam o caos, a legitimidade deles em seus atos decrescia enquanto o clamor por uma intervenção militar aumentava. Durante todos os períodos de crise, os militares eram pressionados por vários setores da sociedade para atuarem com a finalidade de manter a ordem e garantir lei.” (CAETANO; SANTOS, 2019, p. 63).

Vê-se, então, que os militares se baseiam numa suposta “legalidade” vinda da população para balizar as suas ações. De acordo com eles, a execução, então, do seu papel

---

18 De acordo com o documentário, o título entre armas e livros faria referência à suposta vitória dos militares na guerra contra o comunismo, e, também, à derrota deles no tocante a guerra cultural.

político-ideológico tem origem no clamor da população por sua intervenção, mesmo que tal intervenção vá contra as leis do país. Então, pode-se afirmar que o Exército se enxerga como um 4º Poder, ou Poder Moderador, que está alheio à política, que mantém a boa relação entre os demais Poderes; percebe-se, também, que há um limite nesse “fazer cumprir a lei e a ordem” pelos militares: eles agem, supostamente, de acordo com os anseios da população, mesmo que isso fira as leis existentes.

Percebe-se, no período analisado por Caetano e Santos (2019), que foi de 1945-1985, que os militares, para atender supostamente aos interesses da população (de acordo com eles, as pessoas apoiavam o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar por conta da ameaça comunista), deixaram de ser esse Quarto Poder para serem os próprios Três Poderes, abrindo ramificações, até mesmo no meio rural, onde supostamente não havia a presença do governo. Então, se executar um olhar mais atento, percebe-se que os militares, ao discorrerem acerca do “braço forte, mão amiga”, eles querem falar sobre “um membro só”: eles “auxiliam” a população nas suas necessidades básicas, nas construções de casas, ruas, pontes, com a finalidade de obter poder, legitimidade e, acima de tudo, fazer cumprir o seu papel político-ideológico que, como dito anteriormente, é o de manter as relações de poder e dominação entre as classes, de manter os valores judaico-cristãos e demais valores conservadores.

Percebe-se, nesse artigo, diversas distorções de fontes históricas, a negação da historiografia acumulada e, também, a negação do consenso de que a ditadura civil-militar foi um dos períodos mais obscuros da história do Brasil. Um exemplo dessas distorções aparece quando Caetano e Santos (2019) dizem, no seu artigo, que existiram tentativas de tomada de poder por parte de “facções comunistas” e que, para barrar tais tentativas, os militares utilizaram meios “pacíficos” e de inteligência (investigação). Para tentar mostrar que realmente existiram tais tentativas, os militares utilizam, como fonte, Marighela:

“A crise estrutural crônica característica do Brasil de hoje, e sua resultante instabilidade política, são as razões pelo abrupto surgimento da guerra revolucionária no país. A guerra revolucionária se manifesta na forma de guerra de guerrilha urbana, guerra psicológica, ou guerra guerrilheira rural” (MARIGHELA, 1969, p. 4).

Não obstante, os militares negligenciaram um parágrafo que está abaixo do parágrafo por eles utilizado:

“O guerrilheiro urbano é um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade (...)” (MARIGHELA, 1969, p. 4).

Vê-se, aqui, que os militares negligenciaram tal parágrafo de forma intencional. Neste, percebe-se que Marighela (1969) não fala sobre guerrilhas para tomada do poder, mas, sim, fala acerca da luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. Percebe-se, então, que Marighela via na luta armada uma estratégia para enfrentar os militares; via a necessidade de guerrilhas rural e urbana, visando desestabilizar as estruturas do poder militar. Os militares dizem que tais guerrilhas foram alguns dos motivos pelos quais eles recrudesceram as suas ações. Marighela (1969) diz que os guerrilheiros urbanos não têm medo de destruir sistemas econômicos, políticos e sociais existentes no Brasil na época dos militares. Ele diz, ainda, que esses guerrilheiros deveriam auxiliar os guerrilheiros rurais na estruturação de um sistema totalmente novo, com o povo no poder (MARIGHELA, 1969, p.4). Então, observa-se, aqui, um movimento de resistência contra a ditadura civil-militar, e não uma tentativa de tomada de poder.

Caetano e Santos (2019) também afirmam que “(...) o discurso que defende que as organizações da esquerda armada lutaram pelo reestabelecimento da democracia no Brasil teve início somente após a Lei da Anistia (1979) (...)” e, também, “(...) que a ideia de que os militares torturariam os presos era algo incutido na mente dos militantes por parte dos dirigentes do partido (...)” (CAETANO; SANTOS, 2019, p. 58). Eles dizem, então, que o discurso de que a ditadura militar torturou barbaramente as pessoas que eram contra a sua manutenção foi inventado somente após a Lei da Anistia, ou seja, as denúncias de torturas, mortes e desaparecimentos de pessoas só começaram a acontecer somente após esse período. Consultando outras fontes como, por exemplo, a Comissão Nacional da Verdade (2014)<sup>19</sup>, percebeu-se que havia um sistema repressor complexo montado pelos militares, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e que exerciam vigilância sobre as principais instituições da sociedade civil, são elas os sindicatos, organizações profissionais, as igrejas e os partidos. Dessa forma, os militares criaram uma burocracia de censura que intimidava e proibia manifestações e expressões de pensamentos que eram considerados nocivos à ditadura. Os militares utilizavam, para isso, uso sistemático da tortura e do assassinato.

Então, a Comissão Nacional da Verdade traz inúmeras denúncias de torturas, sequestros e assassinatos cometidos pelos militares na sua tentativa de se perpetuarem no

---

<sup>19</sup> A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi uma instituição criada no Brasil com o objetivo de investigar violações de direitos humanos ocorridas no período de ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. A criação da CNV foi estabelecida pela Lei nº 12.528, sancionada em 18 de novembro de 2011, durante o governo da então presidente Dilma Rousseff. A Comissão Nacional da Verdade foi criada como uma resposta aos apelos por justiça e verdade sobre os crimes cometidos durante o regime militar.

poder, e tais denúncias datam de antes da Lei da Anistia (Lei a qual os militares alegam ter dado “brecha” para a esquerda “mentir” sobre ser torturada e morta). A primeira denúncia é sobre o assassinato de Marighela, ocorrido em 04/11/1969. Em uma emboscada criada pelo delegado Sérgio Fleury, Marighela foi fuzilado, e todas as informações obtidas pelo delegado para executar o assassinato foram conseguidas a partir de torturas executadas contra alguns membros da ALN (Ação Libertadora Nacional) (COMISSÃO DA VERDADE, 2014).

Outra denúncia de assassinato cometido pelos militares aconteceu em 1970, ano no qual o fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) foi preso no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Após a sua prisão, Mário Alves foi barbaramente torturado e morto. Seu corpo jamais foi encontrado.

Em junho de 1971, Stuart Edgard Angel Jones foi preso, torturado e morto pelos militares no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, na base aérea do Galeão. No dia 17 de setembro de 1971, os militares assassinam Carlos Lamarca no interior da Bahia. A Comissão Nacional da Verdade diz, ainda, que os militares assassinaram mais de cinquenta pessoas que se localizavam próximas ao rio Araguaia; houve cinquenta e quatro desaparecimentos políticos. Em 1975 houve várias ações repressivas contra o Partido Comunista Brasileiro, ações nas quais tiveram, como resultado, torturas e prisões contra dezenas de militantes. Alguns desses militantes são, a saber:

“(…) David Capistrano da Costa, Luiz Ignácio Maranhão Filho e Walter de Souza Ribeiro, dirigentes do PCB, e João Massena Mello, comunista, ex-deputado estadual carioca, desaparecidos logo nos primeiros dias do governo Geisel, nunca foram encontrados Jayme Amorim de Miranda, Orlando Bonfim Júnior, Nestor Veras, Hiram Lima Pereira, Élson Costa, José Roman e Itair Veloso.” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 105).

Em 17/01/1976 Manuel Fiel Filho, operário dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo teve a sua morte nas dependências do DOI-CODI do II Exército, oficialmente divulgada como suicídio. Teve o laudo de suicídio feito pelo médico Harry Shibata e ele, mais tarde, foi punido pelo Conselho de Medicina de São Paulo por falsidade ideológica. Mais tarde, descobriu-se que Manuel também foi torturado e assassinado pelos militares. Esses são somente alguns exemplos que a Comissão Nacional da Verdade traz para denunciar os diversos casos de torturas, mortes e desaparecimentos orquestrados e executados pelos militares.

Então percebe-se que as falas de Caetano e Santos (2019), que tentam a todo tempo justificar as ações dos militares com o intuito de proteger o país de uma suposta ameaça

comunista são falaciosas. Eles tentam, a todo tempo, distorcer as fontes, ou até mesmo criando-as a seu bel prazer. As fontes utilizadas por eles, até mesmo outras fontes como a Comissão Nacional da Verdade, por exemplo, não dizem que havia, na esquerda brasileira, uma tentativa de tomada de poder, mas, sim, havia uma luta contra a ditadura civil-militar. Essas fontes dizem, ainda, que as técnicas de tortura, morte e desaparecimento de pessoas não desapareceram com a liquidação de grupos resistentes à ditadura, elas eram usadas para obter informações, para dissuadir, intimidar e disseminar o terror entre as forças que eram contra os militares. Dessa forma, a repressão se institucionalizou, e começou a atingir instituições que procuravam organizar as classes populares, tais como sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, associações de moradores de bairros pobres e, ainda, o trabalho de padres e religiosos junto a esses mesmos grupos.

Baseados, então, nesse aparato repressivo militar, o governo pôde desenvolver uma política econômica que favorecia o grande capital, sem consideração sobre os seus efeitos na distribuição de renda nem, muito menos, nos seus efeitos sobre o bem-estar da grande maioria da população trabalhadora (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

### **CAPÍTULO 3: AMAN, SEUS VALORES E O LUGAR DO EXÉRCITO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

O primeiro artigo analisado nesse tópico foi publicado em 2018 e merece uma atenção especial: um cadete da referida instituição pública, no periódico, uma pesquisa com o tema do papel do Exército na manutenção dos valores da sociedade. Quais valores são estes? Seriam tais valores os pensamentos existentes dentro da instituição militar? Qual seria a intenção de publicar este artigo justamente no período da história contemporânea brasileira, que se teve eleição para a Presidência da República, com um candidato ex-militar, graduado na AMAN? Essas são algumas das perguntas que nortearam a construção desse capítulo.

O artigo intitulado de “O Exército Brasileiro na manutenção dos valores na sociedade” foi escrito por Gomes<sup>20</sup>, aluno da AMAN e, também, por Santos, que é Tenente Coronel e atualmente é professor da Cadeira de Sociologia da referida instituição. Santos fez graduação em Ciências Militares na Academia Militar das Agulhas Negras, se tornando, após a formação, oficial subalterno da arma de Cavalaria. Após se graduar em 1989, ingressou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 1996 para cursar o Mestrado Profissional em Operações Militares. Em 2010, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

---

<sup>20</sup> Guilherme Almeida Gomes, na data da publicação deste artigo, era aluno do 4º ano da Arma de Infantaria. O artigo “O Exército Brasileiro na manutenção dos valores da sociedade” (2018) foi a primeira publicação do referido aluno.

- Mestrado, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e concluiu em 2012. Já em 2013, ingressou no mesmo Programa, para cursar o Doutorado, concluindo em 2018. Em 2011, foi transferido para a reserva remunerada (se aposentou) e, em 2015, se tornou professor da Cadeira de Sociologia da AMAN.

Nos seus temas de pesquisa, encontram-se temas centrais como, por exemplo, o Exército Brasileiro, família, sociedade, poder simbólico, instituições, igreja. Alguns títulos de suas pesquisas são: “Exército Brasileiro: a transformação como valor e o valor da transformação: um estudo da família militar como fator de abertura para a sociedade e de transformação da instituição” (2018); O carisma do comandante: um estudo das relações pessoais dos militares do Exército Brasileiro sob o enfoque do poder simbólico, dos corpos dóceis e das instituições totais (2012); “Lobos vorazes: a igreja no mundo ou o mundo na igreja?” (2017); “A elite do Exército” (2017); “O ethos militar no cerimonial do Exército” (2016). Diante de todas essas informações, pergunta-se: por que tais informações sobre esse autor são relevantes para essa pesquisa?

O momento histórico e o lugar social que esses militares ocupam é de suma importância para se analisar os seus discursos e as suas representações nesses artigos. Por isso é importante compreender na produção historiográfica dos militares quais são os significados que eles tentam passar através das suas escritas, bem como a relação entre a história contada e a sua ideologia; saber e entender quem é este autor, quais são os seus temas de pesquisa e, também, como ele trabalha conceitos como família, sociedade, valores, história é de suma importância pois, a partir disso, é possível entender como é a formação dos militares da AMAN, já que ele é membro permanente do corpo docente da referida instituição, bem como orienta pesquisas de alunos que versam sobre essas mesmas temáticas. Para analisar essas informações pretende-se, agora, além de realizar o levantamento das publicações de Santos realizar um debate acerca de como ele trabalha os conceitos em suas pesquisas.

Quando o autor escreve sobre valores, principalmente sobre valores do Exército, ele fala de hierarquia e disciplina. Em “O carisma do comandante”, Santos fala sobre esses valores; defende a ideia de que existe uma hierarquia bastante rígida nesta instituição, com seus postos bastante definidos. Mesmo entre pessoas que ocupam o mesmo posto, como o de oficial por exemplo, o mais antigo (com a maior idade), será superior hierarquicamente se comparado com o de idade menor. E este, com idade menor, deve obediência e subserviência ao outro tendo, assim, disciplina para cumprir as ordens dele. Em uma cerimônia militar, até o lugar que os corpos dos militares ocupam são determinados por essa hierarquia. Numa

formação em “U”, por exemplo, o militar mais moderno<sup>21</sup> (ou mais novo) ocupa a ponta da esquerda. Assim, quanto mais antigo o militar for, mais à direita ele ficará na formação.

Discutindo sobre esse tema, Santos introduz um conceito bastante peculiar para explicar a hierarquia e disciplina militar: o conceito de *habitus*. Segundo o autor, os militares agem, dentro da hierarquia e disciplina, como agentes que não necessitam recorrer à racionalidade para executarem as suas ações no cotidiano, sejam essas a de reverência, respeito, cumprimento de ordens e, até mesmo, agir somente dentro do seu lugar reservado dentro da hierarquia. Sendo assim, esses sujeitos vivem e executam as suas tarefas de forma repetitiva e eficiente, sem a necessidade de tempo para raciocinar para criar soluções oportunas e inovadoras, que só surgem graças ao *habitus* criado (SANTOS, 2018).

Santos discute o conceito de *habitus* pela perspectiva de Mauss (2003). Para ele, um conjunto de atos que, neste caso, ocorrem dentro do Exército, é mais facilmente transformado em *habitus* se feito por e/ou para uma autoridade social. Aí, mais uma vez, entram os valores hierarquia e disciplina: de acordo com as ideias defendidas por Santos (2018), no processo de aprendizagem acontece a imitação, quando se imita os atos considerados como bem-sucedidos realizados por pessoas que possuem autoridade sobre as demais. Assim, verifica-se a noção de prestígio da pessoa imitada e esta, por seu turno, tem o poder de tornar o ato dos seus subordinados como ato ordenado, autorizado, aprovado, legítimo. Assim, na formação de militares, sobretudo na formação do oficialato do Exército, impõe-se uma série de ações em seus treinamentos, treinamentos estes que visam a criação de um *habitus* nesses militares.

Tal formação visa formar, assim, comandantes de tropa e, ao final da carreira, comandantes de Batalhão. A figura do comandante é considerada como a representação máxima da hierarquia e do prestígio militar. A hierarquia que existe dentro da instituição encontra respaldo e legitimidade na figura do comandante, comandante este que não está inserido em nenhum contexto por estar posicionado acima dele, está acima da totalidade das relações, controlando-as, não pessoalmente, mas sim por sua vontade abstrata, que está sempre presente e lembrada em todos os contextos. Sendo assim, Santos (2018), diz que mesmo festas, ou até em cerimônias militares, o conjunto de comportamentos sempre converge à figura do comandante, que governa e dirige atos, ações e sentimentos através da hierarquia e da disciplina.

---

21 Se chama mais moderno ou mais novo em relação à sua entrada no Exército. Quanto mais tempo o militar possui na instituição, mais antigo ele é considerado pelos demais militares.

No artigo citado, “O Exército Brasileiro na manutenção dos valores da sociedade” (2018) os pesquisadores utilizam, como embasamento teórico, autores como<sup>22</sup>: Oakeshott (1991), Scruton (2015), Olavo de Carvalho (2014; 2016); Anthony Giddens (2012); Heitor de Paola (2008). Michael Oakeshott foi um filósofo e teórico político britânico nascido em 1901 e falecido em 1990. Ele é conhecido por sua contribuição para o pensamento político, em particular pela defesa do conservadorismo e da tradição. Sua obra abrange temas como política, filosofia da história, filosofia da educação e teoria do conhecimento. Oakeshott via o conservadorismo como uma disposição que valoriza o que ele chamou de "experiência de estar governado" em vez de uma busca por um estado ideal ou por mudanças radicais (OAKESHOTT, 1962). Ele argumentava que a política e a sociedade são intrinsecamente complexas e imprevisíveis, e que as tentativas de reorganizar a sociedade com base em ideias abstratas ou em uma visão de progresso podem levar a resultados indesejáveis. Para ele, o conservadorismo está ligado a uma apreciação das instituições tradicionais, como a lei, a família e a religião, que são vistas como elementos-chave na manutenção da ordem social e na preservação da estabilidade (OAKESHOTT, 1975).

Já Scruton, por sua vez, foi um filósofo, escritor e crítico britânico conhecido por suas contribuições no campo da filosofia política, estética, conservadorismo e religião. Seus principais temas de pesquisa foram conservadorismo, estética, conservação ambiental, religião, política e sociedade. Para Roger Scruton, o conservadorismo é uma atitude em relação à vida e à sociedade que valoriza a importância da tradição, da ordem, da autoridade e da continuidade cultural. Ele argumenta que o conservadorismo é uma resposta às necessidades humanas fundamentais de pertencimento, estabilidade e identidade. Ele vê a tradição como um repositório de sabedoria acumulada e um guia para a vida em sociedade (SCRUTON, 2001). Em relação à política, Scruton defende uma abordagem que prioriza a liberdade individual e a responsabilidade pessoal. Ele argumenta que a liberdade não é apenas a ausência de restrições externas, mas também a capacidade de exercer escolhas e assumir responsabilidade por suas consequências. Scruton enfatiza a importância de proteger os espaços de liberdade individual contra a interferência excessiva do Estado, defendendo a autonomia e a iniciativa individuais (SCRUTON, 1998).

---

22 Michael Joseph Oakeshott (1901-1990) estudou História em Cambridge local onde fez a sua graduação, mestrado e doutorado; se tornou um filósofo político; Roger Vernon Scruton (1944-2020) foi um filósofo inglês, e se formou em Filosofia, também em Cambridge. Olavo de Carvalho (1947-2022), começou a cursar Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mas não concluiu a graduação. Anthony Guiddens (1938- ), se graduou em Sociologia e Psicologia na Universidade de Hull, na Inglaterra. Em seguida, obteve o seu mestrado na London School of Economics and Political Science, logo após, obteve o seu doutorado na Universidade de Cambridge. Heitor Fernando Bandeira de Paola (1944 - ), estudou Medicina no Rio de Janeiro e se especializou em psicopatologias.

Scruton, ainda, dizia que a política não é apenas uma questão de indivíduos isolados, mas também envolve a formação de comunidades e a preservação de um senso de pertencimento. Ele destaca a importância das instituições intermédias, como a família, a comunidade local, as organizações religiosas e as associações voluntárias, que desempenham um papel fundamental na construção de identidade e na transmissão de valores (SCRUTON, 2001).

Olavo de Carvalho é outro autor utilizado por Gomes e Santos (2018). Carvalho se autodenomina filósofo, sem ter formação acadêmica para tal e, também, não possui vínculo com nenhuma instituição de ensino. Ele “pesquisa” temas como conservadorismo, anticomunismo e religião. O conservadorismo em sua visão está relacionado à defesa dos valores tradicionais, da liberdade individual, da proteção da família e da preservação da cultura ocidental. Ele argumenta que o comunismo é uma ideologia perniciosa que leva à tirania e à destruição da liberdade. Carvalho vê o comunismo como uma ameaça à sociedade, aos princípios democráticos e à liberdade de expressão. Para ele, deve-se combater todas as ideias consideradas comunistas e/ou de esquerda pois, de acordo com ele, ideias como luta de classes, coletivização dos meios de produção e, também, o questionamento dos valores judaico-cristãos ocidentais levariam a resultados prejudiciais (CARVALHO, 2013).

Anthony Giddens, por seu turno, é conhecido por suas contribuições para a teoria social, como a teoria da estruturação e a noção de modernidade reflexiva. Ele tem se envolvido em questões como a individualização, a sustentabilidade e a política de terceira via, que geralmente são consideradas dentro do espectro progressista. Uma de suas contribuições mais importantes é a teoria da estruturação, que busca superar a dicotomia entre estrutura e agência. Ele argumenta que a sociedade é construída por meio das práticas sociais dos indivíduos, mas também influencia e constrange essas mesmas práticas. Ele enfatiza a importância das relações sociais e da capacidade dos indivíduos de agir e moldar o mundo em que vivem (GIDDENS, 2000) Giddens aborda, também, a noção de modernidade reflexiva, destacando que as sociedades modernas são caracterizadas pela constante reflexividade e mudança (GIDDENS, 1991) Ele argumenta que a modernidade trouxe uma maior consciência sobre as escolhas individuais e coletivas, resultando em incertezas e riscos; discute as transformações sociais decorrentes do avanço da tecnologia, globalização e mudanças nas relações de gênero (GIDDENS, 1998).

Heitor de Paola, que é mais um autor utilizado no artigo aqui analisado por conta das suas ideias, é conhecido por sua abordagem conservadora em relação a questões políticas, sociais e culturais. O conservadorismo, em sua visão, envolve a valorização da tradição, da

família, da liberdade individual, dos valores éticos e morais, bem como a defesa da ordem social. No que diz respeito à crítica ao marxismo, ele se opõe às ideias e aos princípios fundamentais do marxismo, que considera uma ideologia prejudicial. Ele argumenta que o marxismo tem como objetivo central a luta de classes e a transformação revolucionária da sociedade, buscando a abolição da propriedade privada e a implantação de um sistema socialista ou comunista. também critica as consequências sociais e econômicas que o marxismo pode gerar, como a perda de liberdade, o controle estatal excessivo, a igualdade forçada e a falta de incentivos para a inovação e a prosperidade individual. Ele argumenta que o marxismo tende a concentrar poder nas mãos do Estado, o que pode levar a um governo autoritário e limitar a liberdade e a iniciativa dos indivíduos (PAOLA, 2022).

Para tais autores acima citados, excetuando Giddens, que são assumidamente conservadores, o conservadorismo resume-se em melhorar o que já existe, e não em criar novas formas de pensamento:

“(...) Ser Conservador, portanto, é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o experimentado ao não experimentado, o fato ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, um presente alegre a uma sociedade utópica.” (GOMES; SANTOS, 2018, p. 81)

Gomes e Santos (2018) dizem então que os valores e costumes já conhecidos garantem a sobrevivência das pessoas, não sendo necessário criar outras formas de enxergar o mundo. Já Scruton, especificamente, diz que cabe ao Exército a manutenção destes valores tradicionais na sociedade. De outro lado, Gomes cita Giddens como um autor “de esquerda” e este, segundo o artigo, busca e propõe mudanças na estrutura familiar e também em outras instituições ligadas à tradição ocidental hétero, branca, nuclear e burguesa. Para os militares, Guiddens “(...) entende que se deve fazer atualmente é buscar novas formas de pensamento, renunciando assim os valores e instituições já existente, como a família.” (GOMES; SANTOS, 2018, p. 81). Para tentar embasar o seu ponto de vista, Gomes e Santos utilizam, como citação: “Ninguém sabe ao certo. Mas a análise sociológica do casamento e da família que aqui é apresentada leva- nos a pensar que não se resolvem os problemas atuais olhando para o passado” (GUIDDENS, 2001, p. 199).

Os autores utilizam, aqui, somente uma frase de Guiddens para “provar” que ele quer destruir os valores e costumes conservadores. Eles o consideram, então, um “pós-moderno”, comunista, e representante de todo o mal que o fantasma comunista quer trazer para o Brasil e para o mundo. De acordo com eles, Guiddens seria o representante de novas formas de

pensamento, pondo em xeque, assim, a família tradicional, as relações de poder que existem dentro desta e, também, que as pessoas não precisam recorrer à tradição, ou seja, não precisam recorrer a uma experiência já sabida e reconhecida para resolver os problemas atuais. Então, enquanto os demais autores conservadores buscam “melhorar o que já existe” e sempre recorrem à tradição, Gomes e Santos (2018) dão a entender que Guiddens quer oferecer novas formas de enxergar e de experienciar o mundo, coisas que não são aceitas pelos conservadores.

Como dito anteriormente, os militares trazem, no artigo, autores conservadores. Mas por que trouxeram esses autores? Qual seria a finalidade de tal utilização? Essas são questões a serem respondidas a partir de agora.

Oakeshott diz que:

“(...) o conservadorismo, resume-se em melhorar o que já existe e não criar novas formas de pensamento, tendendo a uma revolução ideológica. Afirmando que nas condições experimentadas até então, teremos como resultado respostas já conhecidas que nos permitiram a manutenção da sobrevivência humana, que são assim demonstrados (...)” (OAKESHOTT, 2016, p.5).

Ao utilizar este autor, Gomes e Santos (2018) afirmam que ser conservador é “desconfiar” de mudanças e de inovações, enxergando tais mudanças como ameaças à sua existência, ao seu modo de vida. E, ao conservar o seu modo de existência, Oakeshott diz que tal conservação é inerente ao ser humano, faz parte de sua natureza; esse autor, também, diz que a realidade não é produto da obra de alguma divindade, mas sim é resultado das escolhas de cada ser humano e essa capacidade de escolha, de acordo com ele, gera incerteza, pois não dá uma “direção” para o futuro. Por isso, defende os valores conservadores, pois eles darão direção às escolhas de um futuro já conhecido, experimentado. E esse “conservar” de valores evita mudanças, infortúnios, incertezas e garantem, assim, a sobrevivência da humanidade.

Oakeshott (2016) fala também sobre as leis ao governar um país, e tal percepção destas corroboram com a ideologia militar. A pessoa conservadora, segundo ele, jamais aceitará mudanças nas leis que regem o país, nem tampouco aceitam governantes que requerem o poder para promover essas mudanças, mesmo que elas sejam para o “bem comum” ou pela “justiça social”. Assim, a conservação das leis seria para manter a sociedade em uma ordem praticamente imutável, permitindo ao governo, somente, fazer cumprir as leis, punindo qualquer conduta destoante (ou forças que tentam mudar tais leis), utilizando-o como um aparelho de repressão para manter o *status quo*.

Quando o autor fala acerca de combater uma “revolução ideológica”, ele fala acerca de conservar valores e costumes e, também, sobre lutar contra tudo que vai contra a tal conservação. Percebe-se, então, que esses aspectos fazem parte da vida privada das pessoas (concepção de família, por exemplo); e o movimento que ele faz é de expandir o “ser conservador” para a esfera pública, fazendo com que o governo adquira contornos de um regime opressivo, no qual toda ideia ou comportamento que é diferente do tradicional tende a ser legalmente punido. Ao analisar a obra de Oakshott (2016), buscando a intencionalidade de Gomes e Santos (2018) em utilizá-la em seu artigo, percebe-se, também, que o medo de novas ideias não se limita às ideias vindas dos seu próprio país, o que provoca intolerância aos imigrantes e a tudo que é de origem estrangeira dando origem, assim, à xenofobia que é disfarçada de patriotismo; por isso tudo, o conservador também se chama de patriota.

Gomes e Santos (2018) afirmam, ainda, que como a “esquerda” não obteve sucesso na luta armada para dominar as instituições brasileiras (principalmente no que tange uma suposta ameaça de luta armada em 1964):

“(…) Partimos da hipótese de que houve a entrada em algumas instituições brasileiras de agentes intencionados em desestruturar a família, os valores e os costumes brasileiros, principalmente durante os anos compreendidos entre 1964 e 1985. Logo, trabalhamos com os valores prezados pelo Exército frente os valores oriundos da esquerda (...)” (GOMES; SANTOS, 2018, p. 83).

Como essa “esquerda” falhou em tomar o poder para si através de um combate armado na ditadura civil-militar ela, agora, tenta travar uma guerra ideológica, invadindo as bases do pensamento conservador. Aí entra, segundo o autor, o papel do Exército: guiado por documentos, normativas e leis conservadoras e próprias, e ameaçado por uma suposta “invasão” da ideologia da esquerda, ele tem a função de manter a ideologia conservadora como a principal no Brasil afastando, combatendo e reprimindo toda e qualquer ideia que discorde dos seus ideais. Diz-se muito, no artigo, que o Exército usa de sua credibilidade, que supostamente possui com a sociedade brasileira, para embasar e justificar as suas ações de manter tais pensamentos em destaque no país pois, somente assim, a sociedade estaria de volta ao caminho do progresso. Caminho este “desviado” pela ideologia atribuída à esquerda.

Neste artigo, os autores falam acerca da manutenção de valores conservadores. Quais valores seriam estes? Em primeiro lugar, explicitam a família considerada por eles como a única correta (a que possui, como integrantes, homem, mulher e filhos). Dizendo isso, os

militares afirmam que não aceitam outros tipos de família e legitimam as relações de poder e dominação existentes dentro dessa família:

“Desde o início fica claro que uma criança deve ser influenciada pelo poder de seus pais: seu amor por ele conceder-lhes-á esse poder e os pais, mesmo quando permissivos, não se evadem de seu exercício, assim como um oficial não deixa de comandar suas tropas quando permite que essas fiquem constantemente à vontade (...)” (GOMES; SANTOS, 2018, p. 82).

Os autores utilizam Scruton para embasar o seu argumento de que a família tradicional é algo “dado”, natural, determinada pela natureza, e não como uma construção histórica, social, política e cultural. Doravante, se utilizam de autores citados anteriormente para justificar a manutenção da família tradicional, dizendo que, somente através dela, se consegue manter a sobrevivência humana.

No artigo os militares deixam clara a importância da manutenção de tais valores conservadores pois, de acordo com eles, esses valores influenciam intimamente os comportamentos e pensamentos das pessoas, e a sobrevivência não só da sociedade brasileira, mas também do próprio Exército depende da manutenção de tais valores. Aqui, se fala também sobre crise política, financeira e moral. Os militares usam, aqui, a falta desses valores conservadores como justificativa para essa crise; enxergam, no Exército, uma instituição capaz de manter e resguardar esses valores na sociedade brasileira

“Os manuais Regulamento Disciplinar do Exército (2012) e EB20-MF-10.101(2014) e tendem a se alinhar com o pensamento dos dois autores conservadores, que é o de preservação e manutenção da família e valores. O manual Regulamento Disciplinar do Exército (2012) prescreve, textualmente que Concorrer para a discórdia ou a desarmonia ou cultivar inimizade entre militares ou seus familiares. Não atender à obrigação de dar assistência à sua família ou dependentes legalmente constituídos, de que trata o Estatuto dos Militares (...)” (GOMES; SANTOS, 2018, p. 81).

De acordo com eles, essa suposta aproximação das leis, regimentos e normativas que dirigem o Exército Brasileiro se aproximam de forma íntima com as ideias dos autores conservadores aqui analisados. Tal aproximação faz com que, não somente a instituição seja conservadora, mas, também, incumbe o Exército de manter tal ideologia através do cumprimento do seu papel político-ideológico no governo brasileiro. E, falando acerca das crises citadas anteriormente, uma solução para elas seria o cumprimento desse referido papel na sociedade.

No desenrolar do artigo percebe-se algo muito peculiar: os militares, mesmo negando a história, negando que a Proclamação da República, a ditadura civil-militar e o impeachment

foram golpes militares, negando assim a Academia, eles querem reafirmar os seus pontos de vista, o de que estes golpes foram para manter e/ou resgatar os valores conservadores no Brasil através de métodos e técnicas científicas que tanto condenam, no espaço que tanto combatem, não obstante, nas Universidades, nos periódicos, dentro dos locais de produção de conhecimento; se utilizam de métodos e técnicas de um “inimigo comunista” para afirmarem as suas verdades acerca da história.

Assim os militares contam, através da escrita da história, as suas próprias versões sobre ela. E para contá-la, os militares sempre recorrem à deturpação de valores conservadores. Eles atribuem à deturpação dos valores cometida por grupos de esquerda na história do Brasil como principal causa das crises enfrentadas pelo país

“Estes pensamentos são seguidos também pelo Exército Brasileiro, que é ameaçado por agentes de esquerda por esta instituição ser guardião dos valores que estão sendo deturpados no Brasil; (...) Leituras preliminares apontaram-nos para a possibilidade de diversas tentativas de tomada do poder pela via armada por parte da esquerda, que foi impedida pelas FFAA, mostrando que esta já realizou ações práticas para resguardar os valores estudados neste trabalho. Posteriormente, verificamos a mudança de estratégia da esquerda, passando da luta armada para a infiltração nas instituições, inclusive no Exército Brasileiro (...)” (GOMES; SANTOS, 2018, p.82).

Para eles, esses “fantasmas comunistas” tentaram tomar o poder das mais diversas formas ao longo da história como, por exemplo, luta armada na década de 1960 e, atualmente, através da infiltração ideológica nas instituições do Estado, “corrompendo” esses valores. Os militares enxergam, na história, uma constante batalha entre o bem e o mal, entre uma sociedade conservadora e um fantasma maligno que quer destruí-la, e, tal sociedade, por seu turno, teria como guardião o Exército Brasileiro.

Essa visão de constante luta entre o bem e o mal pode ser percebida na construção desse artigo. De um lado, utilizam um autor chamado de “esquerdista”, representando o mal e, de outro, utilizam autores conservadores, tentando mostrar através deles que a esquerda quer acabar com as estruturas conservadoras que sustentam a sociedade brasileira. Para tal, repetem a todo tempo, na construção desse artigo, que as teorias deles foram experimentadas, que têm resultados conhecidos, que foram testadas e aprovadas por métodos científicos tradicionais; utilizam de tal prisma até mesmo para falar sobre o Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente, os militares enxergam nesse partido um grupo que tentou e tenta, a todo custo, entrar nas instituições estatais para acabar com os valores conservadores; nesse sentido, tentam verificar até que ponto o próprio Exército foi corrompido por esses ideais de esquerda.

De acordo com os militares essa esquerda, ao invés de tentar tomar o poder por meios ilegais, agora, se utiliza de meios legais para tal

“(...) a proposta do Diálogo foi que a esquerda, mesmo radical, guerrilheira, revolucionária e marxista, abandonasse a forma atual de tomada do poder pela revolução e optasse pela participação em eleições, oferecendo como contrapartida o apoio do Diálogo para nele permanecer (...)” (GOMES; SANTOS, 2018, p. 83).

Se utiliza das eleições, por exemplo; e no poder, esse grupo tentaria a todo custo enfraquecer o Exército, que é uma instituição capaz de combater esse fantasma comunista e tentariam, também, fazer uma redução populacional através da aprovação da existência de outros tipos de família e a legalização do aborto pois, assim, seria mais fácil controlar a população

“O Controle Populacional segundo o Diálogo deve ser feito através da legalização do aborto e união de homossexuais, pontos estes que vão de encontro com os ideais pregados pela Igreja Católica. Então de que maneira o Pacto conseguiria barrar a oposição Católica? Esta resposta também encontramos no livro de Heitor de Paola: “Esta precisaria ser enfraquecida com a noção de um misticismo individualista, que seria o determinante nas relações de cada um com Deus, sem necessidade de Igreja, sacramentos ou sacerdotes, ou, pelo menos, minimizando a presença desses elementos na população (...)” (GOMES; SANTOS, 2018, p. 83).

A esquerda, de acordo com os militares, atuaria também na Igreja Católica, que seria outra instituição capaz de manter esses valores. Tomando a Igreja, diminuiria a sua importância, criando a ideia de que as pessoas não precisam ir até ela para conversarem com Deus: “A atividade da CFFC<sup>23</sup> (Catholics for a Free Choice) segue meticulosamente a regra de Antônio Gramsci: não combater a Igreja, mas apossar-se de suas estruturas, esvaziá-las de seu conteúdo espiritual e utilizá-las como instrumento para transmitir a mensagem anticristã.” (GOMES; SANTOS, 2018, p. 83). Aqui, os autores se utilizam de uma citação de Olavo de Carvalho para mostrar, de acordo com eles, que há grupos agindo dentro da Igreja Católica para enfraquecê-la; logo após, Olavo de Carvalho relaciona o CFFC à clínicas de aborto:

“O primeiro escritório da CFFC foi na Planned Parenthood Foundation, dona da maior cadeia de clínicas de aborto nos EUA, e uma de suas principais financiadoras foi a Sunnen Foundation, que lutava para que o Estado,

---

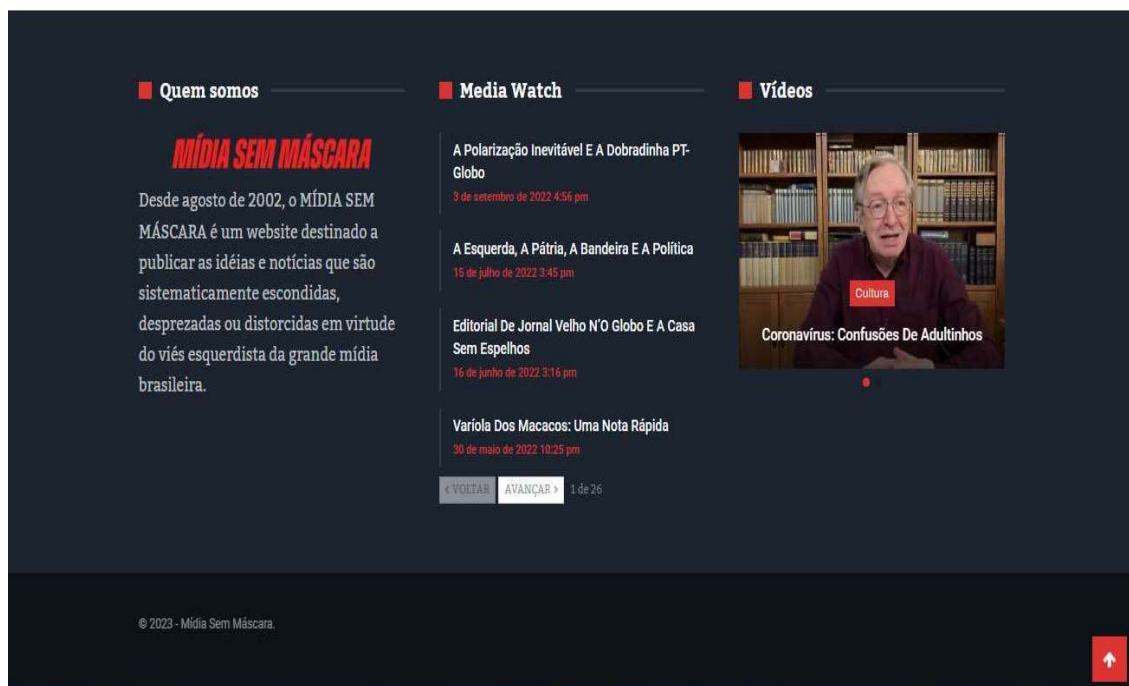
23 Movimento político que é articulado em várias ONGs internacionais, as quais compostas por mulheres católicas. Tal movimento visa questionar as leis eclesiais da instituição, sobretudo as leis relacionadas ao aborto, direitos reprodutivos e à autonomia das mulheres no que tange o seu próprio corpo. Para saber mais, acessar o link: [Português - Católicos pela Escolha \(catholicsforchoice.org\)](http://Português - Católicos pela Escolha (catholicsforchoice.org)).

arrogando-se a autoridade dos antigos imperadores romanos em matéria religiosa, forçasse a Igreja Católica, por lei, a mudar sua doutrina quanto ao aborto. A Sunnen foi também patrocinadora do famoso processo ‘Roe versus Wade’, apresentado como um caso de estupro, que em 1973 resultou na legalização do aborto nos EUA. Passadas três décadas, a suposta vítima pediu pessoalmente a revisão do processo, confessando que não sofrera estupro nenhum, mas fora subornada pelos líderes abortistas para declarar isso no tribunal. O caso agora está de volta na Suprema Corte. Toda a história do abortismo é uma história de fraudes.” (GOMES; SANTOS, 2018, p. 83).

Não satisfeito em dizer que essa “esquerda” quer controlar o número de habitantes no planeta, Olavo de Carvalho, utilizado pelos autores aqui analisados, quer relacionar o movimento católico que luta pelo direito das mulheres a um suposto “mercado do aborto”, que quer arrecadar cada vez mais dinheiro a partir de leis aprovadas pelo governo (aqui tratado como esquerdista) e legitimadas pela própria Igreja supostamente invadida. Aqui, percebe-se que a ideia de invasão ideológica promovida por esse fantasma comunista tem origem nas obras de Olavo de Carvalho. A todo instante, no artigo, os militares fazem referência a tal acontecimento: dizem que a Igreja Católica está sendo invadida pela “ideologia do mal”, dizem, também, que o próprio Exército está sendo invadido; de acordo com eles, a ideologia da esquerda entra nas instituições, atacando as suas estruturas, não obstante, mantém as “aparências” pois, como elas já possuem a confiança da sociedade, a esquerda usaria de tal suposta confiança para agir na corrosão da ideologia conservadora no Brasil.

Com essa esquerda no poder, as forças armadas, sobretudo o Exército, teria a sua influência nas decisões drasticamente diminuída e é diminuído, também, o poder dele na manutenção dos valores conservadores. Heitor de Paola, outro autor aqui utilizado, mais especificamente a sua obra “O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Internacional (2008), pode ser visto como um expoente do conspiracionismo no Brasil, porque baseia o seu discurso na ideia de que a esquerda pretende dominar o mundo, e que estaria por detrás de vários acontecimentos na sociedade brasileira, dentre eles a “deturpação” dos valores conservadores. Para tanto, Paola e Carvalho resolveram “denunciar” o suposto viés de esquerda da mídia brasileira, que esconderia ou distorceria os reais acontecimentos e notícias.

Segue uma foto do site “Mídia sem Máscara”:



Fonte: Camargo (2023)

Então Paola criou o “Mídia sem Máscara<sup>24</sup>”, um site que de acordo com eles denunciaria as supostas mentiras propagadas por essa “mídia de esquerda” (depois, Paola foi auxiliado por Olavo de Carvalho). Neste site, também, é criado o termo “nazismo de esquerda”<sup>25</sup>

Eles criam tal termo com base em um “intervencionismo social” do Estado na vida social, desconsiderando a essência de ambos os regimes (nazista e comunista) se limitando, assim, somente a aspectos superficiais, como se o Estado Nazista tivesse a mesma natureza de classe e se propusesse às mesmas finalidades que os Estados comunistas (de Socialismo real). Assim, eles relacionam, a seu modo, o fascismo à esquerda. Dessa forma, Olavo de Carvalho e Heitor de Paola propagam discursos de ódio e constroem estereótipos sobre grupos sociais e movimentos políticos situados à esquerda da política, da mesma forma que propagam moralismo de caráter cristão contra alvos que se diferem do padrão conservador defendido por eles. Dessa forma, eles criaram um inimigo a ser combatido

“(…) passamos a coletar dados por meio de consultas a outras obras de Olavo de Carvalho, como A Nova Era e a Revolução Cultural, que discorre sobre a tentativa de enfraquecimento das FFAA por parte do PT, e a obra O

24 O site (transformado em jornal) Mídia sem Máscara foi criado em 2002, por Heitor de Paola. Site disponível em: Quem somos – Mídia Sem Máscara (midiasemmascara.net) .

25 “O nazismo evidentemente faz parte do processo revolucionário mundial. E sobretudo o fascismo italiano era uma dissidência interna do movimento socialista. Na verdade, a palavra totalitarismo foi invenção dos fascistas italianos, e o Mussolini subscreveu, ele adotou essa palavra, ele achou bonito o totalitarismo. E ele definiu como tudo dentro do Estado, nada fora do Estado e nada contra o Estado. Então, todo esse pessoal que adora intervencionismo estatal, isso tudo é a esquerda mundial. A esquerda é isso, a esquerda é intervencionismo estatal” (CARVALHO, 2019).

Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial de Heitor de Paola, que nos mostra uma provável infiltração nas instituições que levou a perda dos valores pautados pelo Exército (...)” (GOMES; SANTOS, 2018, p. 82).

E esse inimigo seria combatido pelas Forças Armadas, sobretudo pelo Exército:

“Concluimos então que desde sua criação o Exército Brasileiro resguarda os valores e bons costumes brasileiros, pautando-se na doutrina por ele criada e pela missão bem definida do Cmt Ex, tais pontos permitiriam que o EB repelisse por diversas vezes a esquerda nas suas tentativas de tomada do poder” (..) (GOMES; SANTOS, 2018, p. 86). (explorar essa citação)

Olavo de Carvalho, principalmente nos últimos anos, viu no Partido dos Trabalhadores um alvo a ser combatido. De acordo com ele, o PT tentaria, a todo custo, implantar uma “ditadura comunista” no país; para ele, uma saída para combater tal “ditadura” seria uma intervenção militar, não obstante, uma ação do Exército para barrar o avanço comunista

“Com o PT não tem jeito, nada tem jeito com o PT, nem o próprio PT evidentemente. Tem que tirar essa porcaria daí é já. E por quaisquer meios concebíveis. Não é isso? Se possível dentro da legalidade, né? Mas que tem que sair, tem que sair, de qualquer maneira. O que esses camaradas fizeram não têm desculpa. [...] Só por isso, só pela obra do PT na educação, esses camaradas tinham que ser mandados para casa, com um pontapé no traseiro, para nunca mais voltar. [...] Tem que tirar da vida pública para sempre (CARVALHO, 2015)”.

Aqui, Olavo de Carvalho critica não somente o PT mas, também, as próprias instituições, dando a entender que podem ser usadas vias antidemocráticas para tirar o Partido do poder. Tal fato abre brecha para ações autoritárias, como golpes de Estado orquestrados pelo Exército para frear esse “avanço comunista” de que tanto fala. E a utilização desse autor no artigo produzido por Gomes e Santos (2018) não foi sem intenções. Os militares, fazendo isso, buscam legitimar falas e até mesmo ações antidemocráticas do próprio Exército, visando a tomada do poder. Assim, esses militares buscam legitimar tais atos antidemocráticos, com vistas a resguardar e executar os valores conservadores no Brasil.

Deve-se lembrar, agora, que essa pesquisa foi publicada no ano de 2018, no qual ocorreram as eleições no país, dentre elas a eleição para a Presidência da República. No referido período, houve um grande fortalecimento do antipetismo (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018). Por conta da crise política causada pelo aparecimento de diversos escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT), e por conta da crise econômica internacional que afetou de forma severa a economia do país, desenvolveu-se, em

grande parte da população, insatisfação com o governo petista. As direitas (uma em específico, aqui tratada como liberal na economia e conservadora nos costumes), se utilizando de todo este cenário político e econômico ao seu favor, investiu pesado em propagandas e notícias vinculadas às redes sociais, culpando o PT por todas as mazelas vividas. Tais ações culminaram no *impeachment* (golpe) da Presidenta Dilma Vana Rousseff (1947 - ), ocorrido em 2016 (CARREIRÃO, 2016).

Neste cenário, o país estava polarizado: esquerdas de um lado, direitas de outro (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018). As direitas brasileiras também souberam utilizar este cenário para ascender ao poder: demonizaram o comunismo, as esquerdas e tudo o que, de certa forma, se choca com os valores conservadores. Tudo isso reverberou de forma ímpar no interior das forças armadas, tanto que se pode observar, ao analisar o trabalho de Gomes e Santos (2018), este “fantasma” do comunismo que aterroriza a ideologia conservadora e percebe-se que tanto os discentes quanto os docentes da AMAN enxergam, no Exército, uma esperança. Enxergam nesta instituição uma forma de conter o avanço deste “fantasma” e de conservar todos os valores morais considerados primordiais (valores conservadores, que são primordiais para a instituição).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das publicações historiográficas da Academia Militar das Agulhas Negras aqui analisadas, foi possível identificar várias tentativas de “revisar a história”, ou seja, os militares tentam, a todo instante, distorcer fontes, criar teorias conspiratórias e, também, fabricar inimigos internos para justificar as suas ações e a continuidade da existência do próprio Exército. A produção historiográfica deles é marcada por uma perspectiva conservadora.

Um dos maiores indícios dessas afirmações é a ideia da Instituição de que ela é um “Quarto poder”, ou “Poder Moderador”, que atuaria para “corrigir perturbações internas” que ameacem uma suposta ordem defendida tanto pelos militares quanto pelas elites dominantes do Brasil: os militares, assim, tratam como inimigos internos tudo e todos que fariam essas “perturbações” e, também, que lutariam contra a manutenção do *status quo*. Assim, eles lutam contra os movimentos populares. Vainfas et al. (2010) corrobora com tal afirmação. Desde o Brasil Colônia, o Exército vê como inimigos internos todas as pessoas que lutam para modificar os sistemas econômico, político e social vigentes. Na Colônia, esses inimigos eram as pessoas negras escravizadas e os povos originários, depois tais inimigos foram “construídos” dentro da Igreja Católica e, depois, foram vistos dentro do próprio Exército.

O primeiro exemplo que se pode utilizar é Canudos. No século XIX, Antônio Vicente Mendes Maciel, chamado posteriormente de Antônio Conselheiro, liderou a formação de um grupo que era composto por famílias que fugiam da exploração latifundiária da época, e que depois se instalaram em arraial de Canudos. Como o governo percebeu que tal grupo estava ganhando força e que, também, poderia lutar contra o sistema vigente na época, logo enviou o Exército:

“O fato tomou proporções nacionais, e Canudos passou a ser visto como uma ameaça à República. Formou-se, assim, a quarta expedição, com 10 mil homens. Em outubro de 1897, Canudos foi destruído e sua população, massacrada – mesmo aqueles que se renderam foram degolados (...)” (VAINFAS et al., 2010, p. 35).

Outro exemplo dessas ações dos militares para defender as elites, e que enxergavam inimigos dentro da Igreja Católica foi o Contestado. José Maria, figura central do movimento, organizou uma comunidade próximo a Curitiba. Essa comunidade era formada por pequenos proprietários expulsos das suas terras pela República por conta da construção de uma ferrovia, a *Brazil Railway Company*, que ligaria os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (VAINFAS et al., 2010). Essa empresa pertencia a um dos homens mais ricos do mundo, o norte-americano Percival Farquhar. A República, como parte do pagamento a essa empresa, deu cerca de 15 quilômetros de terra, o que deixou várias famílias sem onde morar. Aí, então, José Maria liderou um movimento que tentava lutar contra essas ações.

Em 1912, as forças militares estaduais (polícia) assassinaram o líder do movimento, e este, por sua vez, se dispersou. Todavia, mais tarde essas pessoas elegeram mais líderes em 1916, “(...) forças do Exército e polícias estaduais, com o apoio de aviões, assassinaram todas as pessoas que participavam desse movimento, matando milhares de fiéis (VAINFAS et al., 2010, p. 36).

Para além desses inimigos, os militares tentam apagar grupos militares que não concordam com os valores hegemônicos da Instituição, tentando construir uma historiografia na qual mostra o Exército como uma instituição coesa e unida, ao mesmo tempo em que nomeia esses grupos discordantes de inimigos, mais ainda, os nomeiam de comunistas (AZEVEDO; CAMPOS, 2010). O primeiro exemplo aqui citado é o Movimento Tenentista, que teve início em 1920. Neste, vários militares oficiais, chamados de tenentes, que eram recrutados de grupos menos favorecidos, não concordavam com a hierarquia bastante rígida existente na Instituição, bem como com o autoritarismo e corrupção presentes no Exército (MARQUES, 2007).

Esses tenentes não concordavam com os valores ditados pelo Exército:

“A rebelião no Forte de Copacabana contou com nomes como Eduardo Gomes e Siqueira Campos. Foi a pioneira em propagar a necessidade da reforma dos costumes políticos, e foi liderada por jovens tenentes, uma vez que a alta oficialidade recusou-se a lutar contra o status quo republicano (...) (GRANATTO; SARTORETTO; TOTTI, 2022, p. 4).

Enquanto o Exército estava preocupado em defender os interesses das elites republicanas, o Movimento Tenentista buscava, principalmente, lutar contra o sistema oligárquico existente na época, que concentrava o poder nas mãos de poucas pessoas, lutar por uma meritocracia que premiasse a competência em detrimento do nepotismo e da corrupção que eram muito comuns, “(...) liberdade de opinião e imprensa, do voto secreto, do equilíbrio entre os poderes, da instrução pública, do acesso à justiça, da mudança do sistema de nomeação dos magistrados, entre outros (...)” (GRANATTO; SARTORETTO; TOTTI, 2022, p. 5). Como resposta a tal movimento, o Exército começou a perseguir e punir esses militares, enxergando-os como uma ameaça (VAINFAS et al., 2010). Começaram a ver nesses oficiais uma ameaça à hierarquia e aos valores defendidos pelo Exército; e a perseguição contra esses inimigos resultou em prisões, transferências para posições subalternas da hierarquia militar, as quais não teriam tanta influência na Instituição e, também, muitos desses militares foram expulsos.

No golpe de 1964 e na ditadura também houve grupos de militares do Exército que não concordavam com os valores da instituição e que, também, foram contratas ações autoritárias

“(...) Sindicalistas, sargentos, fuzileiros navais, estudantes e militantes de esquerda tentaram em vão se mobilizar contra o golpe (...) Na manhã do dia 1º de abril, Jango foi para Brasília e depois para Porto Alegre, numa atitude interpretada como um reconhecimento da sua derrota. Nos bairros ricos do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte, muitos comemoravam a deposição do Presidente (...)” (VAINFAS et al., 2010).

Esses militares que eram contra as atitudes autoritárias das forças armadas na época, sobretudo do Exército, foram vistos como “inimigos da pátria”

“As punições aos opositores, considerados inimigos da “Revolução”, não demoraram: durante o mandato de Castello Branco, 2 mil funcionários públicos foram demitidos, 386 pessoas tiveram os seus mandatos cassados e os direitos políticos suspensos, e 5 mil pessoas foram presas; na Marinha foram expulsos 963 marinheiros e fuzileiros navais; centenas de oficiais das três Forças Armadas foram reformados” (VAINFAS et al., 2010, p. 336).

Então, muitos militares foram expulsos da corporação, outros foram presos e torturados dentro de prisões clandestinas e/ou em prisões dentro das próprias instituições militares. Em tais prisões, aconteciam torturas que incluíam choques elétricos, afogamentos, estupros, espancamentos, execuções, privação de sono e torturas psicológicas (VILLAS BOAS, 2012); (GASPARI, 2002).

Essas violências, além de serem direcionadas aos militares vistos como inimigos eram, também, utilizadas contra os movimentos populares

“No dia 2 de abril, a violência começou a mostrar-se como a principal marca do regime: o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiado e a sede do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi destruída. O Comando-Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas e diversas outras organizações foram consideradas ilegais. João Goulart e Leonel Brizola tiveram que se exilar no Uruguai; Luís Carlos Prestes entrou para a clandestinidade; dezenas de líderes sindicais foram presos” (VAINFAS et al., 2010, p.335).

Os militares viam nesses movimentos estudantis e populares inimigos internos. Eles costumavam associar tais movimentos a atividades subversivas e terroristas tentando, a todo custo, deslegitimar as lutas populares e, ao mesmo tempo, defender o *status quo*. Essa fabricação de inimigos internos pode ser percebida até atualmente, como foi discutido nesse trabalho. E tal fabricação é preocupante pois contribui para a criminalização dos movimentos sociais e manifestações populares. Isso, por conseguinte, pode levar a uma maior repressão do Estado contra a população negra e pobre. A maioria da população, assim, é vista como um inimigo interno a ser combatido.

Em relação à tentativa, através da historiografia, de apagar as vozes dos militares que vão contra o pensamento conservador do Exército é uma forma de silenciar a pluralidade de opiniões que existe dentro da Instituição e isso, por sua vez, faz com que tais valores continuem, de certa forma, hegemônicos nessa Força Armada. Com isso, pode-se afirmar que os militares tentam, a todo instante, “revisar” a história, distorcendo-a, tanto em relação à própria Instituição, quanto em relação à história do país. Assim, buscam, a partir do revisionismo histórico, justificar a execução do seu suposto papel político-ideológico, ao mesmo tempo que tenta, a partir da execução de tal papel, justificar a continuidade da existência do Exército Brasileiro.

## REFERÊNCIAS

AMORIM NETO, O. Regimes e intervenção política dos militares no Brasil. *Revista USP*, [S. l.], n. 134, p. 91-108, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/202420>. Acesso em: 16 dez. 2023.

ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de. A trajetória da extrema direita no Brasil: integralismo, neonazismo e revisionismo histórico (1930-2012). In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA “REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO”, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2013, Paraná. **Anais [...]** Paraná: Unioeste, 2013. p. 72-86.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Edos**, Santa Maria, v. 3, n. 8, p. 9-30, jan. 2011. Semestral.

ALMEIDA, Túlio Ribeiro de. As invasões holandesas e a organização da força terrestre da América Portuguesa no século XVII. **Revista Agulhas Negras**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 45-51, dez. 2018.

AMAN. **Revista Agulhas Negras**. 2017. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/aman/issue/archive>. Acesso em: 15 set. 2021.  
BASTOS, Elide Rugai. et al. **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.

ARIAS NETO, José Miguel. **A Marinha e o Fim da Monarquia**. Trabalho apresentado no II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. A Marinha e o fim da Monarquia. Realizado pela ABED -Associação Brasileira de Estudos de Defesa em 2008.

AZEVEDO, Gislaíne Campos; SERIACOPI, Reinaldo. **História em movimento: do século XIX até os dias de hoje**. São Paulo: Ática, 2010.

AUGUSTINHO, Aline. A construção simbólica do inimigo: o movimento estudantil de 1968 pela óptica dos arquivos DOPS-São Paulo. **Movimentação**, Dourados, v. 5, n. 9, p.102-124, 2018.

BASTOS, Expedito Carlos Sthefani. **Blindados no Brasil: um longo e árduo aprendizado**. Bauru: Taller, 2011.

BIAGI, Orivaldo Leme. O imaginário da Guerra Fria. **História Regional**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 61-111, jun. 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRANCO, Manoel Thomaz Castello. **O Brasil na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

Brasil. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. **Dispõe sobre anistia ampla, geral e irrestrita**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Seção 1, p. 10.809.

BRASIL, Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos EB-20-MF-10.101 O Exército Brasileiro**. 1. ed, 2014

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **C 5-37: Minas e Armadilhas**. 2. ed. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **C 7-20: Batalhões de Infantaria**. 3. ed. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **C 17- 20: Forças Tarefas Blindadas**. 3. ed. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC- 10.223: Operações**. 5. ed. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **EB60-ME-13.302**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ, 2020. BRASIL.

Ministério do Exército. Exército Brasileiro. **HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO: VOLUME 1**. Brasília-DF: Estado-Maior do Exército, 1972.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador**, tradução André Telles –Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2001. 159p.

BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de estado-maior na campanha da Itália (1943-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BRASIL PARALELO. 1964 – O Brasil entre armas e livros. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em 08 de abril de 2019.

BOAVENTURA, EM. Origem e formação do sistema estadual de educação superior da Bahia. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 45-78.

BONSANTO, A. Narrativas “historiográfico-midiáticas” na era da pós-verdade: Brasil Paralelo e o revisionismo histórico para além das fake news. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e5631, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i1.5631. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5631>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed.Unesp, 2004.

BRASILEIRO, Exército. **Formação Básica do Combatente**. 4. ed. Brasília: Comando de Operações Terrestres, 2006. 93 p.

BRASILEIRO, Exército. **Exército: postos e graduações**. 2018. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/postosegraduacoes//asset\\_publisher/DQlwHsMH8YR7content/exercito?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fpostosegraduacoes%3Fp\\_p\\_id%3D101\\_INSTANCE\\_DQlwHsMH8YR7%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dnormal%26p\\_p\\_mode%3Dview%26p\\_p\\_col\\_id%3Dcolumn-1%26p\\_p\\_col\\_count%3D1](http://www.eb.mil.br/postosegraduacoes//asset_publisher/DQlwHsMH8YR7content/exercito?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fpostosegraduacoes%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_DQlwHsMH8YR7%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1). Acesso em: 27 abr. 2020

BONALUME NETO, Ricardo. Formação de oficiais no país é deficiente, diz historiador. **Folha de São Paulo**, 16 de agosto de 1999.

BOURDIEU, P. **Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. 311 p.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas/ tradução de Magda Lopes** –São Paulo: Editora UNESP, 2011. 362p.

CAETANO, V. de S., & SANTOS, E. A. Os militares e a política de 1945 a 1985. **Revista Agulhas Negras**, 3(3), 54-66, 2019.

CAMARGO, Edson. **Mídia sem Máscara**. 2023. Disponível em: <https://midiasemmascara.net/quem-somos/#:~:text=D%20esde%20agosto%20%202002%2C%20o%20M%C3%8DDIA%20SEM,virtude%20do%20vi%C3%A9s%20esquerdista%20da%20grande%20m%C3%ADdia%20brasileira..> Acesso em: 23 jan. 2023.

CAMPELLO, Ruy Leal. **Um capitão de Infantaria da FEB**. 1ª Ed. São Paulo: Bibliex, 1999.

CARREIRÃO, Y. de S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC; Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**. A elite política imperial. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Relume-Jumara, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e a Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Biblioteca de Ciências Sociais, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Militares e Civis: um Debate além da Constituinte**. Águas de São Pedro, Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS, 1987.

CARVALHO, Olavo. **Olavo de Carvalho na TVEJA: "O comunismo foi fundado por meio de assalto e corrupção"**. 15 mai. 2015.

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CARVALHO, Olavo de. O Nazismo era esquerdista? E o Fascismo? 0,56 a 1,34. Acesso em 27 dez. 2019

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHIAVENATO, Julio José. **As lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos**. Editora Moderna, 1989.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade – O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014. 3v.

COSTA, A. L (2008). Apologia do ensino de História: a didática da História em Jörn Rüsen (2008). In: XIII Encontro Estadual da ANPUH História e Historiografia: Entre o Nacional e o Regional, Guarabira. **Anais do XIII Encontro Estadual da ANPUH: Entre o Nacional e o Regional**.

COSTA, Aryana Lima. Apologia do ensino de história: a didática da história em Jörn Rüsen. **Sæculum**, João Pessoa, v. 25, n. 43, p. 76-92, maio 2008.

DARÓZ, Carlos Roberto de Carvalho. **A Guerra do Açúcar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2016.

DA SILVA, Wagner Assis Minuzi. **A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (set 44/mar 45): uma análise das atuações dos graduados comandantes dos pequenos escalões**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro: 2007.

DE CASTRO, Magaly Caiado. **Bom dia, meus camaradas**. 1ª Ed. Goiás: Abril. 1998.

DEMO, M. A. de O. **A formação de oficiais e as políticas educacionais da Academia da Força Aérea Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2006.

DE MORAES, Mascarenhas. **Memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes**. 2ª Ed. Brasil: Bibliex, 1984.

DORATIOTO, F. F. M. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 617p.

FARIA, Durland Puppin de. O pelotão de sepultamento da FEB. **Revista Agulhas Negras**, Resende, v. 3, n. 3, p. 45-53, out. 2019.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2011.

FÁZIO, Ednéia. **Formação e perfil dos alunos da escola preparatória de cadetes do Exército (1990-2000)**. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História e Cultura Política, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2003.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, Londrina, v. 2, n. 4, p. 831-856, jul. 2009. Semestral.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012, 375p.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FINGUERUT, Ariel. O Pensamento Neoconservador e a Política Externa de George W. Bush: percepções da América Latina a partir das crises do Equador e da Bolívia. 2005, 130 páginas. **Monografia** (Bacharelado em Ciências Sociais)-Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. As ilusões armadas 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 499 p.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e Identidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 109-132, maio 1998.

GIDDENS, Anthony. Reflexividade e seus Duplos. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **A Produção Social da Identidade e da Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 53-64.

GINZBURG, Carlo. **Pesquisa sobre Piero**. Barcelona, Muchnik Editores, 1984.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. SP, Cia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. SP, Cia das Letras, 1990.

GRANATO, N. C., SARTORETTO, L., DOS SANTOS, E. F., TOTTI, M. A., CARVALHO, A. B. O tenentismo revisitado 100 anos depois: um estudo da trajetória política de suas lideranças. **História**, 68, 81, 2022.

GOMES, A. R. Machocracia, negacionismo histórico e violência no Brasil contemporâneo. **Revista Nanduty**, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 146 a 158, 2019. DOI: 10.30612/nty.v7i10.10303. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/10303>. Acesso em: 14 jul. 2023.

GOMES, G. A.; SANTOS, ÉVERTON A. DOS. O Exército Brasileiro na manutenção dos valores da sociedade. **Revista Agulhas Negras**, v. 2, n. 2, p. 80-87, 3 dez. 2018.

GONÇALVES, Martina Spohr. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo no projeto editorial do IPES (1961-1964)**. 2010. 225 f. Dissertação (mestrado em História). Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita, revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

KRISTOL, Irving. **Neoconservatism**. NY: The Free Press, 1995.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. Serviço Militar Obrigatório no Brasil: continuidade ou mudança? *Security And Defense Studies Review*, Campinas, v. 1, n. 24, p. 147-158, ago. 2001.

LACERDA, P. H. B.; SAVIAN, E. J. **Introdução ao Estudo de História Militar Geral**. Resende: AMAN, 2015.

LAMOUNIER, B. A democracia brasileira de 1985 à década de 1990: a síndrome da paralisia hiperativa. In: João Paulo Reis Velloso (org.) *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1994.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 124p.

LIND, W. Defending western culture. *Foreign Policy*, n. 84, p. 40-50, 1991.

LIND, W. Further Reading on the Frankfurt School. In: Lind, W. (org) **Political Correctness: A Short History of an Ideology**. Free Congress Foundation, 2004.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LOUREIRO, Felipe Pereira. “A Política Externa Brasileira Do Pós-Guerra Ao Golpe De 1964: Construindo as Bases Da Diplomacia Brasileira Contemporânea.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília De Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano**. O Tempo Da Experiência Democrática. Da Democratização De 1945 Ao Golpe Civil-Militar De 1964 (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 179-206

MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes. **Orvil: Tentativas de Tomada do Poder**. São Paulo: Ed Schoba, 2012.

Marighella, Carlos. **Manual do guerrilheiro urbano**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1969.

MARQUES, Adhemar. **Pelos caminhos da História: ensino médio**. Curitiba: Positivo, 2006. 736 p.

MARTINS, Carlos Estevan e CRUZ, Sebastião Velasco. **De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MARTINS, Renan Sum Dutra. A Evolução da Operação de Abertura de Passagem no Exército Brasileiro até a 2ª Guerra Mundial. **Revista Agulhas Negras**, Resende, v. 5, n. 5, p. 67-82, ago. 2021.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucci Leme de. **Em nome da segurança nacional: os processos da justiça militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979.** 2002. 169 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História Social, História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDELLA, Maria Luísa Harduim. **A RESERVA DE COTAS RACIAIS PARA O INGRESSO NA ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO (EsPCEX)/ ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN).** 2021. 34 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Militares, Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2021. Disponível em:<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9868/1/CAD%208415%20MEDELLA.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil Holandês (1630-1654).** São Paulo: Penguin Classics, 2010.

\_\_\_\_\_. **Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654.** 3ª ed. São Paulo, Editora 34, 2007.

MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. **História Naval Brasileira.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2001.

MONTEIRO, Ana Paula. **Exército e sociedade no Brasil colonial.** São Paulo: Editora Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MORAES, João Batista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante.** Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.

MOREIRA, Florence Alencar. “Asas do meu ideal”: o sentimento de nacionalidade do combatente da força expedicionária brasileira. **Revista Agulhas Negras**, Resende, v. 5, n. 6, p. 149-166, nov. 2021.

MOREIRA, Hugo F.; SOUSA, Michael D. L. **Golpe Militar: Memórias de uma Ditadura,** 1º ed., 1º Vol. Belém - PA, 2021.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército.** Currículos e Regimes na Academia Militar (1810-1944). Rio de Janeiro: Ed. Comp. Brasileira de Artes Gráficas, 1976. O Golpe de Estado de 1964. SOARES, Gláucio. O Golpe de 64. In. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho.** O anticomunismo no Brasil: 1917-1964. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002

OAKESHOTT, M. Ser Conservador. In: OAKESHOTT, M. Conservadorismo. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2016.

OAKESHOTT, M. On Human Conduct. Oxford: Clarendon Press, 1975.

OAKESHOTT, M. Rationalism in Politics and Other Essays. Methuen & Co, 1962.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. PRADO, Noêmia Schoffen. Análise dos periódicos eletrônicos (full text) em ciência da informação: América Latina, Caribe, Portugal e Espanha. **Informação e Informação**. Londrina, v. 8, n. 1, jan./jul.,2003.

OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy Torres de. **Ensino de história militar na Academia da Força Aérea: fundamentos e concepção de ensino aplicados**. Mestrado em Educação da Ucdb, Campo Grande, v. 1, n. 13, p. 113-132, jan. 2002. Semestral.

OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy Torres de. **O Estudo da Guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)**. Tese de Doutorado. São Carlos: Universidade de São Carlos, 2005.

PAOLA, Heitor de. **O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Phvox, 2022. 372 p.

PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA. **Estágio da AMAN no Planalto**. Itatiaia: ICMBio, 2017.

PEIXOTO, Marcos Paulo Fernandes. A ditadura no cinema: violência e repressão estatal como denúncia e representação do regime militar. In: Simpósio de Ciências Sociais, 5., 2019, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: Ufg, 2019. p. 1-20.

PEIXOTO, Marcos Paulo Fernandes. De praças a oficiais: por um contraponto entre a formação de soldados e tenentes do exército brasileiro. In: Simpósio Nacional de História, 15., 2019, Catalão. **Anais [...]**. Catalão: Ufcet, 2021. p. 121-138.

PEREIRA, C. P. F.; MEDEIROS, P. S. **Engenharia Militar Brasileira: O legendário Batalhão de Engenheiros Villagran Cabrita**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

PEREIRA, F. D. S.; FONTOURA, H. M. A ocupação no Chaco: tensões políticas no Tratado da Tríplice Aliança (1869-1874). **Revista Agulhas Negras**, 4(4), 20-31, jan. 2020.

PEREIRA, José Geraldo Barbosa. **A Restauração de Portugal e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

PERNIDJI, J. E.; PERNIDJI, M. E. **Homens e mulheres na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

PIOVESAN, Adriane. A morte e o morrer na guerra: os enterramentos dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. **Revista M.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.320-338, jul.-dez. 2016.

PITALUGA, Plínio. **Relatório do Esquadrão de Reconhecimento da FEB na Itália**.

\_\_\_\_\_. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, 1989, 12p.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro; Editora UFRJ, 1996. p. 295-330.

**REVISTA AGULHAS NEGRAS**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, v. 1,n. 1, 2017. Anual. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/aman/issue/view/63>. Acesso em: 14 set. 2021.

SANTOS, Everton Araujo dos; RAPOSO, Eduardo. . A elite do Exército. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, UNESP, p. 59-79, 01 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **LOBOS VORAZES: a Igreja no mundo ou o mundo na Igreja?**. 1. ed. Resende-RJ: **Ed. Kindle**, 2017. v. 1. 116p.

\_\_\_\_\_. **O CARISMA DO COMANDANTE**. 1. ed. RIO DE JANEIRO: **Ed. PUC-Rio**, 2018. v. 1. 152p.

\_\_\_\_\_. O ethos militar no cerimonial do Exército. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa-**IX ENABED**, 2016, Florianópolis-SC. AT2-Ensino, Formação Profissional e Pesquisa em Defesa, 2016.

SOUSA, Marina de Mello. **Factores do corpo, missionários da mente: senhores, escravos e o controle da sexualidade no Brasil escravista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

ROESLER, Rafael. A formação do oficial do Exército Brasileiro no início do Século XX: a Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1923). **Navigator** (Rio de Janeiro), v. 12, p. 73-85, 2016.

ROESLER, Rafael; SILVA, B. L. A memória da população italiana a respeito da participação da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. **Revista Agulhas Negras**, v. 3, p. 151-166, 2019.

ROESLER, Rafael. Os periódicos como fontes de pesquisa: uma experiência com a revista A Defesa Nacional. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 154, p. 54-63, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia**. Lilia Moritz Schwarcz e Heloísa Murgel Starling. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 709p.

SCRUTON, Roger. **The Meaning of Conservatism**. 3rd ed. London: Palgrave Macmillan, 2001.

SCRUTON, Roger. The Politics of Culture. **The Salisbury Review**, v. 16, n. 3, p. 11-19, 1998.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. A revista Peleja: história e desenvolvimento de um periódico acadêmico nos sertões pernambucanos (1979 : 1984). **História Unicap**, Recife, v. 13, n. 7, p. 293-305, jan. 2020. Semestral. Disponível em: file:///C:/Users/Marcos%20Paulo/Desktop/1636-6515-1-PB.pdf. Acesso em: 09 out. 2021.

SILVEIRA, Joaquim Xavier. da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. 253 p.

SILVA, Samira da. **REVISIONISMO, HISTÓRIA E NEGACIONISMO**: uma análise a partir das produções midiáticas do Brasil paralelo. 2021. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Licenciatura em História, Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, 2021.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; ARAUJO, Maria Celina O' (Org.). **21 anos de regime militar: Balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. 320p. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/171.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/171.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2018.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SOBRINHO, Eduardo Jorge Martins Alves. **Entrevista concedida ao Canal Estúdio Fluxo**. Publicado em 12 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zoilldKYbfA>. Acesso em 17 maio 2019.

SOUZA, Danilo Rodrigues; CABRAL FILHO, Severino. O PERIÓDICO COMO FONTE NA PESQUISA HISTÓRICA: : trabalho e trabalhadores no jornal *diário da borborema*: : campina grande, 1957-1980. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: Anpuh, 2013. p. 1-13.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na política**. São Cristóvão, RJ: Ed. Artenova, 1975.

STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura À Nova República**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

STEPAN, Alfred. **Estado, Corporativismo, Autroitarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política As Mudanças de Padrões na Vida Brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

TABANEZ, Gabriel; ROESLER, Rafael. Emprego de frações de infantaria em ambiente operacional de montanha: atuação do 11º bi de montanha na II Guerra Mundial. **Revista Agulhas Negras**, Resende, v. 2, n. 2, p. 13-18, dez. 2018.

TAVARES, A. L. **Vilagran Cabrita e a engenharia de seu tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

TOLEDO, José Paulo; RITROVATI, Talissa Gabriela. Guerra Híbrida: análise de uma perspectiva. **Conjuntura Global**, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 45-61, 6 abr. 2021. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v10i1.75867>.

USA. War Department. **Field Manual FM 2-30: Cavalry Reconnaissance Squadron**

Mechanized. United States Printing Office, Washington, 1944.

\_\_\_\_\_. **Table of Organization and Equipment No. 2-27:** Cavalry Reconnaissance Troop, Mechanized. Washington, 1943.

\_\_\_\_\_. **Technical Manual TM 9-743:** Light Armored Car M8. Publications Department, Raritan Arsenal: Washington, 1943.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante **A Verdade sufocada:** A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Rio de Janeiro: Editora Ser, 2007.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos. **História.** São Paulo: Saraiva, 2010. 464 p.

VARNHAGEN, Francisco A. de. **História das lutas com os holandeses no Brasil:** desde 1624 até 1654. 2ª ed. Biblioteca do Exército Editora, 2002.

VELOSO, Elem Cristina L.M.; NASCIMENTO, Genoveva Batista. Uso dos periódicos biblionline pelos alunos pré-concluintes do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba do período 2011.2. **Biblionline**, João Pessoa, v.8, n.esp., p.109-121, 2012.

VILLAS BÔAS, Cláudio. **Memórias de uma Guerra Suja.** Topbooks, 2012.

VITOR, Amílcar Guidolim. A gênese do tenentismo no Brasil e as revoltas tenentistas na Primeira República. **Vozes, Pretérito & Devir**, Santo Ângelo, v. 10, n. 6, p. 59-78, out. 2019.

XAVIER, Paulo Sérgio. **O currículo da academia militar das agulhas negras e a formação profissional:** das origens ao início do século XXI. 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.